

Introdução

As relações entre Portugal e o Brasil têm sido definidas por duas constantes. A omnipresença da ideia de especificidade e o manifesto baixo perfil do seu desempenho. Não obstante algumas iniciativas no sentido de dotá-la de um carácter mais ajustado às possibilidades e limitações que encerram, subsistem as suas principais debilidades: a fraca complementaridade económica; a existência de um conjunto de tratados e acordos bilaterais inadequados às respectivas agendas políticas; e a crónica incapacidade em consubstanciar as iniciativas adoptadas. No que diz respeito às relações luso-brasileiras há uma dissociação entre a retórica diplomática e a política externa implementada. Como consequência imediata a optimização da cooperação atlântica é frequentemente obnubilada pela resistência de paradigmas de relacionamento anacrónicos aos quais equivocadamente atribui-se o sentido dessas relações. Mediante uma avaliação tão pouco promissora o que justifica a importância conferida por ambas as diplomacias à dinamização dos vínculos bilaterais? Qual tem sido o lugar efectivo de Lisboa e de Brasília nas estratégias delineadas pelo Itamaraty e pelas Necessidades?

O objectivo deste trabalho é perceber quais foram as linhas de força das relações luso-brasileiras e como se articularam com as respectivas políticas internas e externas no período que vai de 25 de Abril de 1974 a Dezembro de 1976. A escolha do lapso temporal decorre da percepção de que a conjuntura da transição para a democracia em Portugal e o início do processo de liberalização do regime autoritário no Brasil criaram um quadro favorável à revisão das relações bilaterais. O período em estudo conjuga cinco dinâmicas distintas. As três primeiras abordam as relações luso-brasileiras no *tempo curto* enquanto que as duas últimas o fazem no *tempo longo*. A primeira dinâmica diz respeito à ruptura que a revolução representou em relação à orientação da política externa portuguesa e à *questão colonial*, o que permitiu, no imediato, atenuar um conjunto de divergências diplomáticas com o Brasil. A segunda tem a ver com as tergiversações da transição portuguesa para a democracia, sobretudo após o 28 de Setembro, que causou reticências no regime militar brasileiro, levando ao acumular de tensões de natureza ideológica e à quase paralisação das relações bilaterais. A terceira considera que a eleição do I Governo Constitucional e do general Eanes para a Presidência da República assegurou a progressiva institucionalização da democracia e a permanência de Portugal no campo ocidental. Clarificadas as opções políticas internas e externas em Lisboa, diminuíram as possíveis zonas de tensão surgindo uma conjuntura favorável à normalização das relações com Brasília. A quarta dinâmica considera que a

mudança de fase do sistema internacional e o princípio da ordem multipolar possibilitaram à diplomacia portuguesa e brasileira ensaiar um novo modelo de inserção internacional mais abrangente e autónomo. Esta inflexão repercutir-se-ia no plano bilateral acelerando a substituição de um padrão de relacionamento esgotado pela observância do primado do interesse nacional e pela convergência de objectivos. O que estava em questão não era apenas o tradicional alinhamento automático entre o Governo brasileiro e o português mas o lugar que ambos os Estados ocupavam, ou pretendiam ocupar, no sistema internacional. Isto é, como se projectavam no mundo e, por conseguinte, como interagiam mutuamente. A quinta, e última dinâmica, refere-se ao processo de descolonização e à reestruturação das relações políticas e económicas no espaço da lusofonia. África foi a vaga de fundo que esteve no centro dos conflitos e entendimentos entre Lisboa e Brasília, determinante para a reinserção internacional de ambos os países e para a redefinição do seu relacionamento bilateral. A reactivação do triângulo atlântico Brasil – África – Portugal só foi possível pois em todos os vértices ocorriam transformações que permitiam dotar essa relação de um significado renovado. Respectivamente: liberalização política e internacionalização da economia; independência; revolução e transição para democracia.

Uma vez que este trabalho se inscreve, sobretudo, na área disciplinar da História das Relações Internacionais centrámo-nos nos arquivos do ministério dos Negócios Estrangeiros português, no arquivo pessoal do ministro das Relações Exteriores brasileiro, Antônio Azeredo da Silveira, e no *National Archives* norte-americano onde consultámos o fundo *Central Foreign Policy Files*. Igualmente importante foi o recurso à imprensa portuguesa e brasileira, ao arquivo da Fundação Mário Soares e às fontes secundárias, nomeadamente as memórias e entrevistas. Por fim, gostaríamos de salientar que uma investigação mais aprofundada impunha a consulta dos arquivos africanos. Uma vez que tal não foi exequível, entendemos que algumas das conclusões apontadas ao longo deste texto devam ser consideradas parcelares.

No que diz respeito à documentação portuguesa, o principal núcleo é constituído pela correspondência da embaixada de Portugal em Brasília, depositada no Arquivo Histórico Diplomático, em Lisboa. Apesar de prolixa, revelou-se omissa em relação aos contactos entre a diplomacia brasileira e os movimentos de libertação africanos, especialmente após a independência. Na impossibilidade de aceder ao arquivo da Presidência do Conselho, recorreremos à documentação relativa ao I Governo Constitucional que se encontra disponível na Fundação Mário Soares. Quanto à imprensa, consultámos o *Expresso*, o *Diário de Notícias* e *A República*. Com esta escolha pretendemos apreender as perspectivas dos três partidos

políticos que entendemos terem sido determinantes no processo de transição para a democracia, respectivamente o PPD (Partido Popular Democrático), o PCP (Partido Comunista Português) e o PS (Partido Socialista).

A utilização de fontes brasileiras teve um âmbito mais restrito. Cingimo-nos ao Arquivo Azeredo da Silveira, depositado no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro. Considerámo-lo o mais pertinente uma vez que o processo decisório em matéria de política externa foi extremamente centralizado pelo ministro das Relações Exteriores. Importa ressaltar que não foi possível a consulta ao Arquivo Ernesto Geisel e ao Arquivo do ministério das Relações Exteriores, o que teria sido uma mais valia para a prossecução da investigação. Em relação à imprensa brasileira, a sua recolha foi feita a partir dos recortes de jornais enviados pelas missões portuguesas no Brasil. Salvaguardada a pré-selecção feita pelo corpo diplomático, pareceu-nos imprescindível a sua utilização. Apesar da variedade, procurámos apoiar-nos, sobretudo, em quatro periódicos de tiragem e circulação expressiva: a *Folha de São Paulo*, que agregava a oposição dentro regime; *o Estado de São Paulo*, permeável as opiniões da extrema-direita; *O Globo*, próximo do Governo e dos sectores lusófilos conservadores; e o *Jornal do Brasil*, porta-voz dos grupos moderados e das oposições excluídas pelo regime militar.

O recurso à documentação norte-americana revelou-se fundamental, colmatando as questões não atendidas pelas fontes portuguesas e brasileiras, e suscitando novas interrogações. A consulta ao *National Archives* fez-se por via electrónica e considerou o fundo *Central Foreign Policy Files*¹. Na sua maioria a documentação foi produzida pelas embaixadas dos EUA (Estados Unidos da América) em Brasília e em Lisboa e, em menor quantidade, pelo Departamento de Estado em Washington e pelo consulado norte-americano em Lourenço Marques. Por último, observámos que a documentação relativa ao ano de 1976 permanecia classificada até à data de conclusão deste projecto, não compreendendo, portanto, o seu lapso temporal na totalidade.

Nos últimos anos, a historiografia portuguesa dedicou especial atenção aos estudos sobre a transição para a democracia e à sua dimensão internacional, tendo prevalecido duas perspectivas. Uma considera a interacção entre os factores internos e externos, atentando para o elevado grau de dependência de Lisboa face aos seus parceiros ocidentais, o que condicionava em boa medida a sua capacidade de decisão. Outra questiona os elementos de

¹ <http://www.archives.gov/>

ruptura e de continuidade na política externa portuguesa, tentando compreender qual o modelo de reinserção internacional adoptado após o 25 de Abril. Não obstante esses avanços, julgamos que permanecem por realizar investigações aprofundadas sobre as diversas vertentes internacionais da revolução portuguesa e sobre os factores que determinaram a elaboração de um novo conceito estratégico nacional. Entendemos que o estudo das relações luso-brasileiras pode ser elucidativo das dinâmicas acima enunciadas. Em primeiro lugar, a revisão dos vínculos com o Brasil recuperou uma constante da política externa portuguesa, reinterpreta-a de acordo com a conjuntura do momento. Em segundo, foi concomitante à procura de um novo sentido para o relacionamento de Portugal com o espaço da lusofonia. Pretendemos dar um contributo parcelar à história contemporânea portuguesa, verificando em que medida a reinserção internacional de Portugal após o 25 de Abril possibilitou o reajuste nas relações com Brasília, e quais foram os elementos de permanência e de ruptura.

Apesar da historiografia brasileira vir atribuindo relevância ao estudo da política externa implementada pelo Governo Geisel – *Pragmatismo Responsável* – continuam a faltar análises detalhadas acerca das principais vertentes da actuação externa do país, sobre qual a posição do Brasil no sistema internacional dos anos 70, e uma investigação conclusiva da relação entre a liberalização política interna e as alterações na política externa. O *Pragmatismo Responsável* aproximou a diplomacia brasileira às concepções do *realismo* ao valer-se de alguns conceitos desta teoria das relações internacionais. Esta redefinição estratégica implicou na revisão de alianças e no estabelecimento de novas parcerias. No que diz respeito a Portugal, foi o fim de décadas de consonância entre ambas as diplomacias e a procura de um novo padrão de relacionamento concebido no espaço mais amplo da lusofonia. Entendemos que o estudo das relações luso-brasileiras, considerando os seus desdobramentos em relação à África de expressão portuguesa, possa atender às questões acima enunciadas.

Esta investigação inscreve-se no domínio da História das Relações Internacionais, porém procuramos adoptar uma perspectiva pluridisciplinar, relacionando as grandes linhas da política externa portuguesa e brasileira com a evolução do sistema internacional e com os respectivos processos políticos internos. Esperamos dar uma colaboração para o estudo das relações luso-brasileiras, analisando um período intenso da história de Portugal e do Brasil, um momento em que ambos os países procuravam redefinir o seu modelo de inserção internacional e o padrão de relacionamento bilateral.

Capítulo I - As relações luso-brasileiras (1946 – 1974)

1.1. Um período de avanços e recuos (1946 – 1969)

Após a II Guerra Mundial estabeleceu-se uma nova correlação de forças no sistema internacional dando origem à ordem bipolar liderada pelos EUA (Estados Unidos da América) e pela URSS (União das Repúblicas Socialistas Soviéticas). A vitória dos aliados pôs em questão os regimes autoritários remanescentes, como o português, suscitando junto às oposições a expectativa de que o seu fim, ou ao menos a sua liberalização, estaria para breve. A luta das colónias africanas pela autonomia política, iniciada no imediato pós-guerra, teve grande repercussão internacional, envolvendo não só as metrópoles mas também os demais países membros da ONU (Organização das Nações Unidas) – que se tornou o espaço, por excelência, para a sua discussão. Mediante esta conjuntura, as elites do Estado Novo optaram por uma solução pragmática e realista, que permitiu a manutenção do *status quo*. Isto é, relativizaram os princípios autoritários do regime, atenuaram o nacionalismo autárquico, e procuraram a sua reinserção internacional tanto no plano bilateral quanto no multilateral. Em relação ao Ultramar, pretendeu-se estimular o fomento económico das colónias e obter aliados externos favoráveis à presença portuguesa. Estas inflexões tinham um propósito bem definido: assegurar a sobrevivência do regime e a manutenção do império colonial.² Enquanto o pós-guerra parecia ser um período de provação para o Estado Novo, para o Governo brasileiro constituiu um momento de grandes oportunidades e expectativas. A participação do Brasil no conflito mundial conferiu ao país uma acrescida importância no sistema internacional, permitindo ao Itamaraty traçar novos objectivos. A política externa brasileira deveria procurar obter vantagens económicas junto dos aliados, explorando a sua relação com Washington ao limite, com o propósito de promover a industrialização. Como consequência, teve início um período de grandes transformações verificando-se o rápido crescimento da economia e da urbanização, e uma considerável estabilidade governativa. A diplomacia brasileira sentia-se apta a alargar o seu campo de acção, nomeadamente aumentando a sua influência na América

² Sobre o Estado Novo no pós-Segunda Guerra ver: Rosas, Fernando, *Pensamento e Acção Política: Portugal Século XX (1890 – 1976)*, Lisboa, Editorial Notícias, pp. 83 - 114; Rosas, Fernando, *História de Portugal*, volume VII, *O Estado Novo (1926 – 1974)*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1994, pp. 301 – 406; Telo, António José, «Política Externa», in Fernando Rosas e J.M. Brandão de Brito (dir.), *Dicionário de História do Estado Novo*, vol.II, Lisboa, Bertrand Editora, 1996, pp.769 - 776.

Latina e inscrevendo o continente africano nas suas prioridades.³ O colonialismo revelou-se uma questão central no lento renascimento dos interesses do Brasil em África⁴, obrigando a uma revisão profunda das relações com Portugal e com o seus territórios ultramarinos

Até à década de 50 prevalecia no Brasil a ideia de que a melhor maneira de se relacionar com África seria por intermédio da presença portuguesa no continente. Isto ocorreria através da constituição de uma Comunidade Luso-Brasileira, que tinha o seu fundamento teórico no luso-tropicalismo de Gilberto Freyre, e que deveria colaborar com Portugal na sua *missão civilizacional*.⁵ Os ideólogos do Estado Novo perceberam que poderiam instrumentalizar o luso-tropicalismo e o interesse do Governo brasileiro pela constituição de uma Comunidade a favor da sua política ultramarina. O Brasil, apresentado como uma *democracia racial*, seria o exemplo do êxito e da especificidade da colonização portuguesa, que a seu tempo também se faria sentir nas colónias africanas. Esta evocação histórica e sentimental contribuiu para que o Brasil continuasse a ser, ao longo da década de 50, o aliado mais empenhado na defesa internacional dos interesses de Portugal. A diplomacia portuguesa aproveitou a ambiguidade do Itamaraty em relação à *questão colonial* e à existência de importantes sectores lusófilos para influenciar a orientação da Administração brasileira a seu favor. Este objectivo foi alcançado com a celebração do Tratado de Amizade e Consulta, em 1953, que consagrou a criação da Comunidade Luso-Brasileira. Nos seus termos estava estabelecido que todas as matérias internacionais de interesse comum seriam resolvidas após consultas prévias e que a sua aplicabilidade aos territórios coloniais era restrita. O Tratado acabava por limitar a presença brasileira nas províncias ultramarinas e pretendia reduzir as possibilidades de uma manifestação oficial do Itamaraty a favor da emancipação das colónias africanas,

³ Sobre a política externa brasileira no pós-Segunda Guerra ver: Cervo, Amado Luiz, e Bueno, Clodoaldo, *História da Política Exterior do Brasil*, São Paulo, Ática, 1992.; Cervo, Luiz Amado, «Relações Internacionais do Brasil», in Amado Luiz Cervo (org.), *O Desafio Internacional. A Política Exterior do Brasil de 1930 a Nossos Dias*, Brasília, Universidade de Brasília, 1994, pp. 9 - 58; Bueno, Clodoaldo, «A Política Multilateral Brasileira», in Amado Luiz Cervo (org.), *O Desafio Internacional. A Política Exterior do Brasil de 1930 a Nossos Dias*, Brasília, Universidade de Brasília, 1994, pp. 59 - 117.

⁴ Saraiva, José Flávio Sombra, «A África e o Brasil: Encontros e Encruzilhadas», *Ciências e Letras* n° 21/ 22, Porto-Alegre, Faculdade Porto-Alegrense de Educação, Ciências e Letras, 2001, p. 127.

⁵ A teoria luso-tropicalista de Gilberto Freyre atribuía aos portugueses uma capacidade especial para se instalarem nas zonas tropicais, misturando-se com os povos locais e constituindo sociedades integradas e miscigenadas. Inicialmente expresso na obra *Casa Grande e Senzala*, publicado em 1933, e sistematizada em *O Mundo que o Português Criou*, publicado em 1937, o luso-tropicalismo encontrou grande aceitação nos meios ligados à *questão colonial* pois referendava a especificidade da *missão* portuguesa no Ultramar. O Estado Novo apropriou-se das teses e do prestígio internacional de Gilberto Freyre para defender a presença de Portugal em África. Sobre o luso-tropicalismo e o Estado Novo ver: Alexandre, Valentim, «Luso-tropicalismo», in António Barreto e Maria Filomena Mónica (coord), *Dicionário de História de Portugal*, Suplemento, vol.VIII, Lisboa, Livraria Figueirinhas, 2000, pp. 391 - 394; Castelo, Cláudia, *O Modo Português de Estar no Mundo: o Luso-tropicalismo e a Ideologia Colonial Portuguesa (1933-1961)*, Porto, Afrontamento, 1998.

condicionando juridicamente a sua política externa à política colonial portuguesa⁶. Isto é, na prática o Tratado não implicava em reciprocidade pois pressupunha o apoio incondicional do Brasil à posição portuguesa no Ultramar sem qualquer contrapartida política e económica. Uma vez que os interesses estratégicos de Lisboa no Atlântico Sul não estavam salvaguardados pela NATO (*North Atlantic Treaty Organisation*), uma estreita aliança com o Governo brasileiro parecia ser indispensável para a defesa das colónias africanas⁷. A ratificação do Tratado não foi consensual no Brasil. Os sectores *ocidentalistas*, favoráveis ao apoio a Portugal, entendiam-no com um instrumento para articular a política externa com o sistema de segurança do Atlântico Norte, amplificando a influência brasileira na política europeia. Por sua vez, os *nacionalistas* defendiam uma política externa autónoma e a criação de uma Comunidade Luso-Afro-Brasileira que integrasse as colónias portuguesas na esfera de influência do Brasil.

Durante o segundo Governo de Getúlio Vargas (1951 – 1954) e o de Juscelino Kubitschek (1956 – 1961) o desenvolvimento económico converteu-se no desígnio nacional, determinando as prioridades da política externa. Neste período, o Itamaraty não adoptou uma posição coerente em relação ao colonialismo, oscilando entre a sua condenação e a sua defesa – sobretudo no que dizia respeito aos territórios portugueses. Esta hesitação resulta do confronto entre duas perspectivas divergentes no seio da Administração brasileira. Por um lado, estavam os sectores favoráveis à descolonização, ciosos de que as metrópoles europeias beneficiassem o continente africano com práticas proteccionistas e financiamentos, prejudicando a captação de investimentos estrangeiros e as exportações brasileiras. Por outro, estavam os que defendiam a manutenção das colónias, por entenderem que a colaboração com as metrópoles permitiria mais facilmente obter fundos internacionais para a industrialização nacional⁸. Apesar de antagónicas, estas duas posições resultam do mesmo conservadorismo das elites políticas brasileiras, incapazes de perceberem a flexibilização da ordem bipolar e a emergência de novos actores no sistema internacional. Esta percepção geoestratégica anacrónica conferia a Portugal uma importância que o país não tinha, posicionando a diplomacia brasileira na contra-corrente das mudanças que estruturavam a nova ordem do pós-guerra. Neste sentido, o apoio do Itamaraty aos interesses portugueses em Goa era a

⁶ Saraiva, José Flávio Sombra, «A África e o Brasil: Encontros e Encruzilhadas», *Ciências e Letras* nº 21/ 22, Porto-Alegre, Faculdade Porto-Alegrense de Educação, Ciências e Letras, 2001, p. 139.

⁷ Gonçalves, Williams da Silva, *O Realismo da Fraternidade: Brasil – Portugal*, Lisboa, ICS, 2003, p.107.

⁸ Saraiva, José Flávio Sombra, «A África e o Brasil: Encontros e Encruzilhadas», *Ciências e Letras* nº 21/ 22, Porto-Alegre, Faculdade Porto-Alegrense de Educação, Ciências e Letras, 2001, p. 127.

expressão natural da solidariedade bilateral, em consonância com a estratégia ocidental de contenção do comunismo⁹.

Porém, no final dos anos 50, um conjunto de acontecimentos conduziria ao questionamento dessa orientação. As eleições presidenciais de 1958 e o exílio do general Humberto Delgado na embaixada do Brasil em Lisboa, despertaram a opinião pública brasileira para o teor das relações bilaterais e para as denúncias que a oposição portuguesa no exílio vinha fazendo à ditadura de Oliveira Salazar.¹⁰ A política de alinhamento automático com Portugal recebeu fortes críticas, sendo entendida por muitos como prejudicial aos interesses brasileiros. Com a eleição de Jânio Quadros para a Presidência da República, em 1961, a política externa sofreu uma nova inflexão passando a pugnar pela diversificação e flexibilização das relações diplomáticas brasileiras. Ao mesmo tempo em que o Brasil abria-se para o mundo, o regime português fechava-se sobre si. Após o susto da candidatura de Humberto Delgado para a presidência e o início da guerra em Angola (1961), o Estado Novo regressa ao autoritarismo repressivo anterior à II Guerra e ao isolamento internacional. A terminante recusa em discutir uma solução negociada para a *questão colonial* suscitava fortes críticas nos órgãos multilaterais e o afastamento de alguns dos seus principais aliados, como foi o caso do Brasil.

A *Política Externa Independente* empreendida pelo Governo de Jânio Quadros (1961) e pelo de João Goulart (1961 – 1964) consistia numa nova estratégia de inserção internacional. O seu objectivo era substituir a aliança automática com o Ocidente por parcerias políticas e económicas que propiciassem ao Brasil maior autonomia no sistema. Fê-lo através da revisão da dependência face aos EUA; da aproximação aos países do bloco socialista; aprofundando as relações com o Terceiro Mundo; e apoiando o direito à autodeterminação dos povos.¹¹ Foi o momento em que a diplomacia brasileira atribuiu especial importância à África, opondo-se inequivocamente ao colonialismo. Um inflexão diplomática tão ampla só foi possível no contexto de flexibilização da ordem bipolar, que permitia aos demais actores do sistema internacional ensaiar posições menos dependentes das duas superpotências, os EUA e a

⁹ Gonçalves, Williams da Silva, *O Realismo da Fraternidade: Brasil – Portugal*, Lisboa, ICS, 2003, pp. 121 - 122.

¹⁰ Sobre as eleições de 1958 e a oposição ao regime Estado Novo ver: Delgado, Iva, Pacheco, Carlos, e Faria, Telmo (coord), *Humberto Delgado. As Eleições de 1958*, Lisboa, Vega, 1998; Rosas, Fernando, *Pensamento e Acção Política: Portugal Século XX (1890 – 1976)*, Lisboa, Editorial Notícias, pp. 115 - 124.

¹¹ Sobre a *Política Externa Independente* e internacionalização da economia brasileira ver: Lafer, Celso, *Paradoxos e Possibilidades: Estudos Sobre a Ordem Mundial e Sobre a Política Exterior do Brasil num Sistema Internacional em Transformação*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1982; Amado Luiz, e Bueno, Clodoaldo, *História da Política Exterior do Brasil*, São Paulo, Ática, 1992.

URSS. No que dizia respeito a Portugal, a *Política Externa Independente* pretendia dar início a um relacionamento assente em bases realistas, com ênfase no intercâmbio económico e na convergência de interesses. A sua prova de fogo estava para breve. O início da guerra em Angola revelou as contradições da política africana do Itamaraty, cuja determinação anticolonialista não se aplicava aos territórios portugueses. O conflito angolano colocava em questão o papel do Brasil em África e o real significado da amizade luso-brasileira. Entre 1961 e 1964 a posição brasileira na ONU em relação às colónias portuguesas oscilou entre a abstenção e o apoio à independência de Angola¹². Esta ambiguidade traduz o desequilíbrio entre os grupos conservadores e os progressistas presentes na Administração brasileira. Os primeiros, entendiam que a manutenção da presença portuguesa em África era importante para conter o avanço comunista e para mediar os contactos de Brasília com o continente africano. Os segundos, julgavam que a maneira mais eficaz de estreitar os laços com África era reconhecer imediatamente o direito à autodeterminação e estabelecer contactos directos¹³.

O Golpe civil-militar de 1964 representou um recuo nas relações com África e o regresso do apoio a Portugal. Durante o Governo de Castello Branco (1964 – 1967) a cooperação política e económica com o continente africano cedeu vez ao enfoque geopolítico. O realinhamento com o Ocidente substituiu a estratégia de independência pela de interdependência novamente com o objectivo de captar investimentos externos. À luz da *Doutrina de Segurança Nacional*¹⁴ o Atlântico Sul assumia uma importância acrescida na defesa do Ocidente. Isto é, o continente africano era entendido como um espaço vulnerável à penetração comunista e a sua defesa caberia às três capitais *livres* e *ocidentais* presentes no Hemisfério Sul: Brasília – Lisboa – Pretória¹⁵. A consequência imediata desta inflexão foi que o Governo brasileiro voltou a apoiar o colonialismo português contra os movimentos de libertação de esquerda, reinterpretando a constituição da Comunidade Luso-Afro-Brasileira. A novidade era que o Itamaraty arrogava para si uma quota parte de responsabilidade na defesa da África portuguesa, o que significava que o discurso lusófono fundia-se com o discurso occidentalista e geopolítico dominante¹⁶. Com o objectivo de contornar as limitações impostas

¹² Em Janeiro de 1962 o Brasil votou favoravelmente à Resolução 1742 da ONU que apelava a criação de instituições políticas livres e a transferência de poderes em Angola.

¹³ Saraiva, José Flávio Sombra, «A África e o Brasil: Encontros e Encruzilhadas», *Ciências e Letras* n° 21/ 22, Porto-Alegre, Faculdade Porto-Alegrense de Educação, Ciências e Letras, 2001, pp . 152 - 53.

¹⁴ Inspirada pela congénere norte-americana, a *Doutrina de Segurança Nacional* (1952), formulada na Escola Superior de Guerra (ESG), preconizava o alinhamento do Brasil com o Ocidente e subordinava a política externa à geopolítica da Guerra Fria, tendo com principal objectivo conter o avanço comunista.

¹⁵ Saraiva, José Flávio Sombra, *O Lugar da África. A Dimensão Atlântica da Política Externa Brasileira (de 1947 a nossos dias)*, Brasília, Universidade de Brasília, 1996, p.118.

¹⁶ Idem, *Ibidem*, p.98.

pelo Tratado de 1955 à presença brasileira no Ultramar, o ministério das Relações Exteriores procurou redimensionar a ideia de Comunidade, atribuindo-lhe um significado mais amplo que incluía, à partida, o continente africano. Segundo este ponto de vista, as colónias portuguesas seriam um instrumento viável para obtenção de vantagens económicas para o Brasil¹⁷. As Necessidades estavam atentas a estas alterações. Perceberam que a ascensão da direita militar poderia favorecer a política colonial. Porém, a ideia de uma Comunidade Afro-Luso-Brasileira, que individualizava as províncias ultramarinas em relação à metrópole, não lhes agradava¹⁸. A partir do segundo Governo militar, chefiado por Costa e Silva (1967 – 1969), recuperam-se algumas linhas da política externa brasileira anteriores ao Golpe de 1964. Nomeadamente, atribui-se menor importância à geopolítica da Guerra Fria, que subordinava a agenda diplomática ao conflito Leste-Oeste, e reforçam-se as tendências nacionais-desenvolvimentistas. Estas alterações permitiram o lento reaparecimento da política africana do Itamaraty, o que implicou na revisão das relações com Portugal. Se Brasília ainda votava favoravelmente a Lisboa na ONU, gradualmente o continente africano ganhava importância nas estruturas do ministério das Relações Exteriores, vindo a constituir uma das suas principais linhas de acção nos próximos anos.

1.2. África: a pedra de toque da relação Brasil – Portugal (1969 – 1974)

A *Diplomacia do Interesse Nacional* implementada pelo Governo de Garrastazu Médici (1969-1974) pretendia colocar a política externa ao serviço do nacional-desenvolvimentismo. A estratégia de internacionalização da economia brasileira pressupunha a conquista de novos mercados e parceiros comerciais, assim como suprir a vulnerabilidade energética em relação ao petróleo. O traço de ruptura com o período anterior era que a partir de então prevalecia o pragmatismo económico sobre as orientações ideológicas. Esta inflexão atribuiu uma nova importância ao continente africano e ao Atlântico Sul, onde a influência brasileira fazia-se sentir pela presença económica e não pela militar. Com o fim da ordem bipolar e a emergência de novos actores no sistema internacional, os países africanos poderiam vir a ser importantes aliados no diálogo Norte-Sul e nos foros multilaterais. A cooperação com a África negra implicava na revisão da ligação com Pretória e no fim do alinhamento automático com Lisboa. O grande desafio à política africana do Itamaraty era justamente o de

¹⁷ Saraiva, José Flávio Sombra, *O Lugar da África. A Dimensão Atlântica da Política Externa Brasileira (de 1947 a nossos dias)*, Brasília, Universidade de Brasília, 1996, p.122.

¹⁸ «Relatório sobre as relações luso-brasileiras, produzido pelo ministério dos Negócios Estrangeiros, de 22 de Junho de 1969, pp.1 - 25», PEA confidencial 16, n° 337, AHDMNE.

superar a contradição das suas relações com colonialismo português. Porém, persistiam as divisões em Brasília. Por um lado, estava o ministro da Fazenda, Delfim Neto, favorável ao alinhamento com os EUA e com a Comunidade Luso-Brasileira. Para Delfim, a inserção da economia brasileira em África seria favorecida se contasse com o apoio de Lisboa e de Pretória. Por outro lado, estava o ministro das Relações Exteriores, Mário Gibson Barboza, que não acreditava ser possível atender aos anseios africanos e portugueses em simultâneo, defendendo que os interesses brasileiros seriam prejudicados se o Itamaraty mantivesse a sua posição ambígua em relação ao colonialismo. Naquele momento, a cooperação económica e a expansão comercial do Brasil em África parecia ser mais promissora do que a tradicional *amizade* com Portugal¹⁹.

A política externa do *marcelismo* esteve completamente subordinada à *questão ultramarina*, procurando diversificar os apoios internacionais com o objectivo de ganhar tempo para a resolução do conflito²⁰. De 1969 a 1974 a diplomacia portuguesa multiplicou esforços para dinamizar as relações luso-brasileiras. O seu principal propósito era assegurar que o Governo brasileiro não adoptaria uma posição contrária aos interesses portugueses em África. O empenho foi tanto maior quanto mais provável parecia ser a inflexão do Itamaraty a favor da autodeterminação. Em Julho de 1969, Marcelo Caetano deslocou-se em visita oficial ao Brasil com o objectivo de reactivar os contactos bilaterais. Em Brasília acreditava-se que com a substituição de António de Oliveira Salazar seria possível uma solução negociada para a guerra colonial. O Presidente do Conselho aproveitou a reputação de reformista que dispunha e apresentou um conjunto de propostas económicas que julgava interessar ao Palácio do Planalto, nomeadamente a possibilidade da PETROBRAS (Petróleo Brasileiro S.A.) explorar petróleo em Cabinda; negociações relativas ao comércio do café; e a abertura de uma linha aérea regular entre o Rio de Janeiro e Luanda²¹. O objectivo era aliciar economicamente o Governo brasileiro a comprometer-se com a manutenção do Império colonial português. Porém, Marcelo Caetano não encontrou receptividade. A directriz do Governo Médici era a de «evitar todo e qualquer envolvimento político e militar no problema colonial lusitano» assim como recusar «relações comerciais e culturais» que pudessem ter uma «conotação de apoio à política portuguesa» em África. A estratégia era a de não se envolver no conflito e

¹⁹ Saraiva, José Flávio Sombra, «Um Momento Especial nas Relações Brasil – Angola: Do Reconhecimento da Independência aos Descobrimentos Actuais», in Selma Pantoja e José F. S. Sariaiva (coord.), *Angola e Brasil nas Rotas do Atlântico Sul*, Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, pp. 232 - 233.

²⁰ Oliveira, Pedro Aires, «A Política Externa», in *A transição falhada: O Marcelismo e o Fim do Estado Novo (1968 – 1974)*, Lisboa, Ed. Notícias, 2004, pp. 302 - 303.

²¹ «Audiência concedida pelo ministro das Relações Exteriores, Mário Gibson Barboza, ao embaixador de Portugal no Brasil, José Manuel Fragoso, enviado pela embaixada de Portugal no Rio de Janeiro, de 23 de Março de 1970, pp.1 - 9», PEA confidencial m. 16, n.º 337, AHDMNE.

procurar mediar uma solução negociada. Durante o encontro bilateral de 1970, o chanceler Mário Gibson Barboza sondou o seu homólogo português acerca dessa possibilidade. A resposta de Rui Patrício foi a de que o Ultramar era uma questão de «soberania interna», «insusceptível de ser discutida mesmo com um país irmão».

Em 1971 foi assinada a *Convenção Sobre a Igualdade de Direitos e Deveres* entre brasileiros e portugueses. Para além do seu impacto imediato junto da imensa comunidade portuguesa residente no Brasil, a proposta de lei atribuía realidade institucional à Comunidade Luso-Brasileira. Porém, o Itamaraty e as Necessidades não tinham a mesma percepção sobre o seu significado. O Governo brasileiro queria que a Comunidade fosse um «instrumento» para a «universalização» da sua política externa o que não era conciliável com os intuítos portugueses, que igualmente pretendiam utilizá-la para a prossecução dos seus «objectivos nacionais exclusivos, sem tomar em conta os interesses do Brasil». No momento em que o Itamaraty punha em questão o tradicional alinhamento com Lisboa, a diplomacia portuguesa pretendia que uma ficção jurídica enredasse as respectivas políticas evitando o seu afastamento. A opção por essa estratégia demonstra que a lenta agonia do regime português deixava-o sem muitas alternativas no plano externo e revela a importância, concreta e simbólica, do apoio brasileiro na defesa dos interesses internacionais de Portugal. Ineficaz no seu propósito, esta abordagem acabava por suscitar em Brasília o sentimento de que Lisboa esperava a «adesão sistemática e irrestrita» do Itamaraty às «teses portuguesas», almejando uma «espécie de satelização» da política externa brasileira.

No princípio de 1972 o Departamento de Estado e o ministério das Relações Exteriores mantiveram «conversas secretas» sobre a *questão colonial* portuguesa. Tinham a mesma opinião: urgia encontrar uma solução política para o conflito que favorecesse os movimentos nacionalistas próximos ao Ocidente²². Em Abril, o então Presidente da República de Portugal, Américo Tomás, a convite de Garrastazu Médici, deslocou-se ao Brasil para participar nas celebrações do sesquicentenário da independência brasileira. A decisão de Lisboa em aceitar transladar os restos mortais de D. Pedro IV causou grande comoção junto a opinião pública brasileira, conferindo uma dimensão emocional à visita que a diplomacia portuguesa procurou explorar. Ao reviver-se a ambiência calorosa, outrora constante nas relações luso-brasileiras²³,

²² «Relatório sobre as relações Brasil – Portugal, enviado pelo ministro das Relações Exteriores, Mário Gibson Barboza, ao Presidente Emílio Garrastazu Médici, de 22 de Janeiro de 1974, pp. 1 - 45», AAS mre/ rb 19740523, Pasta III – A 1 (Anexo), CPDOC/ FGV.

²³ No Arquivo Histórico Diplomático do ministério dos Negócios Estrangeiros em Lisboa encontramos um conjunto de telegramas, recortes de imprensa, discursos e cartas de agradecimento, da parte das autoridades e meios de comunicação brasileiros pela decisão portuguesa de transladar os restos mortais de D. Pedro IV para o Brasil. *Relações Bilaterais de Portugal e do Brasil*, PEA 690, nº 337, 1971, AHDMNE.

pareciam criar-se oportunidades para entendimentos que não foram possíveis nos encontros bilaterais anteriores. Numa conjuntura em que o regime encontrava-se isolado, a importância atribuída pela organização brasileira à presença de Américo Tomás conferia prestígio interno e externo a Portugal. Porém, ao invés de favorecer as relações bilaterais, a visita do chefe de Estado evidenciou que a *amizade* luso-brasileira poderia ser mais onerosa do que vantajosa ao Governo Médici. Na recepção oferecida em homenagem a Américo Tomás, em Brasília, os diplomatas árabes e africanos ali creditados não compareceram²⁴. O chanceler Gibson Barboza percebeu que a ambiguidade em relação ao regime português não poderia continuar por muito tempo. Em Setembro, Marcelo Caetano voltou ao Brasil numa visita que se revelou igualmente ineficaz em impulsionar os vínculos entre os dois países. A impossibilidade de dar início a um novo padrão de relacionamento bilateral decorre do impasse político interno a que o regime português chegara desde meados de 1972: incapaz de pôr termo à guerra colonial e empreender uma efectiva liberalização política e económica.

Dois acontecimentos ao longo de 1972 determinaram a redefinição da posição brasileira face a Lisboa. Em Junho, a PETROBRAS foi a primeira empresa a romper o bloqueio internacional à recém-nacionalizada *Iraq Petroleum Company* (IPC), celebrando um contrato de risco privilegiado que se revelaria frutuoso²⁵. Esta associação significava que Brasília não adoptaria uma política externa que pudesse colidir com os interesses dos seus parceiros estratégicos. Isto é, apesar da *íntimas* relações luso-brasileiras e da oferta da concessão para exploração de petróleo em Cabinda, o Governo Médici optou por estabelecer acordos com o Médio Oriente e com a África Negra. Seria uma questão de tempo até que fosse insustentável à diplomacia brasileira continuar a ser conivente com o colonialismo português. Em Novembro, Mário Gibson Barboza realizou uma viagem por vários países africanos que foi fundamental para consolidar a ideia de que importava aprofundar as relações com esse continente em detrimento do apoio a Portugal. Em todos os encontros que manteve com os chefes de Governo e ministros, o chanceler ouviu o mesmo: o colonialismo português não seria mais tolerado e o Brasil deveria valer-se das boas relações com Lisboa para interceder a favor de uma solução negociada. O Governo nigeriano foi explícito ao demonstrar o que estava em questão. A ambiguidade de Brasília em relação à *questão colonial* constituía um

²⁴ «Correspondência do ministério dos Negócios Estrangeiros para a embaixada de Portugal no Rio de Janeiro, de 29 de Maio de 1972, p.1», PEA 732, nº 337, AHDMNE.

²⁵ Santana, Carlos Ribeiro, «O Aprofundamento das Relações do Brasil Com os Países do Oriente Médio Durante os Dois Choques do Petróleo da Década de 1970: Um Exemplo de Ação Pragmática», *Revista Brasileira de Relações Internacionais*, v.40, nº2, Brasília, s.e., 2006. (consulta electrónica: <http://www.scielo.br/scielo.php?lng=es>)

«obstáculo» para que se celebrassem contratos entre a *Nigerian National Oil Corporation* (NNOC) e a PETROBRAS. O chanceler regressou tão determinado a inflectir a política externa brasileira que num gesto simbólico declarou 1972 o *Ano da África*. O ministro Rui Patrício, manifestou o seu descontentamento pelo facto do «Brasil se aproximar de países adversários de Portugal». A resposta de Gibson Barboza foi que o Governo brasileiro tinha «interesses próprios» e uma «política soberana». Ao mesmo tempo, o *lobby* português no Brasil procurou reagir ao que entendia ser um golpe às relações bilaterais e declarou 1972 o *Ano da Comunidade Luso-Brasileira*. Porém, os protestos e os apelos à *fraternidade* entre os dois povos já pouco valiam face ao pragmatismo económico do Itamaraty.

A partir de 1973 prevalece, no seio da Administração brasileira, a perspectiva defendida por Mário Gibson Barboza de que o Brasil deveria apoiar à autodeterminação das colónias portuguesas. O Governo Médici procurou interceder junto à Presidência do Conselho a favor de uma solução negociada para o Ultramar. No mês de Janeiro o chanceler promoveu um «encontro secreto» com o seu homólogo português, com o objectivo de oferecer a mediação para o início das negociações sobre a *questão colonial*. Gibson Barboza explicou que os «crescentes interesses do Brasil em África e no mundo árabe» não permitiriam ao Itamaraty manter a solidariedade internacional por muito mais tempo e que a diplomacia brasileira não hesitaria em votar contra Portugal nas Nações Unidas para dissociar-se de Lisboa. Rui Patrício demonstrou compreensão pelos argumentos do seu homólogo e observou que o voto contrário brasileiro teria um «efeito devastador» na «opinião pública interna portuguesa». O ministro português, respondendo à sugestão brasileira, disse que o seu Governo «estava disposto a realizar encontros com homens de Estado africanos ou mesmo com a OUA» (Organização da Unidade Africana). O que não poderia aceitar era manter conversações com os «dirigentes dos movimentos rebeldes»²⁶. A diplomacia brasileira participou imediatamente aos governos da Costa do Marfim, Senegal, Quénia, Nigéria e Zaire a disponibilidade portuguesa para encetar negociações sobre o futuro do Ultramar. Pela primeira vez Brasília não sentia a *questão colonial* como o «ónus de um contencioso que não era seu e onde não tinha palavra», mas como uma oportunidade para «exercer certa parcela de influência» no rumo dos acontecimentos em África.

Em Abril o Presidente Emílio Garrastazu Médici, acompanhado pelo ministro Gibson Barboza, deslocou-se em visita oficial a Portugal. A ocasião foi aproveitada para avaliar se o

²⁶ «Relatório sobre as relações Brasil – Portugal, enviado pelo ministro das Relações Exteriores, Mário Gibson Barboza, ao Presidente Emílio Garrastazu Médici, de 22 de Janeiro de 1974, pp. 1 - 45», AAS mre/ rb 19740523, Pasta III – A 1 (Anexo), CPDOC/ FGV.

Governo português mantinha-se disposto a negociar uma solução para o Ultramar. Durante uma audiência concedida ao chanceler brasileiro, Marcelo Caetano reconheceu que o «preço da guerra» em África era «cada vez maior», «sobretudo no plano psicológico e moral». Ao contrário de Angola e de Moçambique, a Guiné Bissau era um «caso de colonialismo típico» e por isso demandava uma resposta diferente. Nesse sentido, o Presidente do Conselho aceitava «entabular conversações para a sua independência ou mesmo decidi-la unilateralmente, caso não estivesse o problema ligado ao de Cabo Verde». A visita de Garrastazu Médice ficou aquém das expectativas de Lisboa tendo a comitiva brasileira demonstrado pouco entusiasmo pelas incitativas portuguesas, nomeadamente a proposta de criação de um mercado comum luso-brasileiro. O único compromisso que o Brasil predispunha-se a assumir com Portugal dizia respeito às negociações para a descolonização.

Nos meses que se seguiram o Governo português silenciou a proposta de mediação brasileira. Inicialmente o Itamaraty atribuiu a «ausência de reacções» às eleições legislativas que decorreriam em Outubro. O chanceler acreditava que a «vitória da facção caetanista» permitiria que o «assunto viesse a ser reaberto». Mário Gibson Barboza estava equivocado. Por um lado, em finais de 1973, já não era possível uma transição faseada a médio ou a longo prazo, que daria origem aos *brasis* que Marcelo Caetano pretendia ver surgir em África. A demanda era pela transferência directa do poder. Por outro, o não cumprimento do projecto desenvolvimentista e modernizador, anunciado pela *primavera marcelista*, fez com que o regime português perdesse o apoio dos sectores *liberais* a favor dos *ultras*, fechando-se sobre si. O chanceler brasileiro entendeu que o «abrupto afastamento» de António de Spínola do Governo da Guiné e a «permanência do Ministro Rui Patrício na pasta dos Negócios Estrangeiros», após as eleições, prenunciavam a «continuidade de uma política de não abertura». O sentimento em Brasília era de que o Governo português «fechou a porta a qualquer solução negociada do problema ultramarino» e mostrava-se «indiferente» ao «desgaste» que o apoio a Portugal representava para a política externa brasileira. Em Novembro de 1973, os países da África Oriental apelaram aos seus parceiros árabes para que incluíssem o Brasil na lista dos Estados que sofreriam sanções económicas e embargo petrolífero por conta da sua posição em relação a Angola e a Moçambique. O Governo brasileiro era onerado por um problema que não era seu e no qual não podia influir. O Itamaraty tinha razões para recear que os seus interesses enfrentariam a oposição dos Grupo dos 77 e do Movimento dos Países Não-Alinhados, que estavam em maioria na ONU. Em Dezembro, durante a XXVIII Assembleia Geral das Nações Unidas, os países africanos votaram contra o Brasil e a favor da resolução apresentada pela Argentina sobre a utilização

dos recursos naturais comuns aos dois Estados. O delegado da Etiópia declarou à delegação brasileira que a OUA «decidira demonstrar ao Brasil que teria de começar a pagar um alto preço por não se dissociar, de vez e claramente, das posições portuguesas»²⁷. Após quinze anos de apoio a Lisboa, o Executivo brasileiro pagava por um problema que não era seu e no qual não podia influir. Por aquela altura nenhum Governo poderia aquiescer com o regime português sem recer enfrentar oposição interna e externa. Brasília não estava disposta a sujeitar-se a qualquer retaliação internacional em nome da *amizade* luso-brasileira.

A importância que a África assume na política externa brasileira não deve ser compreendida apenas pelo prisma económico, mas no contexto de uma ampla inflexão diplomática que pretendia conquistar maior autonomia para o Brasil no sistema internacional²⁸. Por conseguinte, a mudança de posição do Governo brasileiro em relação a Portugal e aos seus territórios ultramarinos relaciona-se com uma nova estratégia de inserção internacional que passava pela revisão e diversificação das parcerias. O continente africano passou a ser percebido como um espaço onde o Brasil poderia obter, com relativa facilidade, alguma influência regional. O apoio à descolonização é elucidativo das novas prioridades do Governo Brasileiro. Por um lado, constituía uma prova de que o ministério das Relações Exteriores pretendia gizar uma política africana própria e independente de Washington. Por outro, punha termo a uma ideia de Comunidade Afro-Luso-Brasileira que se mostrava anacrónica face aos interesses globais da diplomacia brasileira. A perda de importância da Comunidade na primeira metade dos anos 70 constituiu uma oportunidade para que Brasília ensaiasse novos modelos de relacionamento com o espaço da lusofonia. A estratégia brasileira seria a de realçar a sua importância específica, estabelecendo laços preferenciais com as novas nações que se autonomizavam de Portugal, sem os embaraços tradicionais causados pelo tratados vinculatórios e pela *amizade* com Lisboa. Com o derrube do regime e o fim da guerra no Ultramar foi possível pôr termo ao impasse que estagnava política e economicamente o Estado português. A pedra de toque que reconciliaria Portugal com o sistema internacional e que permitiria reequacionar as relações luso-brasileiras era a mesma: a descolonização de África.

²⁷ «Relatório sobre as relações Brasil – Portugal, enviado pelo ministro das Relações Exteriores, Mário Gibson Barboza, ao Presidente Emílio Garrastazu Médici, de 22 de Janeiro de 1974, pp. 1 - 45», AAS mre/ rb 19740523, Pasta III – A 1 (Anexo), CPDOC/ FGV. Uma vez que não foi possível confrontar a opinião do chanceler Mário Gibson Barboza – de que o ex-ministro dos Negócios Estrangeiros, Rui Patrício, era próximo dos *ultras* do regime e contrário a uma solução negociada para a *questão colonial* – com as fontes portuguesas, entendemos que esta explicação deva ser considerada parcelar.

²⁸ Fragoso, João Luís Ribeiro, «As Reformulações na Política Externa Brasileira nos Anos 70», *Cadernos de Estudos Afro-Asiáticos* n°5, Rio de Janeiro, Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 1981, p. 42.

Capítulo II - O Sistema Internacional nos anos 70: a nova ordem multipolar

Ao longo das décadas de 60 e 70 ocorreram um conjunto de transformações que levaram à reestruturação do sistema internacional. O equilíbrio de poderes estabelecidos no pós-guerra, e que definira desde então a ordem bipolar, mostrava-se desajustado à correlação de forças do sistema de alianças. Em oposição à hegemonia norte-americana e soviética, houve uma diversificação dos centros de decisão que deu origem a uma nova ordem mundial, agora multipolar. Três processos concomitantes conduziram a estas alterações: a *détente* entre as duas superpotências possibilitou a distensão das relações Leste-Oeste e o fim dos rígidos alinhamentos da Guerra Fria; a atenuação da preponderância bipolar permitiu a afirmação de novos pólos de poder, tanto no campo capitalista quanto no comunista, configurando uma ordem internacional mais ajustada à importância política e económica dos seus actores; a crise económica mundial, potencializada pelo *choque do petróleo*, evidenciou o esgotamento do sistema monetário e financeiro estabelecido em Bretton Woods e o início de um novo padrão nas relações Norte-Sul.

As Administrações Nixon e Ford tiveram que adoptar uma política externa mais pragmática, adequando-a às suas capacidades, permitindo, assim, assegurar a sua posição de liderança – *doutrina Nixon*. Fizeram-no através de uma concepção multipolar, que pressupunha que num sistema internacional crescentemente interdependente os aliados deveriam assumir a sua quota parte de responsabilidades. Esta revisão dos interesses norte-americanos implicava abandonar um certo número de posições doutrinárias, que estavam a comprometer a sua liberdade de acção, em prol de um envolvimento selectivo e flexível. Isto é, reconheciam-se os limites de Washington na defesa do interesse nacional e, em última instância, no exercício da sua função estabilizadora do sistema internacional. Chegara o momento de substituir a lógica do confronto aberto pelo reforço da diplomacia.

Era um tempo de limitações e de desafios para a Casa Branca. A Europa Ocidental e o Japão prescindiam da *tutela* dos EUA e procuravam a afirmação económica e política internacional, desafiando a esfera de influência de Washington e aproveitando-se do seu relativo atraso económico e tecnológico²⁹. A China tornava-se indispensável para a garantia do equilíbrio mundial. No Médio Oriente, a Guerra do Yom Kippur seria o pretexto para o *choque do petróleo* constituindo um pesado revês para a diplomacia norte-americana. Tudo parecia indicar que os EUA já não controlavam o sistema económico mundial e que o tempo

²⁹ Hobsbawm, Eric, *Era dos Extremos: O Breve Século XX (1914 – 1991)*, São Paulo, Companhia das Letras, 2003, p.254.

do crescimento ilimitado chegara ao fim. No Mediterrâneo, o *eurocomunismo*, o conflito no Chipre, que opunha dois parceiros no seio da Aliança – a Grécia e a Turquia – e a transição para a democracia em Portugal, Espanha e Grécia, representavam uma séria ameaça no flanco Sul da NATO num momento em que a organização carecia de alguma coerência interna.

No campo comunista as dificuldades não eram menores. No plano interno, a economia soviética enfrentava problemas estruturais tornando cada vez mais oneroso o apoio concedido aos demais países comunistas e a assunção dos encargos militares necessários para manter a paridade estratégica. No plano externo, a URSS via-se obrigada a desenvolver uma diplomacia menos ofensiva. Por um lado, a Ocidente, pretendia a cooperação com a CEE (Comunidade Económica Europeia) e com os EUA, e contornar a contestação à sua supremacia na Europa do Leste, sobretudo pela Jugoslávia e pela Roménia. Por outro, a Oriente, tinha que lidar com os desafios lançados pela emergência da China ao estatuto de potência. Entre estes dois pólos, o Kremlin procurava defender o seu *status quo* e evitar o isolamento da *diplomacia triangular*. Isto é, assegurar as suas fronteiras e a posição de liderança ideológica do bloco soviético.³⁰

As alterações nos equilíbrios estratégicos globais obrigaram Washington e Moscovo a prosseguir a Guerra Fria por outros meios, substituindo a estratégia do confronto aberto pela distensão nas relações bilaterais. Do lado norte-americano, a *détente* permitia recuperar a iniciativa diplomática: constituía uma oportunidade para a resolução do problema no Vietname; reforçava a sua posição face ao conflito israelo-árabe; contrabalançava a perda de influência na Europa Ocidental, condicionando as iniciativas dos seus parceiros da CEE. Para a URSS significava a manutenção do seu *status quo*: o reconhecimento da sua esfera de influência na Europa de Leste pela NATO quando surgia uma nova frente do conflito a Oriente; evitava o eventual cerco da *diplomacia triangular*; e aprofundava a cooperação numa altura em que apresentava elevada interdependência económica com o Ocidente³¹. A paridade estratégica demonstrara que as disputas da Guerra Fria tinham um limite. A partir de então, o ponto de partida para as relações americano-soviéticas seriam os interesses vitais que ambos os países partilhavam. O princípio do *linkage* pressupunha que os assuntos que diziam

³⁰ Sobre a Guerra Fria e o início da ordem multipolar ver: Kissinger, Henry, *Anos de Renovação*, Lisboa, Gradiva, 2002, pp. 221 - 304, 701 - 787; Kissinger, *Diplomacia*, Lisboa, Gradiva, 1994, pp. 493 - 640; Santos, Victor Marques dos, *Reflexões Sobre a Coexistência*, Lisboa, ISCSP, 2006, pp.101 - 146; Cox, Michael (ed.), *Twentieth Century International Relations*, vol. II, London, Sage, 2006.

³¹ Hobsbawm, Eric, *Era dos Extremos: O Breve Século XX (1914 – 1991)*, São Paulo, Companhia das Letras, 2003, p.458.

respeito a Washington e a Moscovo deveriam ser tratados em conjunto, fazendo depender qualquer avanço numa área de consenso do progresso nas questões conflituosas.³²

O período entre 1969 e 1973 foi o mais fecundo da distensão. Todavia, a partir de meados dos anos 70 houve uma quebra de confiança no diálogo entre os EUA e a URSS. Esta crise nas relações americano-soviéticas marcou o princípio de uma nova etapa da Guerra Fria e o fim da preponderância mundial das duas superpotências³³. A sua influência diminuiu à medida que emergiram novos centros de poder – China, Japão, CEE, OPEP (Organização dos Países Produtores de Petróleo), Países Não-Alinhados – e se tornou clara a incapacidade para controlar os conflitos periféricos e impor a sua ordem num mundo em convulsão. A alteração do equilíbrio de poderes do pós-guerra demandou, também, o reajuste das relações Atlânticas. Em primeiro lugar, é preciso considerar que o decréscimo da influência de Washington no sistema internacional teve reflexos no continente europeu. Em segundo, a nova correlação de forças entre os membros da Aliança obrigava à sua reformulação e a ascensão do *eurocomunismo* ameaçava a sua coesão. Importava que os europeus não interpretassem esta estratégia como um desinvestimento de Washington naquele espaço e que os adversários não a vissem como um sinal de fraqueza. As discordâncias entre os membros da Aliança Atlântica faziam-se sentir, também, no que dizia respeito às relações com a Europa de Leste. A RFA (República Federal Alemã) estava interessada em relançar o diálogo com o bloco soviético através da sua nova política externa – a *Ostpolitik* – que viria a constituir o paradigma das relações atlânticas. A incitativa alemã, entendida no contexto mais amplo da distensão Leste-Oeste, é representativa do empenho europeu em executar uma política externa mais autónoma, recusando submeter-se à agenda política americano-soviética³⁴.

Concomitantemente, o Terceiro Mundo adquiria progressiva importância nas relações Leste-Oeste. A crise dos dois blocos era simultaneamente causa e consequência das profundas alterações nas relações Norte-Sul³⁵. Durante o período do desanuviamiento, os conflitos entre as duas superpotências deslocaram-se para cenários diferentes através de outros actores. O refluxo da política externa norte-americana e o fim dos alinhamentos rígidos da Guerra Fria deixaram espaço para que alguns países *periféricos* ensaiassem outro modelo de inserção internacional. Em causa estava o padrão de dependência que pautara as relações Norte-Sul. À medida que o período de prosperidade iniciado no pós-guerra chegava ao fim, na década de

³² Sobre a *détente* ver: Litwak, Robert, *Détente and the Nixon doctrine: American Foreign Policy and the Pursuit of Stability, 1969-1976*, Cambridge, Cambridge University Press, 1986; Santos, Victor Marques dos, *Reflexões Sobre a Coexistência*, Lisboa, ISCSP, 2006, pp.147 - 190.

³³ Vaisse, Maurice, *As Relações Internacionais Desde 1945*, Lisboa, Edições 70, 2005, p.164.

³⁴ Idem, *Ibidem*, p.171.

³⁵ Idem, *Ibidem*, p.100.

1970, uma nova fase de revoluções iria ocorrer. Este processo era compreendido a partir da lógica de soma zero da Guerra Fria. Isto é, para as duas superpotências, cada revolução significava a perda ou a conquista de um novo aliado, o que poderia alterar o equilíbrio global de maneira favorável ou contrária aos seus interesses consoante o caso. Tinha início a terceira fase da Guerra Fria em que o conflito Leste-Oeste se deslocava para o eixo Norte-Sul, afirmando a nova ordem multipolar.

Capítulo III - O 25 de Abril e a política externa portuguesa (1974 – 1976)

3.1. A dimensão internacional da transição para a democracia

O estudo das transições para a democracia tende a considerar que as relações externas desempenham um duplo papel na mudança do regime. Podem condicionar o processo de transição e podem ser condicionadas pelo próprio processo. Por um lado, a posição internacional de um país sujeita inevitavelmente a acção do governo interino³⁶. Por outro, o resultado da mudança de regime pode ser o seu realinhamento no sistema internacional³⁷. A Revolução de 25 de Abril de 1974 foi um marco nas mudanças da segunda para a terceira fase do sistema bipolar, ou da Guerra Fria, e no desencadear do mais importante movimento político do final do século XX. O processo de transição para democracia deve ser compreendido à luz da mudança de fase do sistema internacional, muito em especial na maneira como ela condiciona as estratégias políticas dos EUA, da URSS, da CEE e da RFA em relação a Lisboa³⁸.

No período de transição para a democracia houve uma paralisação das vias tradicionais da política externa, nomeadamente do corpo diplomático. Ao mesmo tempo, aumentavam os canais de contacto com o exterior. Iniciava-se um processo multifacetado em que os centros de decisão se multiplicavam, dando origem a estímulos contraditórios e voláteis. Foi o momento em que a política externa portuguesa oscilou entre as suas opções de fundo. Durante os governos provisórios e, sobretudo nos de maior preponderância militar, prevaleceu uma opção terceiro-mundista que dava especial atenção aos novos países saídos da descolonização e ao Bloco de Leste. Com o período constitucional e o início da consolidação democrática houve uma maior estabilização e institucionalização do regime o que se fez repercutir numa política externa mais rigorosa e unívoca. Portugal assume indefectivelmente a sua condição de país ocidental, simultaneamente europeu e atlântico³⁹.

A política externa das Comunidades, em especial da RFA, foi importante para a transição e consolidação da democracia em Portugal. As pressões e os incentivos, políticos e económicos, exercidos por estes actores externos, tiveram êxito em influenciar as opções

³⁶ Schmitter, Philippe, *Portugal: do Autoritarismo à Democracia*, Lisboa, ICS, 1999, pp. 397 - 401.

³⁷ Whitehead, Laurence, «Democracy by Convergence: Southern Europe», in Laurence Whitehead (ed.), *The International Dimensions of Democratization*, Oxford, Oxford University Press, 2001. pp. 272 - 279.

³⁸ Telo, António José, «As Relações Internacionais da Transição», in J. M. Brandão de Brito (coord.), *Do Marcelismo ao Fim do Império*, Lisboa, Editorial Notícias, 1999, pp. 228 - 233.

³⁹ Teixeira, Nuno Severiano, «O 25 de Abril e a Política Externa Portuguesa», *Relações Internacionais*, vol I, Lisboa, IPRI, 2004, p.p. 9 - 10.

políticas domésticas pois em Portugal aspirava-se a uma futura participação nas suas estruturas como estado-membro. O envolvimento europeu em Portugal é elucidativo do empenho em delinear uma política externa própria, afirmando a Europa no sistema internacional dominado por duas superpotências⁴⁰. A Aliança Atlântica também desempenhou um importante papel a favor da vitória da democracia, principalmente pela sua acção junto aos meios militares, um dos elementos centrais de todo o processo de transição. O contexto internacional em 1974 -1975 não era adverso à via original do MFA (Movimento das Forças Armadas), contanto que não pusesse em questão o frágil equilíbrio Leste-Oeste.⁴¹ O enquadramento da NATO funcionou como um importante factor de moderação mútua, tanto para Lisboa quanto para Washington⁴². Os EUA, antes de mais, estavam preocupados com a sua segurança e, neste sentido, queriam manter o equilíbrio da balança mundial de poder. O seu objectivo era preservar a coesão e a operacionalidade da Aliança Atlântica, e conter um possível aumento da influência da URSS na Europa do Sul. Os aliados europeus da NATO pressionaram Washington para que revisse a sua política em relação a Portugal e combateram no seio da Organização o pessimismo do Secretário de Estado, Henry Kissinger, sobre a evolução dos acontecimentos em Lisboa. A Administração norte-americana estava seriamente preocupada com o processo político português devido às suas consequências para o equilíbrio global de poder num período de *Crise Mediterrânica*. Lisboa era vista como uma peça oscilante de uma nova *teoria do dominó vermelho*, agora em pleno flanco sul da NATO⁴³. Antes que Portugal fosse um caso perdido, o Departamento de Estado recorreu aos mecanismos de influência de que dispunha. A pressão norte-americana crescia à medida que aumentava a *deriva revolucionária*⁴⁴ em Lisboa. Estas iniciativas tiveram êxito pois o grau de dependência português face aos seus parceiros ocidentais era muito elevado. Ao mesmo tempo, Washington deixava claro a Moscovo que qualquer tentativa de apoio a radicalização do processo revolucionário português não seria aceite. Tal como procedera a CEE, os EUA também recorreram à pressão económica para influenciar o rumo da política portuguesa. Fizeram depender qualquer ajuda económica e militar da existência de sinais inequívocos de

⁴⁰ Castro, Francisco. «A CEE e o PREC», *Penélope*, vol.º 26, Lisboa, Celta, 2002, p.124.

⁴¹ Ferreira, José Medeiros, «O 25 de Abril no Contexto Internacional», *Relações Internacionais*, Lisboa, IPRI, 2004, p.145.

⁴² Telo, António José, «As Relações Internacionais da Transição», in J. M. Brandão de Brito (coord.), *Do Marcelismo ao Fim do Império*, Lisboa, Editorial Notícias, 1999, pp.248 - 251.

⁴³ Sá, Tiago Moreira de, «Os Estados Unidos da América e a Transição Para a Democracia em Portugal», in *Política Internacional* nº 26, Lisboa, s.e., 2002, p.119.

⁴⁴ Por *deriva revolucionária* entendemos o período de radicalização do *gonçalvismo*, compreendido entre a renúncia de António de Spínola, em 28 de Setembro de 1974, e o 25 de Novembro de 1975. Foi um momento de grande instabilidade política, marcada pela pulverização dos centros de poder e pela preponderância da extrema-esquerda civil e militar, agrupada sobretudo ao redor do PCP e do COPCON, sobre os sectores moderados.

uma evolução para a democracia. A concertação de estratégias entre os membros da Aliança Atlântica revelou-se fundamental para a afirmação da democracia e para que Portugal aceitasse as tendências de fundo do sistema internacional⁴⁵.

3.2. A nova diplomacia portuguesa

Uma das primeiras preocupações da Junta de Salvação Nacional (JSN) foi obter o reconhecimento externo e a plena integração do novo regime no sistema internacional. O 25 de Abril possibilitou o reajuste da posição de Portugal no mundo. O estabelecimento de instituições democráticas e o respeito pelo princípio da autodeterminação era a opção de fundo obrigatória para este reposicionamento⁴⁶. As prioridades estabelecidas decorreram das contingências internas e externas. Os EUA e a CEE mantiveram-se no topo da agenda diplomática, assim como a Espanha e o Brasil continuaram a ser uma referência na política externa portuguesa. A novidade foi a diversificação das relações diplomáticas com especial ênfase nos contactos com o Terceiro Mundo, com a Europa do Leste, com África – em especial com as ex-colónias. Outra questão não menos importante, era afastar as hipóteses de ingerência externa nos negócios portugueses. Lisboa desenvolveu uma diplomacia de proximidade com Madrid, Pretória, e Salisbúria, e contava com a mediação internacional – EUA, CEE, ONU – para dissuadir qualquer intuito de desestabilização por parte destes países. Todavia, esta abertura ecuménica da política externa portuguesa não reflectia uma estratégia mas sim a fragmentação dos centros de decisão, o que deu origem a estímulos contraditórios e efémeros⁴⁷.

A resolução da *questão colonial* era a pedra de toque da política portuguesa e condicionava o realinhamento e a plena integração do novo regime no sistema internacional. A relação com o espaço da lusofonia conferiu ao Portugal europeu uma importância acrescida da qual os seus parceiros também poderiam tirar valias. A crescente interdependência internacional fez com que Lisboa abandonasse progressivamente a diplomacia bilateral, marcando presença nas organizações multilaterais que confluíssem com as suas áreas de

⁴⁵ Telo, António José. «O Papel Da Nato nas duas Últimas Transições do Sistema Internacional», *Política Internacional*, v.3, Nº19, Lisboa, s.e., 1999, p. 80.

⁴⁶ Telo, António José, «As Relações Internacionais da Transição», in J. M. Brandão de Brito (coord.), *Do Marcelismo ao Fim do Império* Lisboa, Editorial Notícias, 1999, pp. 266 - 267.

⁴⁷ Ferreira, José Medeiros, «Portugal», in Charles Zorgbibe e José Medeiros Ferreira (coord.), *Dicionário de Política Internacional*, Lisboa, Dom Quixote, 1990, pp. 438 - 441.

interesse, primeiramente a CEE e a NATO e futuramente a CPLP⁴⁸. A redefinição do estatuto político internacional de Portugal, iniciado com a revolução de 25 de Abril de 1974, foi tributário da condição exógena do país, a qual secularmente o fez dependente de um sistema cujos elementos excediam a sua gestão⁴⁹.

⁴⁸ Teixeira, Nuno Severiano, «Entre a Europa e a África: A Política Externa Portuguesa (1890 - 2000)», in *Portugal Contemporâneo*, António Costa Pinto (coord.), Lisboa, Dom Quixote, 2005, p.116.

⁴⁹ Moreira, Adriano, «Situação Internacional Portuguesa», *Análise Social*, vol. 35, nº 154/ 155, Lisboa, ICS, 2000, p.315.

Capítulo IV - O *Pragmatismo Responsável*: a nova inserção internacional do Brasil (1974 – 1976)

A distensão das relações Leste-Oeste e o fim da ordem bipolar, permitiu à diplomacia brasileira rever a sua orientação, pugnando por uma acção mais autónoma e flexível, livre dos limites ideológicos da Guerra Fria, e que tinha por finalidade colaborar para o êxito do projecto nacional-desenvolvimentista do governo de Ernesto Geisel⁵⁰. Esta política externa, a que se veio chamar *pragmática e responsável*, pretendia conquistar para o Brasil um novo lugar no sistema internacional e provar a viabilidade de relações económicas pautadas na interdependência horizontal com os países desenvolvidos em oposição ao paradigma de dependência que caracterizava as relações Norte-Sul⁵¹. Para a sua prossecução impunha-se, antes de mais, relativizar a preponderância dos Estados Unidos na definição da agenda política e económica brasileira, através da diversificação das relações diplomáticas e, por conseguinte, das fontes de investimento e de comércio. O *Pragmatismo Responsável* assentava em três vectores: a política externa era entendida como um instrumento do desenvolvimento económico; a diversificação das relações diplomáticas pretendia a integração do país na economia mundial ampliando a sua importância internacional e diminuindo as suas vulnerabilidades; a maximização da capacidade de decisão do Estado face ao sistema internacional.

A decrescente complementaridade económica e a diferenciação dos objectivos e percepções entre Brasília e Washington estava na origem das divergências e do afastamento que se verificava entre os dois países desde os anos 50. O Brasil surgia como uma nova personagem no mercado internacional, ocupando espaços que outrora pertenciam à área de influência norte-americana, pondo em questão o padrão das relações Norte-Sul. A redefinição do posicionamento face aos Estados Unidos consistiu a pedra angular da política externa brasileira nesse período, tanto no plano económico quanto no político e militar. Sem romper totalmente com a situação de dependência, Brasília procurava espaços para uma actuação própria que permitisse alterar os termos da sua relação com Washington. Todavia, o nacional-desenvolvimentismo do Presidente Ernesto Geisel podia almejar maior autonomia política e económica para o Brasil mas não tinha como escapar à forte influência que os EUA exerciam

⁵⁰ General Ernesto Geisel, sétimo Presidente do regime instaurado após o golpe civil-militar de 1964. Exerceu funções de Presidente da República entre 15 de Março de 1974 à 15 de Março de 1979.

⁵¹ Lessa, Atônio Carlos, «Da Apatia Recíproca aos Entusiasmos de Emergência: As Relações Brasil – Europa Ocidental no Governo Geisel (1974 – 1979)», *Anos 90*, v. 5, Porto Alegre, s.e., 1996, pp. 7 e 8. (consulta electrónica: http://aclessa.googlepages.com/1_02.pdf)

no subcontinente. Por isso, as divergências diplomáticas tinham um limite. Deveriam conduzir Brasília a uma posição de maior independência no interior do sistema internacional e não ao rompimento das relações com Washington⁵². Era um tempo de distensão política e de redefinições estratégicas, em que se estabelecia um novo padrão de dependência externa, substituindo a preponderância dos EUA na economia brasileira pela diversificação e o aprofundamento das relações bilaterais.

A partir dos anos 70 o Governo brasileiro estabeleceu relações privilegiadas com alguns países da Europa Ocidental em contra-ponto à hegemonia de Washington. O recuo relativo da influência norte-americana permitia que os seus aliados ocidentais estabelecessem contactos menos rígidos e alternativos aos que vigoraram durante a segunda fase da Guerra Fria. Esta convergência de interesses entre o Brasil e a Europa permitiu o estabelecimento de relações mais igualitárias, assentes em projectos de cooperação económica e tecno-científica, sem condicionalismos políticos, criando uma interdependência horizontal em oposição ao modelo de dependência que marcara as relações Norte-Sul. De todas as parcerias estabelecidas com a Europa Ocidental, a mais importante e polémica foi a ratificação do Acordo de Cooperação Nuclear com a RFA, em Junho de 1975. Para o Brasil, representava maior independência económica e tecnológica, desafiando a política do Departamento de Estado para a América Latina ao não observar os limites rígidos impostos pela ordem bipolar. O acordo nuclear estabelecido entre o Brasília e Bona viria demonstrar que era possível um outro paradigma de cooperação entre sociedades desiguais.

A reaproximação brasileira a África faz parte de uma estratégia mais ampla de diversificação das relações diplomáticas que pretendia: estabelecer parcerias económicas e políticas com os países em vias de desenvolvimento, incrementando a cooperação no hemisfério sul; projectar Brasília como interlocutora entre o Primeiro e o Terceiro Mundo; inserir os mercados africanos no horizonte da expansão económica brasileira; suprir a elevada dependência energética do Brasil; e demarcar-se do passado de convivência com o colonialismo português, formulando a imagem de um país multirracial e defensor da autodeterminação, e por isso aliado natural do continente africano. Considerando que o conflito Leste-Oeste se deslocava para o eixo Norte-Sul, o Itamaraty pretendia manter contactos privilegiados com os seus interlocutores no Atlântico Sul com o intuito de participar activamente na estruturação da nova ordem internacional que estava a surgir. Neste contexto,

⁵² Lessa, «A Vertente Perturbadora da Política Externa Durante o Governo Geisel: Um Estudo das Relações Brasil – EUA (1974 – 1979)», *Revista de Informação Legislativa*, v. 35, n. 137, Brasília, s.e., 1998, p. 72. (consulta electrónica: http://aclessa.googlepages.com/1_05.pdf.)

as relações estabelecidas com os novos países que surgem da descolonização portuguesa, com destaque para Angola, assumem especial importância.

A estratégia de diversificação dos laços económicos e políticos proposta pelo *Pragmatismo Responsável* atingiu os seus objectivos. Por um lado, alcançou níveis inéditos de internacionalização da economia, colaborando para o projecto nacional-desenvolvimentista. Por outro, redimensionou o âmbito da política externa brasileira que avançou para espaços até então secundarizados, propiciando a médio prazo uma inserção internacional mais ampla e autónoma para Brasil.

Capítulo V - As relações luso-brasileiras (1974 -1976)

5.1. «Esperar para ver»: os primeiros tempos após a revolução

Portugal tornara-se um assunto sensível para a diplomacia brasileira. Os estreitos laços com Lisboa e o passado de apoio tácito ao colonialismo comprometiam os interesses brasileiros em África e juntos aos demais países em desenvolvimento. O livro de Spínola, *Portugal e o Futuro*, despertara a atenção dos militares brasileiros quanto às possíveis alterações no Ultramar e transformou-se rapidamente num «best-seller» cujos «excertos foram largamente publicados pela imprensa» daquele país⁵³. Quando se deu o golpe em Lisboa, Brasília percebeu estar diante de uma oportunidade para reequacionar as suas relações atlânticas, adoptando um novo padrão de relacionamento com Portugal e África. Por isso, dois dias após o 25 de Abril, o Governo de Ernesto Geisel foi o primeiro a reconhecer o novo regime, na expectativa de que a JSN desse início à descolonização.

Todavia, as incertezas do processo revolucionário exigiam alguma cautela. A estratégia seguida pelo Itamaraty, nas palavras do ministro Azeredo da Silveira, era a de «esperar para ver» qual os rumos dos acontecimentos em Lisboa⁵⁴. De facto, persistiam muitas dúvidas quanto à natureza do levante militar em Portugal. Alguns sectores das Forças Armadas brasileiras procuravam estabelecer paralelismos entre o Movimento dos Capitães e o golpe civil-militar de 1964 que os conduzira ao poder. O próprio general Galvão de Melo contribuiria para essa confusão durante a sua viagem ao Brasil. Ao analisar o 25 de Abril e o Golpe de 1964, o general disse que «embora pareçam diferentes» tinham algumas similitudes pois «uma revolução é uma reacção a algo que está mal» e «tanto em Portugal como no Brasil o que estava antes estava mal»⁵⁵. Segundo António José Telo, o movimento de Abril não tinha uma «ideologia clara ou um núcleo coerente e coeso que o conduzisse». Inevitavelmente, formaram-se múltiplos centros de poder, cada qual com uma «ideia vaga para onde ir», e sem uma «divisão clara de competências»⁵⁶. Como agravante, o programa do MFA era impreciso. Ao encontrar parecenças entre a ditadura militar brasileira e a revolução de Abril, Galvão de Melo demonstrava que a sua percepção do processo político português era muito diferente da partilhada pelo núcleo de oficiais que preparou e executou o Movimento dos Capitães.

⁵³ «Congressional hearings on Portuguese situation, telegrama enviado pela embaixada dos EUA em Brasília ao Departamento de Estado, de 4 de Maio de 1974, pp. 1 - 4», NARA, *Document Number*: 1974BRASIL03177.

⁵⁴ *Ibidem*.

⁵⁵ *Diário de Notícias*, 17 de Junho de 1974, pp. 1 e 7.

⁵⁶ Telo, António José, *História Contemporânea de Portugal*, vol. I, Lisboa, Presença, pp. 43 - 45.

O regresso dos exilados políticos, nomeadamente o de Mário Soares e o de Álvaro Cunhal, respectivamente a 28 e a 30 de Abril, foi sentido no Brasil como um sinal de que a revolução portuguesa tenderia à esquerda. Segundo a embaixada dos EUA em Brasília, o «triumfante retorno» de Mário Soares a Portugal, de quem «pouco ou nada se sabia» nos meios políticos brasileiros, causou grande «apreensão», sobretudo após a sua declaração de que o «PCP participaria» no seu governo. Em alguns círculos, cogitava-se que só uma «intervenção militar» poderia conter as forças de esquerda e temia-se que o general Spínola «não tivesse autoridade» suficiente para evitar a *deriva revolucionária*. Para os sectores mais conservadores do exército brasileiro, se o Governo português continuasse a «pendar à esquerda» poderia tornar-se «politicamente incompatível» com o regime militar. Para a ala mais moderada, representada pelo próprio Presidente Geisel, a hipótese de Mário Soares e Álvaro Cunhal comporem governo, mesmo que «anti-autoritário e pró-liberdades civis», constituía um assunto «delicado»⁵⁷.

O Governo brasileiro aguardava apreensivo pelos acontecimentos em Lisboa, cioso da sua posição política e económica em África e da oportunidade única que a revolução portuguesa, e a subsequente descolonização, proporcionavam para relançar a sua diplomacia naquele continente. A orientação oficial do Itamaraty era a de que não agiria como «mediador entre Lisboa e a África Negra» para «resolver o problema colonial português», enquanto as «partes interessadas» não fizessem «solicitações» nesse sentido. Entretanto, a JSN parecia «disposta a procurar resolver sozinha a questão das colónias»⁵⁸. Um relatório do então embaixador de Portugal no Brasil, José Hermano Saraiva, datado de 9 de Maio, revela que as «situações de expectativa e de eventual divergência» entre os dois governos relacionavam-se «com o futuro do Ultramar Português». Para o diplomata, os «territórios portugueses» eram percebidos pelo Itamaraty «como uma via de penetração do Brasil na África» e as mudanças ocorridas em Lisboa como o fim dos «obstáculos que do lado português impediam a organização de uma Comunidade triangular», cara às «aspirações brasileiras». Todavia, a maneira como Lisboa conduzia o processo de descolonização gerava alguma «perplexidade quanto às formas concretas que a colaboração brasileira para a solução do problema poderia assumir», pondo em questão até que ponto seria possível o «aproveitamento da ligação com Portugal para abrir caminhos em África». Ciente deste facto, o embaixador alerta que naquele momento as relações com o Governo português eram «examinadas à luz dos interesses

⁵⁷ «Congressional hearings on Portuguese situation, telegrama enviado pela embaixada dos EUA em Brasília ao Departamento de Estado, de 4 de Maio de 1974, pp. 1 - 4», NARA, *Document Number*:1974Brasil03177.

⁵⁸ *Expresso*, 11 de Maio de 1974, p.2.

decorrentes de uma relação geral Brasil – África, e não de uma relação específica Brasil – Portugal»⁵⁹.

Menos de um mês após o 25 de Abril, a empatia inicial de Brasília em relação à revolução portuguesa começava a desaparecer. Ciente deste facto, o então ministro dos Negócios Estrangeiros, Mário Soares, reafirmou junto ao seu homólogo brasileiro que o novo regime pretendia «conduzir ao estabelecimento de laços ainda mais estreitos e fraternais» com o Brasil e que Lisboa estava preparada para «assumir essa responsabilidade»⁶⁰. Numa resposta bastante sucinta, o chanceler Azeredo da Silveira saudou o «novo Governo português» e manifestou «satisfação» em relação às intenções de Mário Soares⁶¹. As palavras fraternais já contavam muito pouco nas relações luso-brasileiras. O momento era de expectativa e de reticências recíprocas.

5.2. A polarização ideológica e as tensões bilaterais

Após a revolução, e ao contrário do que se pensou inicialmente, seguiu-se um período de grande incerteza e de quase paralisia nos contactos entre Lisboa e Brasília. Por um lado, esgotou-se um padrão de relacionamento que há muito se vinha mostrando insatisfatório. Por outro, a polarização ideológica decorrente do processo revolucionário repercutia na política externa portuguesa, afectando directamente as relações luso-brasileiras. O regime militar brasileiro, fortemente conservador, não suscitava empatia na Lisboa revolucionária.

O primeiro grande diferendo surgiu logo em Maio, com a confirmação do novo embaixador do Brasil em Lisboa, o general Carlos Alberto da Fontoura, que recebera o *agrément* ainda durante o consulado de Marcelo Caetano. Fontoura ocupara o cargo de chefe do SNI (Serviço Nacional de Informação), órgão de repressão da ditadura militar, e pertencia à *linha dura* da oficialidade brasileira. A manutenção da sua indicação para o posto em Lisboa, após o 25 de Abril, deu origem a um «vigoroso movimento de opinião contrário», apoiado por «fortes correntes políticas»⁶², o que «prejudicava a imagem do novo Governo português». Após a Revolução era controverso aceitar um ex-dirigente do SNI e íntimo do

⁵⁹ «Relatório sobre os principais problemas de natureza política, cultural e económica actualmente pendentes nesta embaixada, enviado pela Embaixada de Portugal em Brasília ao ministro dos Negócios Estrangeiros, de 9 de Maio de 1974, pp. 1 - 7», PEA 31/ 1974, nº 337, AHDMNE.

⁶⁰ «Nota do ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal para o ministro das Relações Exteriores do Brasil, de 20 de Maio de 1974, p. 1», PEA 31/ 1974, nº 337, AHDMNE.

⁶¹ «Nota do ministro das Relações Exteriores do Brasil em resposta ao ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, de 21 de Maio de 1974, p. 1», PEA 31/ 1974, nº337, AHDMNE.

⁶² «Relações Brasil – Portugal, telegrama enviado pela embaixada do Brasil em Londres ao ministério das Relações Exteriores, de 24 de Maio de 1974, p. 1», AAS mre/ rb 119740523, Pasta I - 7, CPDOC/FGV.

Estado Novo para o cargo de embaixador. Segundo o chefe da missão norte-americana em Lisboa, Stuart Nash Scott, a aceitação da escolha de Brasília – onde essa opção também não reunia consenso – era o «preço pago» pela JSN ao Governo Geisel por este ter aceite conceder asilo a Marcelo Caetano e a Américo Tomás⁶³. Num duro artigo, datado de 1º de Junho, o *Expresso* recordava ao Governo brasileiro que Portugal vivia em «democracia» e que a «maioria dos portugueses» não estaria «disposta a consentir» com um «regime totalitário, por mais disfarçado que seja». Brasília deveria abandonar a «atitude de desconfiança», «senão de oposição», e considerar a «irreversível aceleração histórica» ocorrida em Lisboa, designando «alguém que entendesse a situação portuguesa». A insistência em Alberto da Fontoura deixava a «sensação de que, num momento crucial, numa hora em que se descobrem os “verdadeiros amigos”, o Governo brasileiro bloqueou voluntariamente os canais de comunicação, a nível oficial, entre os dois países»⁶⁴.

Os partidos políticos também se juntaram ao coro de protestos. O PPD apelava a que o Itamaraty tomasse «por iniciativa própria a decisão de substituir Fontoura nas funções de embaixador em Portugal». O Grupo Autónomo do Partido Socialista (GAPS) promoveu uma «manifestação» em frente à embaixada do Brasil com palavras de ordem contra o embaixador e o regime militar brasileiro⁶⁵ e pôs a circular em Lisboa um panfleto acusando-o de ser um «reconhecido colaborador do regime fascista português», «um dos elementos com que contam as forças de reacção», e que estavam ambos «em aliança com a CIA» (*Central Intelligence Agency*)⁶⁶. Não tardou para que a missão brasileira em Lisboa e os seus funcionários fossem alvos de ameaças. Chamadas telefónicas avisavam que Carlos Alberto da Fontoura seria «sequestrado tão pronto chegasse a Portugal» ou que «seria colocada uma bomba na Chancelaria». Estas intimidações eram reivindicadas por «grupos terroristas brasileiros ou estrangeiros» e até mesmo por elementos que diziam pertencer ao «Partido Comunista Português», dando-lhe uma conotação política⁶⁷. Segundo a embaixada de Portugal em Brasília, a imprensa brasileira relatava os recentes incidentes em Lisboa com palavras «relativamente sóbrias», uma vez que a «censura» vinha «impedindo que fosse divulgado nos

⁶³ «*Extreme left protests against new Brazilian ambassador*, telegrama enviado pela embaixada dos EUA em Lisboa ao Departamento de Estado, de 29 de Maio de 1974, pp. 1 – 3», NARA, *Document Number*: 1974Lisbon02130.

⁶⁴ *Expresso*, 1 de Junho de 1974, p. 10.

⁶⁵ *Diário de Notícias*, 28 de Maio de 1974, p.7.

⁶⁶ «Panfleto atribuído ao grupo autónomo do partido socialista apelando à uma manifestação pública contra a nomeação de Carlos Alberto da Fontoura como embaixador do Brasil em Lisboa, s.d.», PEA 31/ 1974, nº 337, AHDMNE.

⁶⁷ «Memorando sobre as ameaças à Chancelaria brasileira, de 20 de Setembro de 1974, pp. 1 - 3», PEA 31/ 1974, nº337, AHDMNE.

termos reais» as objecções portuguesas quanto à designação do general Fontoura⁶⁸. De facto, a opinião pública brasileira era pouco sensível às queixas portuguesas. Para o influente colunista Carlos Castello Branco os portugueses estavam «ofuscados com a liberdade recém-conquistada» e não «distinguiam o grau de conveniência ou inconveniência do representante de uma nação que apresenta tão profundas diferenças com os padrões políticos por eles instaurados»⁶⁹.

Ao ministro-conselheiro da embaixada do Brasil em Lisboa, Raul Fernando Leite Ribeiro, Mário Soares afirmou que naquelas «circunstâncias», «sem órgãos de repressão» a que recorrer, com uma «imprensa agitada e descontrolada», seria «impossível» e «inconveniente politicamente, enfrentar com rigor essas manifestações». O ministro dos Negócios Estrangeiros asseverou que a sua «principal preocupação» era «evitar qualquer incidente diplomático com o Brasil», sobretudo quando eram «requeridas suas intermediações» para «auxiliar Portugal na solução do contencioso em África». Face a esta situação, «seria preferível a nomeação de outro embaixador»⁷⁰. O Itamaraty mostrou-se «profundamente decepcionado» com a atitude «incompreensível» do Governo português. Aceitaria «adiar» por «uma semana» a partida do general Fontoura mas recusava-se a pedir «*agrement* para outro Embaixador», preferindo manter a sua representação ao «nível de Encarregado de Negócios». Ademais, Lisboa deveria esperar reciprocidade e «abster de pedir *agrement* para o novo Embaixador em Brasília»⁷¹. Mário Soares achou que a resposta do ministério das Relações Exteriores fora «surpreendentemente dura», acima de tudo quando «a maior preocupação» era evitar «qualquer agravo» que comprometesse a «manutenção de laços de amizade com o Brasil». Se o Itamaraty não «via riscos» na vinda de Fontoura, não seria o Governo português a obstar. Pelo contrário, desejava «que essa chegada se efectuasse no mais breve prazo possível»⁷².

As autoridades brasileiras mantiveram-se intransigentes. Carlos Alberto da Fontoura era um homem do regime, a sua experiência no SNI e o seu passado familiar habilitavam-no a interpretar fidedignamente as orientações de Brasília. O seu tio, João Neves da Fontoura, fora

⁶⁸ «Ofício Nº 06/ 708, sobre as reacções à nomeação de Carlos Fontoura como embaixador do Brasil em Lisboa, ministro dos Negócios Estrangeiros, de 30 de Maio de 1974, p. 1», PEA 31/ 1974, ° 337, AHDMNE.

⁶⁹ AHDMNE – PEA 31/ 1974, nº337, *Jornal do Brasil*, 20 de Maio de 1974.

⁷⁰ «Designação do embaixador Fontoura, telegrama enviado pela embaixada do Brasil em Lisboa ao ministério das Relações Exteriores, de 23 de Maio de 1974, pp 1- 2», AAS mre/ rb 119740523, Pasta I - 1, CPDOC/FGV.

⁷¹ «Relações Brasil – Portugal. Designação do embaixador Fontoura, telegrama enviado pelo ministério das Relações Exteriores a embaixada do Brasil em Lisboa, 1974, pp 1 – 2» AAS mre/ rb 119740523, Pasta I - 2, CPDOC/FGV.

⁷² «Sobre a designação do embaixador Fontoura, telegrama da embaixada do Brasil em Lisboa para o ministério das Relações Exteriores, de 24 de Maio de 1974, p. 1», AAS mre/ rb 19740523, Pasta I - 6, CPDOC/FGV.

embaixador em Portugal e ministro das Relações Exteriores, estando ligado à concepção do Tratado de Amizade e Consulta. O general Fontoura também era conhecido pela sua lusofilia. Segundo o cônsul de Portugal em Salvador, Alberto da Fontoura, que era «descendente de portugueses», demonstrou «sempre o maior carinho pelas coisas de Portugal»⁷³. Apesar das adversidades, Fontoura acabou por assumir o posto em Lisboa. Ao colocar as relações bilaterais acima das questões do regime, o embaixador brasileiro foi capaz de eliminar as zonas de conflitos e actuar com eficácia. Mário Soares viria a afirmar posteriormente que o general «se revelou um bom aliado», tendo procurado impulsionar as «tradicionais relações de grande amizade entre os dois Estados, independentemente das colorações políticas»⁷⁴.

Em Agosto de 1974, chegava ao Brasil o novo embaixador de Portugal, Vasco Futscher Pereira, com a difícil missão de contribuir para a normalização do diálogo bilateral. A imprensa e os meios diplomáticos comentavam a «rapidez» com que o Governo brasileiro concedera a «aprovação» ao novo representante português, cerca de 24 horas⁷⁵, e o «modo caloroso e com relevo» com que o aguardou⁷⁶. Vasco Futscher Pereira foi surpreendido pela «grande dignidade» protocolar e pela maneira «extremamente afável e cordial» com que o Presidente brasileiro o recebeu. Ernesto Geisel instou o embaixador a que «não hesitasse» em «solicitar-lhe audiência sempre» que «entendesse» que «um contacto pessoal» pudesse «ser útil» às relações entre os dois países⁷⁷.

Naquele momento, o que inquietava a embaixada portuguesa em Brasília era o livro de memórias em que o ex-Presidente do Conselho trabalhava. Desde que chegara ao Brasil, Marcelo Caetano fazia comentários pontuais sobre o curso dos acontecimentos em Lisboa, antecipando o tom crítico que teriam as suas memórias. Estas actividades contrariavam as garantias que o Itamaraty dera à embaixada de Portugal de que mediante «qualquer declaração de natureza política» ser-lhe-ia «retirado» o estatuto de asilado, sendo obrigado a sair do país⁷⁸. O próprio Marcelo Caetano afirmava à imprensa que «as condições» em que se

⁷³ «Ofício N° 89/ 74DL, sobre a nomeação de Carlos Alberto da Fontoura como embaixador do Brasil em Portugal, enviado pelo consulado de Portugal em São Salvador da Bahia ao ministério dos Negócios Estrangeiros, de 17 de Junho de 1974», PEA 31/ 1974, ° 337, AHDMNE.

⁷⁴ Avillez, Maria João, *Soares. Ditadura e revolução*, Lisboa, Público, 1996, p.347.

⁷⁵ AHDMNE – PEA 31/ 1974, n°337, *Folha de São Paulo*, 30 de Maio de 1974, sem página.

⁷⁶ «Aerograma n°274, sobre chegada de Vasco Futscher Pereira ao Brasil, enviado pela embaixada de Portugal em Brasília ao ministro dos Negócios Estrangeiros, de 2 de Agosto de 1974, p. 1», PEA 31/ 1974, n°337, AHDMNE.

⁷⁷ «Aerograma n°283, sobre a apresentação das credenciais de Vasco Futscher Pereira ao Presidente Ernesto Geisel, enviado pela embaixada de Portugal em Brasília ao ministro dos Negócios Estrangeiros, de 8 de Agosto de 1974, p. 1», PEA 31/ 1974, n°337, AHDMNE.

⁷⁸ «Aerograma n°274, sobre a chegada de Vasco Futscher Pereira ao Brasil, enviado pela embaixada de Portugal em Brasília ao ministro dos Negócios Estrangeiros, de 2 de Agosto de 1974, p.1», PEA 31/1974, n°337, AHDMNE.

encontrava não lhe permitiam fazer «quaisquer declarações» de teor político.⁷⁹ Todavia, não cessava de fazer as suas observações cáusticas. Afirmava que a «oficialidade jovem de Portugal, responsável pelo golpe de Estado», havia sido «minada pelas ideias marxistas» ou ainda que a China auxiliava o esforço de guerra em África.⁸⁰ Se o conteúdo dessas palavras não era de todo inédito, de certo que não condiziam com a proibição dos asilados em emitir opiniões políticas. Não tardou para que o exílio do ex-Presidente do Conselho constituísse um factor de preocupação, sobretudo pelo receio de que polarizasse os descontentamentos em relação ao novo regime português.

A embaixada de Portugal em Brasília fez várias diligências junto ao Itamaraty para assegurar que a publicação do livro de memórias de Marcelo Caetano não seria autorizada. Ao saber que o Governo brasileiro recebera uma cópia do livro, o ministro-conselheiro, Menezes Cordeiro, procurou obter um exemplar para a missão portuguesa. A resposta do chefe do departamento para Europa Ocidental do Itamaraty, Rio Branco, foi a de que não seria possível facultar uma cópia pois «o original devia quase certamente ter sido devolvido» ao «autor». Futscher Pereira julgou «difícil crer» que aquele ministério não tivesse «retido pelo menos uma cópia» do livro de Marcelo Caetano e em correspondência a Mário Soares afirmou: «toda a discricção se impõe, mas vamos procurar obtê-la». O ministro Azeredo da Silveira assegurara ao embaixador de Portugal que a «publicação» da obra seria «proibida» pelo seu Governo⁸¹. Contrariamente a estas informações, Marcelo Caetano declarou à revista *Fatos e Fotos*, de 18 de Setembro, «que o seu livro, *Depoimento*, seria posto à venda na próxima semana». A 19 de Setembro, Vasco Futscher protestou junto ao chanceler brasileiro que as declarações feitas pelo ex-Presidente do Conselho contradiziam as suas garantias. Azeredo da Silveira «lamentou» a publicação do artigo, atribuindo a respectiva responsabilidade a Marcelo Caetano, cuja atitude «reprovou» e reiterou que o «Brasil não permitiria qualquer gesto» do «ex-Presidente que fosse contrário às condições estipuladas» pela «concessão» de «asilo»⁸². No dia seguinte o embaixador de Portugal voltou a encontrar-se com o chanceler brasileiro. Dessa vez, Azeredo da Silveira assegurou que seria «entregue» uma «fotocópia» do livro de Caetano à missão portuguesa, e que «levaria» um «exemplar» para «oferecer» pessoalmente a Mário Soares no encontro que teriam em breve em Nova Iorque. Por último, o chanceler disse

⁷⁹ *Diário de Notícias*, 24 de Maio de 1974, p.2.

⁸⁰ *Ibidem*, 12 de Junho 1974, p.7.

⁸¹ «Aerograma nº280, sobre o lançamento do livro de Marcelo Caetano, *Depoimento*, no Brasil, enviado pela embaixada de Portugal em Brasília ao ministro dos Negócios Estrangeiros, de 6 de Agosto de 1974, p. 1», PEA 31/ 1974, nº 337, AHDMNE.

⁸² «Aerograma nº347, sobre a eventual publicação do livro de Marcelo Caetano no Brasil, enviado pela embaixada de Portugal em Brasília para o ministro dos Negócios Estrangeiros, de 19 de Setembro de 1974, pp.1 -2», PEA 764/ 1973 - 74, nº 337, AHDMNE.

que «o Presidente Geisel ficara muito mal impressionado com a publicidade feita pelo Dr. Marcello Caetano em torno do livro cuja publicação» no Brasil «não seria “de jeito nenhum” autorizada, a menos» que a «obra viesse a ser editada em Portugal»⁸³.

Após estes incidentes, o Governo português acabou por rever a sua posição e, em Outubro, manifestou não ver «inconveniente em que o referido livro» fosse «publicado e distribuído no Brasil»⁸⁴. Provavelmente esta inflexão diplomática tornou-se possível depois do encontro entre os dois ministros em Nova Iorque, à margem da XXIX Assembleia Geral da ONU, na última semana de Setembro. Por esta ocasião, Lisboa deve ter ficado convencida de que Governo Geisel não aceitaria a transferência do debate político português para o território brasileiro e que, portanto, não permitiria que o *Depoimento* se transformasse numa manifesto de oposição ao novo regime português. Após um mês de «censura», seria posto à venda o livro de Marcelo Caetano⁸⁵. Os motivos invocados anteriormente pelo Governo brasileiro para proibir a edição, nomeadamente a incompatibilidade das declarações de forte conteúdo político com o estatuto de asilado do ex-Presidente do Conselho, pareciam já não ter importância. Apesar das declarações bilaterais no sentido de estabelecer uma relação transparente e construtiva, parecia ser difícil consubstanciar estas intenções. A polémica em torno da publicação do livro de Marcelo Caetano foi mais um episódio dentre os muitos mal-entendidos que, a pouco e pouco, conduziam o diálogo entre Lisboa e Brasília quase à paralisia.

Após o 28 de Setembro o processo revolucionário radicalizou-se e as críticas ao regime brasileiro passaram a vir do próprio Governo português. Em Outubro de 1974 o Boletim da Comissão Coordenadora do MFA publicou um artigo afirmando que a «polícia brasileira» estaria «cooperando» com os órgãos de «repressão» chilenos. O assunto teria chegado ao «conhecimento» do Presidente Geisel que afirmou que caso o Executivo português não desse «uma resposta satisfatória» aos protestos brasileiros a visita do chanceler a Lisboa seria «cancelada»⁸⁶. Brasília considerava «inadmissível, impertinente e caluniosa, a publicação de tal comentário, em um órgão oficial do Governo português» e esperava que fossem tomadas as medidas necessárias para «impedir a repetição, em publicações oficiais

⁸³ «Aerograma nº352, entrevista de Vasco Futscher Pereira com Azeredo da Silveira sobre o livro de Marcelo Caetano, enviado pela embaixada de Portugal em Brasília para o ministro dos Negócios Estrangeiros, de 20 de Setembro de 1974, p.1», PEA 764/ 1973 - 74, nº 337, AHDMNE.

⁸⁴ «Correspondência do ministro dos Negócios Estrangeiros, Mário Soares, para o ministro das Relações Exteriores, Azeredo da Silveira, de 16 de Outubro de 1974, pp 1 - 2», AAS mre/ rb 119740523, Pasta I - 17, CPDOC/FGV.

⁸⁵ *Diário de Notícias*, 28 de Outubro de 1974, p.2.

⁸⁶ «Aerograma nº386, sobre a nota de protesto da embaixada do Brasil, de 11 de Outubro de 1974, pp.1 - 2», PEA 764/ 1973 - 74, nº 337, AHDMNE.

portuguesas, de comentários dessa ordem sobre a política externa» do Brasil.⁸⁷ A reacção do MNE (ministério dos Negócios Estrangeiros) aos protestos brasileiros foi a de que o Boletim da Comissão Coordenadora não poderia ser classificado «como uma publicação oficial mas apenas oficiosa e com circulação restrita». De qualquer maneira, não representava «de modo algum a posição oficial do Governo Português» que tudo faria para «não se repetirem casos semelhantes» e que pretendia manter uma «posição de total isenção» e de «não interferência» nos assuntos brasileiros⁸⁸. Mário Soares podia falar por si mas não por todo o Executivo e pela Presidência. O Conselheiro de Estado, Rui Luís Gomes, Reitor da Universidade do Porto, «com o beneplácito não declarado do Ministro da Educação Nacional», tinha «recrutado professores e intelectuais brasileiros» exilados no Chile e na Argélia⁸⁹. Este acontecimento não era novidade. Foram inúmeros os pedidos de asilo e auxílio diplomático feitos por cidadãos brasileiros às missões portuguesas no estrangeiro⁹⁰. Tal facto não surpreendia o ministério das Relações Exteriores que o considerava de «fácil compreensão». As «afinidades e a língua comum» tenderiam a atrair os «prófugos brasileiros para Portugal» e os «descontentes e marginalizados no novo regime de Lisboa» para o Brasil. O Itamaraty sabia que Mário Soares não tinha «condições de assumir um compromisso escrito ou público» sobre um assunto tão «espinhoso», por melhor que fossem as suas intenções. Quanto muito, conseguiria do ministro português um «*gentleman's agreement*» cuja eficácia era duvidosa face ao *desgoverno* que havia em Lisboa⁹¹.

O período da *deriva revolucionária* – 28 de Setembro de 1974 a 25 de Novembro de 1975 – foi marcado pela pulverização dos centros de poder que não actuavam de forma coerente e coesa produzindo, por conseguinte, estímulos contraditórios que se anulavam mutuamente⁹². Nos altos círculos da Administração brasileira havia a percepção de que o equilíbrio político português era instável e que, por isso, importava evitar as zonas de tensão que poucas valias trouxessem para o *Pragmatismo Responsável*. Exemplo disso foi a reacção do Itamaraty às intenções de António Champalimaud de transferir os seus negócios para o

⁸⁷ «Nota de protesto da embaixada do Brasil em Lisboa ao ministério dos Negócios Estrangeiros, enviado pelo ministério dos Negócios estrangeiros a embaixada do Brasil em Lisboa, embaixada, de 10 de Outubro de 1974, pp.1 - 2», PEA 764/ 1973 - 74, nº 337, AHDMNE.

⁸⁸ «Nota do ministério dos Negócios Estrangeiros em resposta à nota de protesto da embaixada do Brasil, enviado pelo ministério dos Negócios estrangeiros a embaixada do Brasil em Lisboa, embaixada, de 16 de Outubro de 1974, p.1», PEA 764/ 1973 - 74, nº 337, AHDMNE.

⁸⁹ «Relatório do ministério das Relações Exteriores sobre as relações Brasil – Portugal, Novembro de 1974, pp. 1 - 3» AAS mre/ rb 19740523, Pasta II - 7, CPDOC/FGV.

⁹⁰ No Arquivo do ministério dos Negócios Estrangeiros encontramos inúmeros documentos sobre esta matéria, nomeadamente os maços PEA 18 – 1975 e PEA 31 - 74.

⁹¹ «Relatório do ministério das Relações Exteriores sobre as relações Brasil – Portugal, Novembro de 1974, pp. 1 - 3» AAS mre/ rb 19740523, Pasta II - 7, CPDOC/FGV.

⁹² Telo, António, *História Contemporânea de Portugal*, vol. I , Lisboa, Presença, p.92 - 93.

Brasil. Por mais que visse com os «melhores olhos» os «investimentos portugueses no Brasil», a diplomacia brasileira não podia e não queria «assumir qualquer atitude susceptível» de «ser vista como favorecendo» a «saída de capitais de Portugal»⁹³. Isto não quer dizer que Brasília desconsiderasse de todo as oportunidades que o desvio dos investimentos portugueses para o Brasil poderiam representar. Em Novembro de 1974 a embaixada brasileira em Lisboa elaborou um parecer sobre os potenciais investidores portugueses no país. Sabia que o «desmoronamento do império» africano estimularia a «emigração de capitais privados» para o Brasil⁹⁴. O Banco Português do Atlântico, o Grupo Espírito Santo, Borges e Champallimud estavam na linha da frente. Em comum tinham a vontade de investir no Brasil e a certeza de que por «razões políticas» as «autoridades governamentais portuguesas» colocariam «dificuldades» a esse intuito. João Meireles, Presidente do Banco Português do Atlântico, era o mais «comedido». Julgava Vasco Gonçalves «inexperiente e despreparado» para o cargo e dificilmente seria possível convencê-lo de que os investimentos portugueses no estrangeiro não se tratavam de uma «forma disfarçada de expatriar o capital». Apesar das circunstâncias adversas, António Champalimud demonstrava «firme disposição em aumentar seus investimentos no Brasil». Entendia que a visita de Azeredo da Silveira a Lisboa constituiria uma «boa oportunidade» para que assunto fosse considerado «ainda que preliminarmente»⁹⁵. Porém, a prioridade do Itamaraty era «evitar qualquer atrito» nas relações bilaterais. O Governo brasileiro «não estava de nenhum modo preparado para aceitar» que o «debate político português» repercutisse em território nacional. Receava que a acção dos asilados portugueses no Brasil e dos brasileiros em Portugal, pudesse favorecer «infiltrações ideológicas tidas por indesejáveis» que pudessem vir a dirigir-se «contra instituições e posições do próprio governo brasileiro»⁹⁶.

Nas vésperas do 25 de Abril as relações luso-brasileiras haviam chegado a um impasse, em grande parte motivado pelas divergências quanto à *questão colonial*. Se num primeiro momento a dinâmica revolucionária parecia reunir as condições necessárias para relançar o diálogo bilateral, não tardou para que estas expectativas fossem frustradas pelo

⁹³ «Aerograma nº 460, sobre entrevista de António Champalimud com Azeredo da Silveira, enviado pela embaixada de Portugal em Brasília ao ministro dos Negócios Estrangeiros, de 25 de Novembro de 1974, p.1», PEA 764/ 1973 – 74, nº 337, AHDMNE.

⁹⁴ «Relatório da embaixada do Brasil em Lisboa sobre o estado das relações entre os países lusófonos, de Novembro de 1974, pp. 1 - 3», AAS mre/ rb 19740523, Pasta II – 2 A, CPDOC/FGV.

⁹⁵ «Relatório da embaixada do Brasil em Lisboa sobre os investimentos portugueses no Brasil, de Novembro de 1974, pp. 1 - 4», AAS mre/ rb 19740523, Pasta II - 8, CPDOC/FGV .

⁹⁶ «Aerograma nº387, sobre eventual missão de propaganda e politização da colónia portuguesa no Brasil, de 11 Outubro de 1974, enviado pela embaixada de Portugal em Brasília ao MNE, pp.1 - 2», PEA 764/ 1973 - 74, nº337, AHDMNE.

aumento de tensões entre Lisboa e Brasília. Por um lado, as tergiversações do processo revolucionário, nomeadamente após o 28 de Setembro, repercutiram na orientação da política externa portuguesa, pondo em questão os vínculos com o regime militar brasileiro. Por outro, a Revolução poderia criar uma nova dinâmica de entendimento mas não significava *per se* a substituição de um padrão de relacionamento que há muito se mostrava desajustado. A redefinição do seu sentido seria gradual, sujeita às incertezas políticas e à polarização ideológica do momento, e demandaria o empenho de ambas as chancelarias.

5.3. A viagem de Galvão de Melo ao Brasil

No dia 9 Junho chegava ao Brasil uma missão da JSN, liderada pelo general Galvão de Melo, acompanhado pelo conselheiro de Estado, major Vítor Alves. Pela primeira vez um representante da Junta de Salvação Nacional deslocava-se em visita oficial ao estrangeiro. Com o pretexto de participar nas comemorações do 10 de Junho, Galvão de Melo vinha «esclarecer os brasileiros e os portugueses do Brasil» sobre «o que foi o 25 de Abril».⁹⁷ Segundo o *Jornal do Brasil*, a visita constituía «a primeira resposta positiva do novo regime português» ao Governo brasileiro desde «o golpe militar de 25 de Abril». Até então, «as únicas ligações que se haviam estabelecido» visavam o entendimento sobre o exílio de Marcelo Caetano e Américo Tomás, que «em última análise significava um ónus para a imagem externa brasileira, especialmente perante os Estados africanos»⁹⁸. Nas palavras de um diplomata estrangeiro as relações luso-brasileiras eram «tecnicamente perfeitas, porém frias, muito frias»⁹⁹. O objectivo da missão da JSN era justamente reactivá-las e conquistar apoios para o novo regime português. Porém, a diplomacia brasileira revelar-se-ia mais empenhada em relação ao futuro de África do que quanto ao rumo da revolução portuguesa.

A imprensa brasileira deu grande cobertura à digressão da missão portuguesa, sempre especulando se ao longo dessa visita poderia ser antecipada «uma próxima participação brasileira na solução do problema das colónias africanas, conforme a sugestão feita pela Organização da Unidade Africana»¹⁰⁰. Às várias perguntas que lhe eram feitas sobre esse assunto, Galvão de Melo procurava responder de maneira ponderada, afirmando que a possível mediação brasileira deveria receber uma interpretação «bem mais larga» pois «intermediário» até «um simples advogado pode ser numa questão e não é disto que nós

⁹⁷ *Diário de Notícias*, 8 de Junho de 1974, p.5.

⁹⁸ AHDMNE – PEA 31/ 1974, nº337, *Jornal do Brasil*, 6 de Junho de 1974, sem página.

⁹⁹ AHDMNE – PEA 31/ 1974, nº337, *Jornal de Brasília*, 6 de Junho de 1974, sem página.

¹⁰⁰ AHDMNE – PEA 31/ 1974, nº337, *Jornal do Brasil*, 6 de Junho 1974, sem página.

precisamos»¹⁰¹. Com comentários dessa natureza, Galvão de Melo pretendia pôr fim às especulações da imprensa e ao mesmo tempo apresentar a *questão colonial* em termos mais complexos do aqueles equacionados pelo ministério das Relações Exteriores, diminuindo a importância da sua acção e excluindo a sua participação. Porém, face às insistências, o general acabaria por dar uma resposta peremptória, dizendo: «as conversações com os líderes africanos são directas e vêm alcançando resultados iniciais positivos. Por isso, não cabe ao Brasil o papel de mediador embora seus ofícios sejam sempre bem vindos»¹⁰². A imprensa exagerou na importância atribuída à nota da OUA e na expectativa de que Galvão de Melo manifestasse, naquela ocasião, uma posição favorável à mediação brasileira. Como observou o chefe do gabinete de Azeredo da Silveira, Souto Maior, ao embaixador dos EUA no Brasil, John Crimmins, as «especulações» sobre o «amplo papel brasileiro em África» resultavam de alguma «exuberância jornalística»¹⁰³. Mas seria possível que com uma censura apertada os meios jornalísticos divulgassem uma opinião muito divergente das do governo? Enquanto os jornais davam como certa a mediação, o Itamaraty mantinha um discurso prudente. Em nota oficial reafirmava que o «natural interesse do povo brasileiro pelo destino dos povos irmãos dos territórios sob Administração portuguesa na África» colocava «o Governo brasileiro no dever de colaborar para o encontro de uma solução» para o problema africano. Todavia, Brasília não aspirava «exercer mediação», e por isso não a oferecia, mas estava preparada para «prestar toda a colaboração» solicitada «pelas partes interessadas, às quais o Brasil se sente ligado pela História, pela raça e pela cultura»¹⁰⁴. Tudo parecia preparado para uma ofensiva diplomática do Itamaraty. Galvão de Melo bem tentou dar o tom da visita. Numa entrevista à televisão brasileira teceu largos elogios à política desenvolvimentista do regime militar que transformava o Brasil no «país do futuro» e pugnava por uma «política externa de total abertura»¹⁰⁵. Estes comentários, em consonância com a propaganda do regime, tinham dois objectivos imediatos. Por um lado, dissipar qualquer desconfiança de Brasília em relação à natureza do novo Governo português. Por outro, demonstrar que Lisboa pretendia pautar as relações bilaterais pelo mútuo respeito e pela não ingerência nos assuntos internos. O que Galvão de Melo talvez não esperasse era que, depois da imprensa, fosse o próprio chanceler a recolocar África no centro da visita.

¹⁰¹ AHDMNE – PEA 31/ 1974, nº337, *Folha de São Paulo*, 16 de Junho de 1974, sem página.

¹⁰² AHDMNE – PEA 31/ 1974, nº337, *Estado de São Paulo*, 12 de Junho de 1974, sem página.

¹⁰³ «*Brazilian note on its position with regard to Portuguese Africa*, telegrama enviado pela embaixada dos EUA em Brasília ao Departamento de Estado, de 10 de Junho de 1974, pp. 1 - 3», NARA, *Document Number*: 1974Brasil04158.

¹⁰⁴ «Nota da embaixada do Brasil em Lisboa ao ministério dos Negócios Estrangeiros sobre a visita de Galvão de Melo ao Brasil, 1974, pp1 - 2», PEA 31/ 1974, nº 337, AHDMNE.

¹⁰⁵ AHDMNE – PEA 31/ 1974, nº337, *Folha de São Paulo*, de 28 de Junho de 1974, sem página.

A viagem de Galvão de Melo começou pelo Rio de Janeiro onde foi recebido pelas «mais altas personalidades políticas» e por «cerca de 10.000 pessoas, entre as quais numerosos exilados e muitos brasileiros, de cravos vermelhos ao peito» num «ambiente de euforia e ao som de “Grândola Vila Morena”»¹⁰⁶. Durante uma sessão de esclarecimento no Real Gabinete Português de Leitura, Galvão de Melo afirmou que as «Forças Armadas eram firmes garantes da democracia que acabava de ser implantada» e que não permitiram que esta «fosse comprometida por grupos extremistas fosse qual fosse a sua ideologia»¹⁰⁷. Em São Paulo, onde residiam os empresários portugueses mais proeminentes, o general não teve e uma recepção tão entusiasta. O comendador Valentim dos Santos Diniz, director-presidente do grupo Pão de Açúcar, com interesses económicos em Portugal e no Ultramar, foi o porta-voz dessas «preocupações», nomeadamente quanto ao tratamento que seria dado ao «empresários» e os riscos de *deriva revolucionária*¹⁰⁸. Galvão de Melo respondeu que «tanto o empresariado como os operários não tinham a mínima prática» nos desafios que a «liberalização provocou» e por isso que as incertezas faziam parte do período de transição que se vivia.¹⁰⁹ Todavia, foi categórico a afirmar: «a democracia é o objectivo do governo português».¹¹⁰ De facto, «as principais personalidades de todos os sectores ideológicos» acorreram para ouvir as palavras do enviado da JSN, numa «manifestação de grande significado», o que não queria dizer que estivessem de acordo quanto ao que se passava em Portugal. Na generalidade, a comunidade portuguesa expressava «ressentimentos, desconfianças e descontentamentos de vária ordem». Como observou o consulado de Portugal em São Paulo, foi junto ao «sector tradicional da Colónia» que as palavras de Galvão de Melo tiveram um «efeito muito útil porque entre os seus líderes» predominava uma «certa sensação de intranquilidade» que o general pôde acalmar¹¹¹.

A próxima etapa da viagem dos membros da JSN seria à capital brasileira, onde chegaram a 13 de Junho. Talvez o momento mais difícil da missão de Galvão de Melo tenha sido o almoço oferecido em honra dos enviados da JSN ao Brasil pelo ministro das Relações Exteriores, Azeredo da Silveira. No seu discurso oficial, o chanceler confirmou que o

¹⁰⁶ *Diário de Notícias*, 12 de Junho de 1974, p.7.

¹⁰⁷ «Relatório nº11/ 793, sobre a viagem dos representantes da JSN ao Brasil enviado pela embaixada de Portugal em Brasília ao ministro dos Negócios Estrangeiros, de 27 de Junho de 1974, pp.1-7», PEA 31/ 1974, nº337 AHDMNE.

¹⁰⁸ AHDMNE – PEA 31/ 1974, nº337, *Jornal de Brasília*, 13 de Junho 1974, sem página.

¹⁰⁹ AHDMNE – PEA 31/ 1974, nº337, *Diário de Notícias*, 13 de Junho 1974, sem página.

¹¹⁰ AHDMNE – PEA 31/ 1974, nº337, *O Globo*, de 13 de Junho de 1974, sem página.

¹¹¹ «Relatório nº259 – 74 DPG16, sobre visita dos representantes da JSN a São Paulo, enviado pelo consulado de Portugal naquela cidade ao ministro dos Negócios Estrangeiros, de 20 de Junho de 1974, pp. 1- 4», PEA 31/ 1974, nº 337, AHDMNE.

«movimento militar de 25 de Abril» criara a «possibilidade de revitalizar a amizade entre o Brasil e Portugal de forma ampla e variada, sem sentimentalismos retóricos, mas com determinação sincera de construir um futuro melhor». Neste sentido, o desafio que se impunha era o de abandonar a relação «circunstancial» potencializando as «coincidências globais na maneira de apreciar os problemas de interesse geral, no mundo interdependente», do qual ambos os países faziam parte. Após uma breve pausa, o chanceler brasileiro retomou a palavra afirmando que naquele almoço havia «um conviva invisível», «presente na mente de todos» os «brasileiros» e «portugueses». Não poderia deixar de «mencioná-lo porque calar poderia ser tão significativo quanto falar» e «o silêncio poderia ser mais difícil de interpretar». Azeredo da Silveira referia-se, «evidentemente, à África e ao seu povo». Para o Brasil, se eram «permanentes» os «vínculos com Portugal e com o povo português», não eram «menos com África e o seu povo» pois em «ambos» se encontravam os «alicerces» da «nacionalidade». Numa clara alusão à mediação brasileira, Azeredo da Silveira afirmou que o Brasil acompanhava com «interesse» os acontecimentos em Portugal e os «desenvolvimentos relativos à suas relações com os povos africanos» e «não poderia ser de outra forma, pela fraternidade histórica» que os «une nos três continentes». Concluindo, o chanceler disse estar «aberta a possibilidade de revitalizar a amizade» entre os dois países, imprimindo «um sentido verdadeiramente dinâmico à comunidade» luso-brasileira. Era isso que o Governo brasileiro esperava que a visita da missão portuguesa viesse «revigorar»¹¹². Tomando a palavra, Galvão de Melo referiu que desde a sua chegada ao Brasil tivera várias oportunidades para falar mas que aquele momento não era «fácil» pois Azeredo da Silveira tocara na «corda sensível»¹¹³. Disse «estar no espírito» das palavras do chanceler e que para Portugal «os laços tradicionais da história, raça, língua e cultura», deveriam ser a «base de partida e, não, finalidade». Constituíam «materiais de uma Comunidade Lusíada actuante» num «mundo onde a África conquistou o seu lugar»¹¹⁴.

O encontro com Ernesto Geisel seria menos embaraçoso uma vez que o Presidente evitou «assuntos relacionados com a política do Brasil em relação à África»¹¹⁵. Após a

¹¹² «Relatório nº11/ 767, sobre o discurso feito pelo ministro das Relações Exteriores do Brasil durante o almoço oferecido aos representantes da Junta de Salvação Nacional, enviado pela embaixada de Portugal em Brasília ao ministro dos Negócios Estrangeiros, de 19 de Junho de 1974, pp. 1 - 5», PEA 31/ 1974, nº337 AHDMNE.

¹¹³ AHDMNE – PEA 31/ 1974, nº337, *Correio Braziliense*, 15 de Junho de 1974, sem página.

¹¹⁴ «Comunicado sobre a visita da missão da JSN ao Brasil, enviado pelo general Galvão de Melo ao ministro das Relações Exteriores, Azeredo da Silveira, de 26 de Junho de 1974, pp. 1 - 19», AAS mre/ rb 19740523, Pasta I – 9, CPDOC/FGV.

¹¹⁵ «Aerograma nº220, sobre o encontro entre o general Galvão de Melo e o Presidente Ernesto Geisel, enviado pela embaixada de Portugal em Brasília ao ministro dos Negócios Estrangeiros, 15 de Junho de 1974, pp. 1- 4», PEA 31/ 1974, nº337, AHDMNE.

audiência, Galvão de Melo declarou à imprensa que as conversações até ali estabelecidas «foram muito produtivas»¹¹⁶ e que as «consequências» da sua visita se fariam «sentir à curto prazo». No mesmo dia o Itamaraty divulgou uma nota com as declarações do secretário-geral da OUA, Ngo Ekgangazi, favoráveis à mediação brasileira. A nota afirmava ser «o Brasil o país do qual a África mais espera, agora e também a longo prazo»¹¹⁷. Enquanto a missão portuguesa mostrava-se reticente ao envolvimento de Brasília no processo de descolonização, a diplomacia brasileira exercia toda a sorte de pressões nesse sentido. O momento em que o comunicado da OUA é dado a conhecer pelo Itamaraty, durante a viagem de Galvão de Melo e após as suas declarações, não terá sido aleatório. Segundo *O Globo*, diário próximo do regime, a mediação do Brasil era «um dado de imposição nacional», uma oportunidade que «além do caminho político» possibilitaria a «presença económica brasileira» na África portuguesa¹¹⁸.

Para a embaixada de Portugal em Brasília, a missão da JSN cumprira os seus objectivos. Sobretudo conseguira «tranquilizar as autoridades brasileiras sobre a intenção dos novos governantes portugueses em manter os laços existentes» entre os dois países sem «hostilizar a sua forma de governo, nem “exportar a revolução”». Porém, era claro que as facilidades concedidas pelo governo brasileiro tinham por objectivo «proclamarem mais uma vez a sua posição em relação aos problemas do Ultramar»¹¹⁹. Opinião diversa tinha a embaixada dos EUA em Brasília, segundo a qual Galvão de Melo parecera ter «pouca autonomia para tratar com o Governo brasileiro», estando a sua visita dominada por uma «dimensão cerimonial». Apesar de toda a «retórica», o Governo brasileiro não ficara «impressionado» com a visita. Os chefes dos Departamentos da Europa e da África do Itamaraty manifestaram a um diplomata norte-americano que a missão portuguesa não trouxera «nenhuma proposta» concreta, o que não lhes permitia atribuir-lhe «significado especial». Entre as altas patentes militares, a «maneira expansiva» de falar e a «excessiva exposição à imprensa» de Galvão de Melo causou algum desconforto. Em relação à actuação de Victor Alves, a impressão colhida não foi a melhor. «Desagradou» à oficialidade brasileira não só as suas «observações» como o descuido do protocolo português em enviar um «oficial menos graduado» para as conversações bilaterais. Estas preocupações demonstram que os meios militares brasileiros tinham uma percepção difusa do que era o MFA e o processo

¹¹⁶ AHDMNE – PEA 31/ 1974, nº337, *O Globo*, 17 de Junho 1974, sem página.

¹¹⁷ AHDMNE – PEA 31/ 1974, nº337, *Tribuna de Santos*, 16 de Junho de 1974, sem página.

¹¹⁸ AHDMNE – PEA 31/ 1974, nº337, *O Globo*, 14 de Junho de 1974, sem página.

¹¹⁹ «Relatório nº11/ 793, sobre a viagem dos representantes da JSN ao Brasil enviado pela embaixada de Portugal em Brasília ao ministro dos Negócios Estrangeiros, de 27 de Junho de 1974, pp. 1 - 7», PEA 31/ 1974, nº 337, AHDMNE.

revolucionário. Em suma, na perspectiva da embaixada norte-americana, «nada de substancial fora alcançado» com a visita de Galvão de Melo ao Brasil. Naquele momento, o principal «objectivo» do Itamaraty era manter os «canais de negociação abertos», tanto com Portugal quanto com África, «preservando» um eventual papel que pudesse vir a desempenhar no futuro como «mediador» e na defesa dos seus interesses. Pelo menos isso teria sido possível alcançar com a visita da missão da JSN¹²⁰.

Se Galvão de Melo esperava que a sua viagem se limitasse a tranquilizar as autoridades brasileiras e os imigrantes portugueses quanto ao 25 de Abril, encontrou uma conjuntura diferente em que o elemento africano era omnipresente. Estas preocupações da parte de Brasília não eram inéditas mas «até há alguns meses atrás não seriam colocadas num discurso oficial». Neste sentido, como observa um artigo da *Folha de São Paulo*, o encontro entre Galvão de Melo e Azeredo da Silveira não trouxe «grandes novidades» até porque a conjuntura política «bastante indefinida e nebulosa» em Portugal exigia cautelas¹²¹. Segundo *O Globo*, a missão portuguesa não tinha «ficado bem caracterizada» e o próprio Galvão de Melo declarou que «acontecimentos posteriores à incumbência por ele recebida do Governo português modificaram os rumos da sua presença» no Brasil¹²². De facto, os dias que sucederam à sua partida foram determinantes para a definição do conflito que se vinha agravando nas últimas semanas e que opunha António de Spínola e o Movimento das Forças Armadas. A tentativa falhada de golpe institucional, perpetrada pelo Presidente da República durante a reunião da Manutenção Militar, a 13 de Junho, demonstrava que a correlação de forças alterava-se a favor da Comissão Coordenadora do MFA. O que estava em questão eram duas percepções distintas sobre quais deveriam ser os rumos da revolução e da descolonização. Perante um cenário político interno ainda bastante indefinido, o general tinha a sua capacidade de acção condicionada.

De regresso a Lisboa, Galvão de Melo declarou à RTP, no dia 22 de Junho, que a sua missão fora um «êxito» pois naquele momento, «os brasileiros e os portugueses do Brasil» possuíam do processo revolucionário, «conhecimento mais objectivo e concreto que muitos portugueses europeus e africanos»¹²³. Em correspondência com o chanceler brasileiro, o general disse que não desejava «correr o risco de enviar uma carta apenas agradecendo» a «hospitalidade», apenas «repetindo “sentimentalismos retóricos”», mas reafirmar a sua

¹²⁰ «*Visit of general Galvão de Melo to Brazil*, telegrama enviado pela embaixada dos EUA em Brasília ao Departamento de Estado, de 24 de Junho de 1974, pp. 1 - 8», NARA, *Document Number*: 1974Brasil04584.

¹²¹ AHDMNE – PEA 31/ 1974, nº337, *Folha de São Paulo*, 16 de Junho de 1974, sem página.

¹²² AHDMNE – PEA 31/ 1974, nº337, *O Globo*, 14 de Junho de 1974, sem página.

¹²³ «Comunicado do general Galvão de Melo sobre a sua visita ao Brasil, Gabinete do Presidente – Junta de Salvação Nacional, de 26 de Junho de 1974, pp. 1 – 19», AAS mre/ rb 19740523, Pasta I - 9, CPDOC/FGV.

convicção de que se construía um «futuro melhor» para os dois povos¹²⁴. As palavras proferidas pelo chanceler durante o almoço em homenagem à missão portuguesa ecoavam. Na sua resposta a Galvão de Melo, Azeredo da Silveira disse que os dois países atravessavam um «momento transcendental da sua História» que abria «novas perspectivas de presença no mundo e de cooperação recíproca» e que poderia alterar o padrão das «relações» bilaterais. Porém, o Governo brasileiro não acreditava «em alinhamentos automáticos, nem mesmo na forma de amizades automáticas». Por isso, «as boas relações entre o Brasil e Portugal» eram «uma tarefa a cumprir, renovada e constantemente», que só faziam «sentido» na medida em que atendessem aos «interesses nacionais» de ambos os «povos»¹²⁵. Estava claro que as relações luso-brasileiras já não seriam assentes na retórica dos afectos. Doravante, o Itamaraty as percepcionaria de acordo com os princípios da política externa *pragmática e responsável*. Para o caso em questão, as relações com Lisboa importavam na medida em que contribuíssem para aprofundar os laços com a África de expressão portuguesa.

¹²⁴ «Correspondência do general Galvão de Melo ao ministro das Relações Exteriores, Azeredo da Silveira, de 1 de Julho de 1974, pp. 1 – 2», », AAS mre/ rb 19740523, Pasta I - 10, CPDOC/FGV.

¹²⁵ «Correspondência do ministro das Relações Exteriores, Azeredo da Silveira, ao general Carlos Galvão de Melo, de Julho de 1974, pp. 1 -3», AAS mre/ rb 19740523 Pasta I - 12, CPDOC/FGV.

Capítulo VI - A descolonização e a vertente africana do *Pragmatismo Responsável* (1974)

6.1. A mediação brasileira

O 25 de Abril, num primeiro momento, renovou as expectativas brasileiras quanto à descolonização. Segundo o *Jornal do Brasil*, a «política do novo regime português em relação aos seus territórios africanos», que passara a defender uma solução política para a *questão colonial*, era semelhante à «posição brasileira» sobre o assunto, o que talvez permitisse ao Itamaraty «acompanhar» de perto a «marcha das negociações»¹²⁶. Todavia, parecia que Lisboa não pretendia recorrer aos préstimos brasileiros. Por um lado, mantinha contactos directos com os movimentos de independência. Por outro, nada ganhava em partilhar, ou mesmo perder, o seu protagonismo em África para Brasília. Da parte dos movimentos de libertação havia alguma reticência em relação às intenções brasileiras, motivada, sobretudo, pela memória de apoio tácito ao colonialismo português. Pretenderia o Brasil substituir Portugal ou ser um posto avançado do imperialismo americano em África? Em Abril de 1974 o ministério das Relações Exteriores procurou deixar claro quais eram as suas intenções e emitiu uma nota em que reconhecia o «direito à autodeterminação» dos territórios africanos de expressão portuguesa¹²⁷. Contudo, continuava a faltar um sinal de que, da parte africana, a participação brasileira seria bem-vinda.

No dia 31 de Maio chegou ao ministério das Relações Exteriores uma nota procedente da OUA solicitando ao Governo brasileiro que agisse como «mediador junto a Portugal em favor da concessão da independência de Moçambique e Angola e do reconhecimento da Guiné-Bissau». Em comunicado oficial, o Itamaraty justificou a solicitação como decorrente das «relações especiais que ligam o Brasil a Portugal», e que em «atenção ao pedido dos africanos» Brasília prontamente «informou ao general Spínola sobre a missão que lhe foi solicitada»¹²⁸. O embaixador do Brasil no Cairo, Bastian Pinto, partiu imediatamente para Mogadiscio onde decorria a cimeira da Organização da Unidade Africana. O seu objectivo era exercer alguma influência na tomada de decisões em relação à Portugal e à participação brasileira. Em conversa com o embaixador de Portugal no Egipto, Bastian Pinto, deixara a impressão de que o seu governo fora «surpreendido e ficara impressionado com o pedido a

¹²⁶ AHDMNE – PEA 31/ 1974, nº337, *Jornal do Brasil*, 22 de Maio de 1974, sem página.

¹²⁷ AHDMNE – PEA 31/ 1974, nº337, *Folha de São Paulo*, 9 de Abril de 1974, sem página.

¹²⁸ AHDMNE – PEA 31/ 1974, nº337, *Folha de São Paulo*, 5 de Maio de 1974, sem página.

OUA», sobretudo após o «embaraço que a concessão de asilo a Caetano e Thomáz causara» a Brasília «perante os países africanos». A posição do seu ministério seria a de «não adoptar qualquer iniciativa que pudesse não ser compreendida pelos africanos»¹²⁹.

Em Brasília, a embaixada de Portugal não fez qualquer comentário sobre o comunicado. Todavia, fontes do jornal *Folha de São Paulo*, ligadas aos meios diplomáticos portugueses, afirmaram que a «mediação brasileira não» tinha «sentido», uma vez que Lisboa executava «uma política de negociações directas com os movimentos guerrilheiros». Isto não queria dizer que Portugal dispensava a ajuda do Brasil, mas que esta deveria ser enquadrada «no contexto dos entendimentos directos» que estavam «sendo feitos entre portugueses e africanos». Opinião distinta tinha o embaixador da Costa do Marfim, Seydou Diarra, que julgava ser esta a oportunidade que o Brasil tanto esperava. Por um lado, «o governo brasileiro foi oficialmente solicitado para exercer a sua influência», condição *sine qua non* colocada pelo Itamaraty para agir como mediador. Por outro, «Brasília não poderia deixar de registar a sua presença», especialmente «depois que a França» apresentara os seus «bons ofícios» para ajudar Portugal na solução da *questão colonial*¹³⁰. O chefe do gabinete de Azeredo da Silveira, o ministro Souto Maior, «negou» que ao tornar pública a nota em que OUA solicitava a mediação brasileira, o Itamaraty pretendesse «antecipar-se» à iniciativa francesa. Para o diplomata, a proposta de mediação do Governo francês era «oportunista» pois considerava, somente, a sua «posição» em África. Estando à partida «deturpada no seu intuito», esta oferta não vingaria pois não corresponderia aos interesses das partes envolvidas. Quanto ao Brasil, Souto Maior afirmava que manteria os «contactos com ambas as partes» mas que agiria com cautela pois as suas «capacidades eram limitadas» e o «processo de negociação» ia adiantado¹³¹.

O empenho do Itamaraty em participar no processo de resolução da *questão colonial* deve ser compreendido como parte da sua estratégia de aproximação ao continente africano, cumprindo uma das vertentes do *Pragmatismo Responsável*. Por um lado, pretendia rectificar o passado de convívio com o colonialismo português e pôr termo às suspeições que subsistiam quanto às suas pretensões neo-colonialistas. Por outro, apresentava o Brasil como um parceiro natural, apto a desenvolver relações equitativas e a dinamizar a cooperação Sul-Sul. Não sendo certo que Lisboa recorresse à mediação brasileira e que o fizesse nos termos

¹²⁹ «Aerograma nº21, reunião entre os embaixadores de Portugal e do Brasil no Cairo, enviado pela embaixada de Portugal no Cairo ao ministério dos Negócios Estrangeiros, 10 de Junho de 1974, pp. 1 - 2», PEA 31/ 1974, nº337, AHDMNE.

¹³⁰ AHDMNE – PEA 31/ 1974, nº337, *Folha de São Paulo*, 6 de Maio de 1974, sem página.

¹³¹ «OAU request Brazilian pressure on Portugal, telegrama enviado pela embaixada dos EUA em Brasília para Departamento de Estado, de 7 de Junho de 1974, pp. 1 - 3», NARA, *Document Number*: 1974Brasil04101.

pretendidos por Brasília, restava ao ministério das Relações Exteriores actuar autonomamente. A independência Guiné-Bissau revelar-se-ia uma ocasião oportuna para que o Governo Geisel pusesse em prática a sua nova política africana.

6.2. Recuperar a iniciativa política: a independência da Guiné-Bissau

Em 1973, durante a Assembleia Geral da ONU, o Brasil fora um dos cinco Estados que votaram contra a admissão da Guiné-Bissau na Organização. Menos de um ano depois, Azeredo da Silveira, dirigindo-se ao corpo diplomático creditado em Brasília, diria que a política externa brasileira estava «empenhada em ajudar a desfazer os equívocos herdados de situações políticas internacionais superadas pela história»¹³². A 18 de Julho de 1974, uma semana após essas declarações, o Itamaraty reconheceu a independência da Guiné e apoiou o seu ingresso na ONU. Em nota oficial, o ministério das Relações Exteriores afirmava que a «incorporação de uma nova nação irmã de língua portuguesa na comunidade internacional» era recebida com «particular satisfação pelo Governo brasileiro»¹³³. A decisão de reconhecer a independência da Guiné-Bissau foi interpretada por certos observadores como uma «resposta ao apelo dos países da África» para que o Brasil «intercedesse junto ao novo Governo português» a favor da descolonização¹³⁴. Para alguns diplomatas brasileiros vivia-se «um momento histórico na política externa e um marco para o futuro»¹³⁵. Nos corredores do Itamaraty falava-se que o Brasil havia «resgatado um velha hipoteca e recuperado» a sua «liberdade de agir, dialogar e cooperar» com os seus parceiros em África¹³⁶. Para que não restassem dúvidas acerca da posição brasileira, Azeredo da Silveira esclareceu-a durante um jantar oferecido pelo embaixador do Marrocos, Aissa Benchekroun. O chanceler confirmou que «a nova política africana do Brasil» estava «apenas começando» e que outros «gestos», como o «reconhecimento da independência da Guiné-Bissau», seriam em «breve realizados»¹³⁷.

A iniciativa foi recebida com «entusiasmo» pelos diplomatas africanos credenciados em Brasília que a interpretaram como uma «demonstração de independência da política externa» brasileira «frente a Portugal» e a confirmação das directrizes propostas pelo

¹³² AHDMNE – PEA 31/ 1974, nº337, *Jornal de Brasília*, 19 de Julho de 1974, sem página.

¹³³ «Comunicado do Itamaraty sobre a sua decisão de apoiar o pedido de admissão da Guiné-Bissau como membro da ONU, de 18 de Julho de 1974, p.1», PEA 764/ 1973 – 74, nº 337/ BRA, AHDMNE.

¹³⁴ AHDMNE – PEA 31/ 1974, nº337, *Jornal de Brasília*, 19 de Julho de 1974, sem página.

¹³⁵ AHDMNE – PEA 31/ 1974, nº337, *O Globo*, 19 de Julho 1974, sem página.

¹³⁶ AHDMNE – PEA 31/ 1974, nº337, *Jornal do Brasil*, 19 de Julho de 1974, sem página.

¹³⁷ AHDMNE – PEA 31/ 1974, nº337, *Jornal de Brasília*, 23 de Julho de 1974, sem página.

Presidente Geisel. Nas palavras do embaixador da Costa do Marfim, Seydou Diarra: «o Brasil procura o seu caminho próprio e suas atitudes deverão ser cada vez mais claras e inequívocas com relação ao continente africano»¹³⁸. A imprensa brasileira via no reconhecimento da independência da Guiné «a promessa de novos e definitivos rumos» da «política externa em relação aos países de língua portuguesa». Apesar de vir com «quase um ano de atraso» a decisão brasileira chegava a «bom tempo» e importava continuar por esse caminho para que «no que se refere a Angola e Moçambique» não se chegasse «como retardatários». Posto isso, nada indicava que o Brasil deveria voltar a alinhar, «de forma automática, ao Governo de Portugal» pois «no continente africano» surgia «todo um mundo de cooperação a ser criado entre ele e a Nação brasileira»¹³⁹.

É pouco provável que a Administração norte-americana tenha sido surpreendida pelo gesto do Itamaraty. Em Fevereiro de 1974, o então chefe da Divisão Africana, Ferreira Lopes, perguntou ao embaixador dos EUA em Brasília, John Crimmins, «qual reacção poderia ser esperada de Washington se o Brasil mudasse a sua posição em relação à Guiné-Bissau» e se «deveria aguardar alguma alteração na posição dos EUA em relação aos territórios portugueses em África», uma vez que o assunto seria «abordado na Assembleia Geral da ONU». A resposta do diplomata americano foi sucinta. Os EUA continuariam a «apoiar a autodeterminação dos territórios» sob Administração portuguesa mas «não se associariam a outros países» na pressão internacional sobre Portugal. Naquele momento, Washington preferia transmitir a sua posição através de contactos «bilaterais» com Lisboa¹⁴⁰. Provavelmente, a resposta de John Crimmins considerou que a crise interna norte-americana, na fase final do Governo Nixon, impunha alguma cautela na posição a adoptar quanto à autodeterminação das colónias portuguesas. Reconhecer a independência da Guiné, já proclamada unilateralmente pelo PAIGC (Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde), em Setembro de 1973, significava apoiar a ascensão de um movimento de esquerda em África, num momento em que Moscovo procurava aumentar a sua esfera de influência no continente e em que os EUA tinham a sua capacidade de reacção fortemente condicionada.

A decisão brasileira em antecipar-se à Assembleia Geral da ONU e a posição do Governo português talvez tenha sido motivada pela percepção de que Lisboa não recorreria ao seu auxílio e que provavelmente não o vinha mantendo a par das negociações. Isto é, urgia dar

¹³⁸ AHDMNE – PEA 31/ 1974, nº337, *Folha de São Paulo*, 20 de Julho de 1974, sem página.

¹³⁹ AHDMNE – PEA 31/ 1974, nº337, *Jornal do Brasil*, 20 de Julho de 1974, sem página.

¹⁴⁰ «Guinea –Bissau and UN specialized agencies, telegrama enviado pela embaixada dos EUA em Brasília ao Departamento de Estado, de 19 de Fevereiro de 1974, pp. 1 - 3», NARA, *Document Number*: 1974Brasil01176.

uma prova clara de autonomia face à diplomacia portuguesa e não correr o risco de ser excluído das oportunidades que se abriam com a descolonização. O ingresso da Guiné-Bissau na ONU e o reconhecimento da sua independência por Portugal eram um questão de tempo. Por conseguinte, a opção do Itamaraty não implicava grandes riscos. O momento escolhido permitia perscrutar os limites e as potencialidades do *Pragmatismo Responsável*. Na opinião da embaixada dos EUA em Brasília, ao pressentir que a descolonização da Guiné-Bissau era «imminente», o ministério das Relações Exteriores resolveu reconhecer a sua independência com o objectivo de «obter o maior crédito possível» junto dos governos africanos não vindo a reboque da iniciativa portuguesa¹⁴¹. Segundo o chefe do Departamento da África e Ásia do Itamaraty, Ítalo Zappa, este era o «culminar natural de um processo de tomada de decisão», representando mais o abandono de uma política «anacrónica» em relação à África do que uma estratégia para «obter ganhos económicos e políticos». Ademais, com este gesto Brasília favorecia aqueles que no «Governo português, como Soares, pretendiam o fim imediato do colonialismo»¹⁴². Em Maio de 1974 a diplomacia brasileira acreditava que seria «reservado» a Mário Soares a «solução do contencioso português em África» e que caberia ao Partido Socialista a formulação da «nova política externa lusitana»¹⁴³. Naquele momento o objectivo imediato do Itamaraty era minorar o passado de proximidade ao colonialismo português para posteriormente estreitar os laços com África. Para Ítalo Zappa, o Brasil não poderia continuar a «comprometer» a sua política externa em prol dos «interesses de Portugal», como fizera no passado. Nas suas palavras: «o imperativo do interesse nacional por vezes torna necessário tomar decisões que desagradam os amigos».

Opinião semelhante tinha a embaixada dos EUA em Brasília. Uma vez que o Governo brasileiro não participava nas decisões sobre «futuro dos territórios portugueses em África», e atravessando um momento difícil nas relações com Lisboa, o «Brasil nada tinha a ganhar», para a sua política africana, com as «negociações em marcha» ou «aguardando os seus desenvolvimentos»¹⁴⁴. É provável que a pressão exercida pela decisão brasileira sobre o Governo português conviesse aos interesses norte-americanos. Como confirma o embaixador dos EUA em Lisboa, Stuart Nash Scott, em Setembro de 1974, a «transferência de poder»

¹⁴¹ «Brazil recognizes Guinea – Bissau, telegrama enviado pela embaixada dos EUA em Brasília ao Departamento de Estado, de 20 de Julho de 1974, pp. 1 - 3», NARA, *Document Number*: 1974Brasil05392.

¹⁴² «Brazilian recognition of Guinea-Bissau, telegrama enviado pela embaixada dos EUA em Brasília ao Departamento de Estado, de 29 de Julho de 1974, pp. 1 - 4», NARA, *Document Number*: 1974Brasil05590.

¹⁴³ «Sobre a organização do ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal e as relações luso-brasileiras, telegrama enviado pela embaixada do Brasil em Lisboa ao ministério das Relações Exteriores, de 23 de Maio de 1974, pp 1 – 2», AAS mre/ rb 19740523, Pasta I - 3, CPDOC/ FGV.

¹⁴⁴ «Brazilian recognition of Guinea-Bissau, telegrama enviado pela embaixada dos EUA em Brasília ao Departamento de Estado, de 29 de Julho de 1974, pp. 1 - 4», NARA, *Document Number*: 1974Brasil05590.

para o PAIGC constituía uma «oportunidade histórica» para a «Administração Ford se identificar com as aspirações africanas e ao mesmo tempo demonstrar» o seu «apoio ao Presidente Spínola, o que fortaleceria as forças políticas ao centro»¹⁴⁵.

Tanto os EUA quanto o Brasil, procuravam reequacionar a sua presença em África mas enfrentavam dificuldades. Se a descolonização dos territórios portugueses constituía uma excelente oportunidade para o fazerem, a Guiné era o primeiro passo neste sentido. Ademais, o apoio externo ao reconhecimento do direito imediato à autodeterminação favorecia os sectores políticos moderados, diminuindo, em princípio, as hipóteses de *deriva revolucionária*. Porém, no que dizia respeito à maneira como influenciar a política portuguesa não havia consenso entre o Departamento de Estado e o Itamaraty. Desde Maio de 1974 que a diplomacia brasileira atribuía a Mário Soares e ao PS uma acção determinante na definição e estruturação do regime saído do 25 de Abril. Por sua vez, até ao princípio de Setembro, a embaixada dos EUA em Lisboa continuava a defender que António de Spínola seria o mais capacitado para conter a *deriva revolucionária* e dar continuidade à transição para a democracia. A que se devem duas avaliações tão divergentes? Em primeiro lugar, possivelmente os estreitos laços entre Brasília e Lisboa permitiram à missão brasileira compreender mais rapidamente do que a norte-americana o novo equilíbrio de forças e o que estava em jogo. Em segundo, a consonância de interesses entre o PS e o Itamaraty, no que dizia respeito à descolonização e à acção que o Brasil poderia desempenhar em África, certamente influenciaram o ministério das Relações Exteriores a ter uma posição favorável ao Partido Socialista.

A notícia de que o Governo brasileiro tomara a decisão de reconhecer a República da Guiné-Bissau, a 18 de Julho, causou um profundo mal-estar em Portugal. A data escolhida coincidia com a tomada de posse do II Governo Provisório, chefiado por Vasco Gonçalves e sob forte influência da Comissão Coordenadora do MFA e do PCP, ambos favoráveis ao reconhecimento do direito à autodeterminação e à transferência de poderes imediata. O embaixador Carlos Alberto da Fontoura teve a difícil tarefa de comunicar ao ministro Mário Soares um acontecimento que toda Lisboa «soubera anteriormente» pelos meios de comunicação e que viria a agravar o contencioso diplomático que desde o 25 de Abril crescia entre os dois países. O Presidente da República, António de Spínola, «sentiu-se chocado» com a decisão brasileira, sobretudo após o «gesto de cortesia» que foi o envio da missão chefiada

¹⁴⁵ «*Presidential messages on Guinea-Bissau independence*, telegrama enviado pela embaixada dos EUA em Lisboa ao Departamento de Estado, de 6 de Setembro de 1974, pp. 1 - 3», NARA, *Document Number*: 1974Lisbon03831.

por Galvão de Melo ao Brasil. No Palácio das Necessidades, um diplomata disse ao correspondente do *Estado de São Paulo*: «Pode haver tratado de amizade, mas não há mais tratado de consulta». A opinião generalizada era a de que o Itamaraty pretendia «desenvolver uma política africana às custas de Portugal» no momento em que as negociações para a descolonização estavam em curso. A desconfiança em relação às intenções do Governo brasileiro era grande e poucos duvidavam que o reconhecimento da Guiné por Brasília «tinha em vista» Angola e Moçambique¹⁴⁶. O ministro dos Negócios Estrangeiros, Mário Soares, lamentou publicamente a maneira como o Governo brasileiro reconheceu a independência da Guiné-Bissau. O Brasil não teria respeitado o Tratado de Amizade e Consulta, comunicando ao Governo português a sua decisão com apenas 24 horas de antecedência o que era um «prazo muito reduzido» e significava, na prática, a participação de um facto consumado.

O Itamaraty considerou «improcedente» a crítica do ministro português e reafirmou o respeito pelo referido Tratado, argumentando que a comunicação da decisão brasileira às Necessidades fora um «gesto mais protocolar que político» pois o diálogo bilateral mantinha-se «frio» desde o 25 de Abril. Fontes diplomáticas afirmavam que os tratados bilaterais só «valem e dizem alguma coisa se houver um diálogo íntimo e franco que lhes dê substância e sentido prático». Lamentava-se que o contacto entre os dois países «não ficou mais fácil depois da queda do salazarismo» e que o «silêncio e a desconfiança entre Lisboa e Brasília» poderiam «ser mais negativos» para Portugal do que para o Brasil, «que preferiria, obviamente, aproximar-se da África negra sem distanciar-se da nação amiga de além-mar». O *Estado de São Paulo*, citando uma fonte junto do Governo, afirmava que «uma acção construtiva do Brasil, em relação à África Negra e favorável a Lisboa, numa hora de difíceis negociações quanto às colónias, foi recebida com silêncio e equívocos»¹⁴⁷. Segundo o *Diário de São Paulo*, a reacção de Mário Soares «expressou a perplexidade das autoridades portuguesas ante a autonomia e a maturidade do Brasil para discernir os rumos da sua política com relação aos países africanos»¹⁴⁸. Para *O Globo*, «apesar das sucessivas demonstrações de boa vontade perante os novos dirigentes» de Portugal, o Brasil aparecia aos olhos de Lisboa como «violador do tratado de amizade e consulta»¹⁴⁹. Mas na capital portuguesa nem todos se opunham à decisão brasileira. O *Diário de Notícias*, sob grande influência do PCP, qualificou-a como sendo a «reposição da verdade depois de longos tempos de embustes à

¹⁴⁶ AHDMNE – PEA 31/ 1974,nº337, *Estado de São Paulo*, 20 de Julho de 1974, sem página.

¹⁴⁷ AHDMNE – PEA 31/ 1974, nº337, *Estado de São Paulo*, 26 de Julho 1974, sem página.

¹⁴⁸ AHDMNE – PEA 31/ 1974, nº337, 1974, *Diário de São Paulo*, 26 de Julho de 1974, sem página.

¹⁴⁹ «Aerograma nº266, sobre o reconhecimento pelo Brasil da Guiné-Bissau, enviado pela embaixada de Portugal em Brasília ao ministro dos Negócios Estrangeiros, de 29 de Julho de 1974, p. 1», PEA 31/ 1974, nº 337, AHDMNE.

porta das chancelarias», pressionando o Governo português a acompanhar o Brasil no reconhecimento imediato da independência da Guiné¹⁵⁰. Também *A República*, conotada com o PS, avaliou o gesto de Brasília como uma «peça significativa no contexto político nacional e internacional», acentuando a «irreversibilidade» do «processo de descolonização»¹⁵¹. Opiniões tão divergentes entre a Presidência da República e dois dos principais partidos que compunham o Governo revelam como a descolonização era um assunto que dividia opiniões e em torno do qual se definiam as forças políticas e o futuro da revolução portuguesa.

Em correspondência com Azeredo da Silveira, Mário Soares considerava que a «decisão do Brasil de reconhecer o Governo da Guiné-Bissau talvez tivesse podido ser retardada» se as «circunstâncias» lhe «tivessem permitido manter» o ministro brasileiro «ao corrente das dificuldades que o processo de descolonização» enfrentava, e dos «esforços» que o Governo português empenhava para o «vencer». Com o intuito de evitar situações análogas no futuro, instruíra o embaixador Vasco Futscher Pereira a «esclarecer cabalmente» o Governo brasileiro sobre a descolonização, de modo a que conhecesse o seu «estado» e pudesse «acompanhar de perto os seus futuros desenvolvimentos», tendo em vista a «relevante posição do Brasil e a relação que necessariamente» teria «com o processo histórico» então «iniciado»¹⁵². Menos impulsiva e parcial do que as opiniões da imprensa, os dois ministros mantinham um registo cordial nas suas conversações. Tão pouco, a julgar pelas palavras de Mário Soares, o Governo português era intrinsecamente renitente ao envolvimento do Brasil na África portuguesa como apresentaram certos meios brasileiros.

6.3. A afirmação da política africana do Itamaraty

Apesar da decisão de Brasília em relação à Guiné-Bissau ter sido recebida com ânimo pela generalidade dos países africanos, não foi suficiente para pôr termo às desconfianças dos movimentos de libertação quanto às reais intenções da ditadura militar brasileira e tão pouco granjeou, no imediato, uma posição mais favorável junto a estes países da que dispunha Portugal. Ciente dessas dificuldades o Itamaraty procurou a intercessão de Lisboa. A 6 de Agosto, num encontro com o ministro-conselheiro da embaixada de Portugal, Menezes Cordeiro, Azeredo da Silveira manifestou-se «extremamente interessado» em assistir à cerimónia de transferência da soberania da Guiné-Bissau, deixando a impressão de que estaria

¹⁵⁰ *Diário de Notícias*, 22 de Julho de 1974, p.1.

¹⁵¹ *A República*, 20 de Julho de 1974, p.20.

¹⁵² «Correspondência do ministro dos Negócios Estrangeiros, Mário Soares, ao ministro das Relações Exteriores Azeredo da Silveira, 1974 pp 1 – 2», AAS mre/ rb 119740523, Pasta I – 17 A, CPDOC/ FGV.

«disposto a cancelar quaisquer outros compromissos se aquela hipótese pudesse vir a concretizar-se». Apesar do convite não depender exclusivamente de Lisboa, o embaixador de Portugal julgava que ao atender a vontade do chanceler poderia «contribuir de sobremaneira para restaurar o clima de confiança bilateral»¹⁵³. Todavia, a presença brasileira continuava a levantar fortes reservas. Desde a morte de Amílcar Cabral que as relações entre o dirigentes guineenses e o Governo brasileiro se tinham tornado menos favoráveis. O embaixador do Brasil considerava ser mais oportuno que o seu Governo «só se fizesse representar» nas cerimónias que seriam celebradas em Lisboa, evitando criar atritos. O chanceler Azeredo da Silveira manifestou a Vasco Futscher Pereira que se, por um lado, talvez fosse melhor «não insistir nesse ponto», por outro, nem todas as portas estavam fechadas a Brasília. Por «intermédio» do governo senegalês, o Itamaraty soubera que a Guiné-Bissau «mostrara-se recentemente interessada em receber do Brasil certos tipos de auxílio escolar e tecnológico», tendo mesmo «concordado já com a criação da embaixada do Brasil em Bissau»¹⁵⁴.

De facto, estaria para breve o estabelecimento da missão brasileira na Guiné. Mas se a posição do PAIGC em relação a Brasília não era tão intransigente como se pensou inicialmente, também é certo que as manifestações de boa vontade de Bissau não significavam o fim das reticências. Falando ao *Expresso* sobre as relações com o Governo brasileiro, o chefe histórico do PAIGC, Pedro Pires, disse que «as verdades dizem-se. Sejam elas amargas ou doces» e que o «Brasil não participou» ao lado do Partido na «luta de libertação». Havia uma diferença entre Portugal e o Brasil, pois «milhares de portugueses combateram para que se liquidasse em Portugal o fascismo e se efectuasse efectivamente a descolonização». Porém, acabaria por afirmar: «a nossa colaboração com o Brasil depende do que for estabelecido entre nosso Governo e o Governo Brasileiro»¹⁵⁵. A transição para a independência foi marcada pela indefinição e fluidez nas decisões, que tinham que se adaptar às necessidades mais prementes, o que explica alguma incerteza quanto aos moldes das futuras relações entre Brasília e Bissau. É possível que em Lisboa houvesse quem estivesse cioso do avanço brasileiro para África e que não esquecesse a maneira como o Itamaraty anunciara o reconhecimento da Guiné-Bissau. O semanário *Expresso* reflectia estas opiniões ao afirmar que os líderes dos movimentos de libertação só poderiam desconfiar de um Governo «que

¹⁵³ «Aerograma nº281, sobre a presença do Brasil nas cerimónias de transferência de soberania para Guiné-Bissau, enviado pela embaixada de Portugal em Brasília ao ministro dos Negócios Estrangeiros, de 6 de Agosto de 1974, p. 1», PEA 31/ 1974, nº 337, AHDMNE.

¹⁵⁴ «Aerograma nº327, sobre a eventual participação do Brasil nas celebrações da independência da Guiné-Bissau, enviado pela embaixada de Portugal em Brasília ao ministro dos Negócios Estrangeiros, de 5 de Setembro de 1974, pp. 1 - 2», PEA 31/ 1974, nº 337, AHDMNE.

¹⁵⁵ *Expresso*, 14 de Setembro de 1974, p.17.

saída os caminhos de independência desde que esta se tornou não só inevitável como também um facto consumado, dado que anteriormente nunca vira a cor do apoio que legitimaria o interesse actual»¹⁵⁶.

Todavia, não era essa a directiva do ministério dos Negócios Estrangeiros. Pelo contrário, o embaixador Vasco Futscher Pereira entendia que a participação do Governo brasileiro nas cerimónias de Lisboa «teria verdadeiro significado». Durante uma entrevista com o ministro Azeredo da Silveira, ambos concordaram que uma «representação especial do Brasil teria grande impacto internacional, e até interno». Ao despedir-se do embaixador de Portugal, o chanceler afirmou que «compreendia perfeitamente» as dificuldades portuguesas e pediu que esta questão «continuasse sendo analisada para evitar risco de desencontros ou versões menos claras»¹⁵⁷. As cerimónias comemorativas da independência da Guiné não se realizaram em Lisboa. Mesmo assim, o Governo português procurou associar Brasília à única celebração que ocorreu no dia 10 de Setembro: um almoço no Palácio de Belém em que participou a delegação guineense, o Presidente António de Spínola, e o embaixador do Brasil em Lisboa, «como único representante de um estado amigo e fraterno». O objectivo era «deixar bem claro as intenções e firmes propósitos do governo português» em relação ao Brasil e à sua política externa¹⁵⁸.

Em Outubro de 1974, apenas um mês após a entrevista de Pedro Pires ao *Expresso*, Luís Cabral respondia ao telegrama de felicitações pelo primeiro aniversário da proclamação da independência da Guiné-Bissau enviado por Ernesto Geisel. O Presidente guineense manifestava os «desejos sinceros» de que a etapa política que se iniciava e o «consequente estabelecimento de relações diplomáticas» entre os dois países viesse a «abrir perspectivas às novas relações amizade e cooperação entre o povo irmão do Brasil e o nosso povo, unidos por laços de história, cultura e língua.»¹⁵⁹. A partir de então as relações bilaterais estreitaram-se. Em Novembro chegou a Bissau a primeira missão oficial brasileira com o objectivo de iniciar contactos para a cooperação económica e política entre os dois países¹⁶⁰. Na mesma semana foi concedido o *agrément* ao primeiro embaixador brasileiro na ex-colónia portuguesa.

¹⁵⁶ *Ibidem*, 23 de Novembro 1974, p.9.

¹⁵⁷ «Aerograma nº327, sobre a eventual participação do Brasil nas celebrações da independência da Guiné-Bissau, enviado pela embaixada de Portugal em Brasília ao ministro dos Negócios Estrangeiros, de 5 de Setembro de 1974, pp. 1 - 2», PEA 31/ 1974, nº 337, AHDMNE.

¹⁵⁸ «Correspondência do ministro dos Negócios Estrangeiros, Mário Soares, ao ministro das Relações Exteriores, Azeredo da Silveira, de 12 de Setembro de 1974», AAS mre/ rb 119740523, Pasta I -15, CPDOC/ FGV.

¹⁵⁹ «Aerograma nº384, sobre cooperação entre o Brasil e a Guiné-Bissau, enviado pela embaixada de Portugal em Brasília para o ministro dos Negócios Estrangeiros, de 10 de Outubro de 1974, p.1», PEA 764/ 1973 - 74, nº 337, AHDMNE.

¹⁶⁰ AHDMNE – PEA - 23 A/1974, nº327, *O Globo*, 1 de Novembro 1974, sem página.

Se as relações com Bissau foram rapidamente normalizadas, em parte devido à própria dinâmica da autodeterminação guineense, Luanda e Maputo continuavam a ser duas incertezas para o Itamaraty. Brasília preocupava-se com as reticências manifestadas por Agostinho Neto em relação ao Governo brasileiro e receava que o líder angolano colocasse «objecções ao estabelecimento de relações diplomáticas». A importância atribuída à descolonização de Angola, entendida como uma rara «oportunidade para relançar as relações com Luanda», fez com que o Itamaraty recorresse a duas estratégias. Por um lado, continuou a efectuar diligências junto às Necessidades para «participar no processo de independência»¹⁶¹. Por outro, pretendia «elevar a consulado geral a sua representação em Luanda»¹⁶². Para o embaixador Vasco Futscher Pereira, Brasília queria «reforçar a sua posição em Angola» de modo a que ficasse «habilitada a seguir melhor a evolução política do território». Como não era claro quais seriam as intenções de Agostinho Neto em relação ao Brasil após a independência, interessava ao Itamaraty «começar desde já a desempenhar ali» uma «actividade de carácter diplomático» podendo quiçá exercer maior influência no futuro de Angola. Futscher Pereira não julgava oportuno contrariar os intentos do Ministério das Relações Exteriores pois Portugal também pretendia elevar a categoria de alguns dos seus consulados em território brasileiro¹⁶³. Talvez o embaixador desse como certo o estabelecimento de relações diplomáticas entre Angola e o Brasil, e soubesse que negar o pedido do Itamaraty não alteraria a sua política africana. Diante de uma realidade inexorável, Lisboa nada tinha a ganhar em criar atritos com Brasília, antes pelo contrário.

No que dizia respeito a Moçambique as preocupações do Itamaraty não eram menores. Pôr considerar Angola a fronteira leste do Brasil e a sua *lança em África*, o ministério das Relações Exteriores optara por concentrar os esforços no relacionamento com Luanda em detrimento de Maputo. O resultado foi que junto da FRELIMO o Governo brasileiro continuava a ser visto com desconfiança, não se esquecendo o passado de convivência com o colonialismo português. À imprensa, o líder histórico do Movimento, Joaquim Chissano, confirmou ser expectável que a FRELIMO «distinguisse entre os governos que a haviam apoiado e aqueles, como era o caso do Brasil, que não o tinham feito». Apesar destas

¹⁶¹ «Aerograma nº261, sobre a possível participação do Brasil no processo de independência angolano, enviado pela embaixada de Portugal em Brasília ao ministro dos Negócios Estrangeiros, de 26 de Julho de 1974, p. 1», PEA 31/ 1974, nº 337, AHDMNE.

¹⁶² «Aerograma nº323, sobre a representação diplomática brasileira em Angola, enviado pela embaixada de Portugal em Brasília ao ministro dos Negócios Estrangeiros, de 5 de Setembro de 1974, p. 1», PEA 31/ 1974, nº 337, AHDMNE.

¹⁶³ «Aerograma nº301, sobre elevação a Consulado Geral da missão diplomática brasileira em Luanda, enviado pela embaixada de Portugal em Brasília ao ministro dos Negócios Estrangeiros, de 30 de Agosto de 1974, pp. 1 - 2», PEA 31/ 1974, nº 337, AHDMNE.

declarações serem desfavoráveis à pretensão brasileira de estreitar os laços com Maputo, Azeredo da Silveira não lhes atribuía grande importância, considerando-as «previsíveis». Num encontro com o embaixador de Portugal, Vasco Futscher Pereira, a 20 de Setembro, o chanceler mostrou-se confiante de que à medida que os «contactos se fossem estreitando» a «reserva dos líderes africanos de Moçambique» tenderia a «diluir-se»¹⁶⁴. Por aquela altura, o Itamaraty satisfazia-se com uma «solução intermédia» que era a «indicação» para Moçambique de um «representante» seu com «estatuto próprio especial» que pudesse promover uma aproximação gradativa¹⁶⁵. O segundo passo seria conquistar a confiança da direcção da FRELIMO que continuava a operar a partir de Dar-Es-Salaam. O Governo português foi sensível às solicitações brasileiras. A 29 de Outubro autorizou o «estabelecimento de uma representação diplomática» do «Brasil em Lourenço Marques» e comprometeu-se em criar os «“canais de comunicação” entre o Governo brasileiro e os movimentos nacionalistas angolanos». O Brasil não queria ser «acusado» de «retardatário» nos «gestos de aproximação com os novos países africanos»¹⁶⁶. Pelo contrário, pretendia fazer «compreender» aos «representantes» dos movimentos de libertação que estava «pronto, no momento oportuno, a oferecer a sua colaboração ao Governo» que fosse «estabelecido logo após a independência»¹⁶⁷.

A nova política externa africana do Itamaraty pôde contar com a intercessão de Lisboa e a persuasão de alguns chefes de Estado africanos para, aos poucos, alterar a imagem do Brasil em África. A 19 de Outubro, o ministro dos Negócios Estrangeiros da Costa do Marfim, Assouan Usher, «felicitava» o Governo brasileiro pela sua posição face à «descolonização da África», salientando a importância do «reconhecimento da República da Guiné-Bissau». Esta decisão, «inscrita na linha política defendida há alguns anos» pelos dois Estados teria sido «brilhantemente executada» por Azeredo da Silveira. As autoridades de Abidjan esperavam que os «contactos» entre os dois Governos favorecesse a «compreensão entre a África e a América Latina»¹⁶⁸. O apoio à autodeterminação dos territórios sob

¹⁶⁴ «Aerograma n.º 353, reunião entre Azeredo da Silveira e Vasco Futscher Pereira sobre Moçambique, enviado pela embaixada de Portugal em Brasília para o ministério dos Negócios Estrangeiros, de 20 Setembro de 1974, p.1», PEA - 23 A/1974, n.º327, AHDMNE.

¹⁶⁵ «Correspondência do ministro dos Negócios Estrangeiros, Mário Soares, ao ministro das Relações Exteriores, Azeredo da Silveira, de 16 de Outubro, pp. 1 – 2», AAS mre/ rb 19740523, Pasta I -15, CPDOC/ FGV.

¹⁶⁶ «Sobre a correspondência entre Mário Soares e Azeredo da Silveira, telegrama enviado pela embaixada do Brasil em Lisboa para o ministério das Relações Exteriores, de 29 de Outubro de 1974, p.1», AAS mre/ rb 19740523, Pasta III -1, CPDOC/ FGV.

¹⁶⁷ «Relatório do ministério das Relações Exteriores sobre a descolonização dos territórios africanos sob Administração portuguesa, Novembro de 1974, pp. 1 – 4», AAS mre/ rb 19740523, Pasta II - 4, CPDOC/ FGV.

¹⁶⁸ «Correspondência do ministro dos Negócios Estrangeiros da Costa do Marfim, Assouan Usher, ao chanceler Azeredo da Silveira, de 19 de Outubro de 1974, pp.1 - 2», AAS mre/ rb 19740523, Pasta I - 1, CPDOC/ FGV.

Administração portuguesa conferiu credibilidade à política africana do Itamaraty, minorando, ou mesmo pondo termo, as reticências que subsistiam em África quanto ao seu real significado. De aliado do colonialismo português ou instrumento do imperialismo americano, Brasília passara, pelo menos para alguns Estados, a ser o parceiro ideal. Cumpria-se um dos objectivos do *Pragmatismo Responsável* para o continente africano.

Capítulo VII - A *deriva revolucionária* e as tergiversações bilaterais (1974 – 1975)

7.1. O encontro bilateral de 1974: à procura de um novo padrão de relacionamento

A partir de Maio de 1974, o gabinete do ministro dos Negócios Estrangeiros começou a trabalhar na possibilidade de um encontro com o seu homólogo brasileiro, com o objectivo de «dar nova densidade às relações luso-brasileiras retirando-as do plano teórico e emocional dos últimos tempos»¹⁶⁹. O Itamaraty mostrou-se receptivo à iniciativa. Na resposta ao convite de Mário Soares, o chanceler brasileiro enalteceu a «necessária vocação» do Brasil e de Portugal «para o bom entendimento e a confraternização». Nas suas palavras: «Nossas diferenças tendem a ser superficiais e episódicas. A contrário, nossas semelhanças são radicais e constantes. Sobre tais alicerces é fácil construir uma cooperação mutuamente benéfica e vantajosa para outras nações amigas»¹⁷⁰. Não é certo que a maneira como Brasília reconheceu a independência da Guiné, a manutenção da escolha do general Fontoura para o posto de embaixador, a polémica em torno da publicação do livro de Marcelo Caetano, e as divergências ideológicas que se acumulavam, fossem percebidas em Portugal como *diferenças superficiais e episódicas*. Tão pouco que todos entendessem por *benéfica* a *cooperação* que o Brasil oferecia. Naquele momento, as reticências eram muitas e recíprocas, e a retórica diplomática não era suficiente para ultrapassá-las.

Por uma questão de agenda, o primeiro encontro bilateral realizou-se no dia 22 de Setembro, em Nova Iorque, à margem da XXIX Assembleia Geral das Nações Unidas, em que ambos os ministros estariam presentes. Esta reunião tinha um carácter preparatório, destinada a que as duas chancelarias trocassem impressões e fizessem uma «revista geral» às relações luso-brasileiras. Os assuntos abordados seriam posteriormente aprofundados durante a visita de Azeredo da Silveira a Lisboa, que acabou por decorrer na primeira semana de Dezembro. Na véspera da Assembleia Geral, a missão portuguesa na ONU ofereceu uma jantar em homenagem ao chanceler, que aproveitou a ocasião para desfazer quaisquer dúvidas que permanecessem quanto às intenções do Brasil em relação à África lusófona. Azeredo da Silveira afirmou: «Não temos título de herança ou qualquer pretensão a suceder ou substituir

¹⁶⁹ «Sobre a organização do ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal e as relações luso-brasileiras, telegrama enviado pela embaixada do Brasil em Lisboa ao ministério das Relações Exteriores, de 23 de Maio de 1974, pp 1 – 2», AAS mre/ rb 19740523, Pasta I - 3, CPDOC/ FGV.

¹⁷⁰ «Correspondência do ministro das Relações Exteriores, Azeredo da Silveira, ao ministro dos Negócios Estrangeiros, Mário Soares, de 12 de Agosto de 1974, pp.1 - 3», PEA 764/ 1973 - 74, nº 337, AHDMNE.

Portugal em África»¹⁷¹. No dia seguinte as suas palavras ganhariam contornos mais subtis. Discursando na Assembleia Geral, Azeredo da Silveira ressaltou que o seu Governo era «favor da descolonização imediata» pondo termo a qualquer dúvida que subsistisse em relação à política externa brasileira. Brasília defendia a «descolonização urgente» e «sem restrições», entendendo que «não se justificam protelações ou subterfúgios na condução do processo». O chanceler negou que o Brasil tivesse pretensões imperialistas, assegurando que o seu país não iria «jamais enveredar pelo caminho do colonialismo» e que não cairia nas «armadilhas da história». Após «saudar a presença» dos representantes da Guiné-Bissau, que pela «primeira vez» participavam no plenário da ONU, o chanceler salientou que Brasília estaria disponível para «prestar o seu apoio a que os povos, ainda sujeitos a formas de dominação colonial», pudessem «alcançar no mais curto prazo possível, a independência»¹⁷².

As palavras de Azeredo da Silveira anunciavam a nova política africana do Itamaraty em oposição a um passado omissivo e de apoio tácito ao colonialismo português. Apresentava o Brasil como o porta-voz dos países em desenvolvimento, o parceiro ideal com o qual as novas nações poderiam contar. Eram a expressão do *Pragmatismo Responsável* que, em observância ao realismo político e económico, pretendia proporcionar ao Brasil uma nova posição no sistema internacional. Mas o seu discurso também tinha um objectivo imediato bem definido e que dizia respeito às relações com Lisboa. Por um lado, ao defender a urgência da descolonização, o chanceler legitimava a decisão de Brasília quanto à Guiné, justificando, à partida, que o Itamaraty voltasse a agir da mesma maneira em relação aos demais territórios coloniais portugueses. Por outro, deixava claro ao Governo português de que lado a diplomacia brasileira estaria e o que esperava de Lisboa quanto à descolonização. Por palavras transversas, Azeredo da Silveira tocava no ponto nevrálgico das relações luso-brasileiras, que há mais de duas décadas vinha ditando os consensos e as divergências bilaterais: a África de expressão portuguesa.

A viagem de Azeredo da Silveira estava marcada para a primeira semana de Dezembro, mas os acontecimentos de 28 de Setembro alarmaram os sectores mais conservadores do regime militar brasileiro, que viram na queda de Spínola e no reforço do *gonçalvismo* a confirmação de que a revolução portuguesa pendia à esquerda. Por conseguinte, a *linha dura* do regime pressionou o ministro das Relações Exteriores a cancelar a sua deslocação à capital portuguesa. No Itamaraty existia alguma «apreensão» em relação à

¹⁷¹ «Aerograma nº449, actividades da missão portuguesa na ONU, Setembro de 1974, pp.2 - 3», POI 706/ 1974, nº 501, AHDMNE.

¹⁷² AHDMNE – PEA - 23 A/1974, nº327, *Jornal da Bahia*, 25 de Setembro de 1974.

maneira como a visita do chanceler a Lisboa seria recebida. Na opinião de Futscher Pereira os «próprios serviços do ministério chegaram a desaconselhá-la por motivos de prudência», acompanhando a posição de alguns meios militares. Até o Presidente Geisel mantinha uma posição «reservada e hesitante». Quem não tinha dúvidas acerca da importância dessa viagem era Azeredo da Silveira. Fora a insistência do chanceler, com o apoio de Golbery, que teria convencido o Presidente. Durante a reunião com Geisel, o chanceler chegara a dizer que «mesmo que Portugal se tornasse comunista, o Brasil nunca poderia deixar de considerar como prioritárias e especiais» essa relações¹⁷³. Ao fazer frente a tantas resistências nos círculos mais altos do Governo, Azeredo da Silveira transformava o encontro com Mário Soares numa aposta pessoal. Muitos eram os críticos à sua heterodoxia política e caso algo corresse mal, a sua posição no Executivo ficaria fragilizada. O chanceler era constantemente visado pelos sectores mais à direita do regime que discordavam da sua interpretação do *Pragmatismo Responsável*. Isto é, não aceitavam que o Brasil estabelecesse relações diplomáticas com os países do bloco comunista. E naquele momento, para muitos não era certo que Portugal permanecesse no campo do Ocidente. Em 1974 não só a extrema-esquerda estava fortemente implantada, como existia em Portugal o maior e mais ortodoxo partido comunista da Europa Ocidental¹⁷⁴.

De facto, a viagem de Azeredo da Silveira a Lisboa comportava riscos reais. Qualquer «manifestação», «desacato», ou mesmo uma «atitude francamente hostil» da «imprensa» poderia ter um «forte impacto negativo nos meios oficiais» e na «opinião pública» brasileira, sobretudo se comparado com as anteriores visitas oficiais a Portugal que corriam sempre da melhor maneira¹⁷⁵. O mais grave é que incidentes deste género aconteciam todas as semanas em Lisboa. A diplomacia portuguesa sabia que a visita ministerial teria uma repercussão «muito grande» no Brasil e que poderia contribuir «de modo altamente positivo para atenuar» as «reservas» de «certos meios políticos e informativos brasileiros». Urgia, portanto, evitar uma «eventual agressividade ou impertinência por parte dos jornalistas» e das «facções desejosas» em «criarem dificuldades» nas «relações» bilaterais¹⁷⁶. A imprensa brasileira falava em «riscos políticos» e não esperava «resultados espectaculares» da viagem. Talvez o cuidado adoptado no «noticiário tenha sido inspirado por fontes próximas» ao «governo,

¹⁷³ «Aerograma nº449, sobre a visita do Chanceler do Brasil a Portugal, de 21 Novembro de 1974, pp.1 - 2», PEA 764/ 1973 - 74, nº 337, AHDMNE.

¹⁷⁴ António Telo, *História Contemporânea de Portugal*, vol. I, Lisboa, Presença, p.59.

¹⁷⁵ «Aerograma nº449, discussões no Brasil sobre a visita do Chanceler do Brasil a Portugal, de 21 Novembro de 1974, pp.1 - 2», PEA 764/ 1973 - 74, nº 337, AHDMNE.

¹⁷⁶ «Aerograma nº 465, sobre a visita do chanceler Azeredo da Silveira a Lisboa, enviado pela embaixada de Portugal em Brasília ao ministério dos Negócios Estrangeiros, de 4 de Dezembro de 1974, p.1», PEA 764/ 1973 - 74, nº 337.

reflectindo preocupações deste, nomeadamente no que se refere» à «visita» a Lisboa¹⁷⁷. Azeredo da Silveira deixara claro que a mudança de chefe de Estado não «alterou essencialmente» o «Governo» com o qual fora «acertado» o «encontro» bilateral e por isso mantinha-se «muito interessado e empenhado» na sua realização. Na sua opinião, a «recente crise política portuguesa tivera um desfecho positivo» na «medida em que clareara» a «situação interna», pondo «termo a tensões políticas paralizadoras da acção do governo»¹⁷⁸.

A caminho de Lisboa a delegação brasileira fazia escala em África. A decisão de passar pelo Senegal, um país com grande influência regional e comprometido com o processo de descolonização dos territórios portugueses, sobretudo Angola, e com o qual o Brasil mantinha estreitas relações, não terá sido casual. Esta iniciativa tinha dois objectivos imediatos: enquadrar a viagem ministerial a Portugal num contexto muito mais amplo que era o das relações do Brasil com África; e aproveitar a visibilidade do encontro para apresentar a nova política externa brasileira a todo continente. Discursando em Dacar, num banquete oferecido pelo ministro dos Negócios Estrangeiros do Senegal, Assena Seck, a 27 de Novembro, Azeredo da Silveira defendeu o «princípio da não intervenção nos assuntos internos» de outros países e afirmou que o Brasil atribuía às «relações com as nações africanas uma atenção prioritária», só «comparável à que dedica, no mesmo grau de interesse, às da América Latina»¹⁷⁹. Por sua vez, o seu homólogo senegalês afirmou que não existia entre os africanos «ressentimentos» em relação à «anterior posição brasileira» face as «colónias portuguesas»¹⁸⁰. Numa conferência de imprensa antes de partir para Lisboa, Azeredo da Silveira disse que «com a emancipação das colónias portuguesas, os problemas vão reactivar-se» fazendo «mexer todo continente». Neste contexto, o Senegal teria uma «importância decisiva para se alcançarem resultados concretos». O chanceler mostrou-se optimista quanto às hipóteses de cooperação, afirmando que «o Brasil tem qualquer coisa a dar e muito a receber» de África¹⁸¹. Subjacente a estas palavras estava a percepção de que a descolonização traria novas perspectivas de colaboração, política e económica, entre o Brasil e o continente africano, permitindo aprofundar as relações Sul - Sul.

A 2 de Dezembro a comitiva brasileira chegava a Lisboa para uma estadia de três dias que pretendia marcar o «início de uma nova etapa das relações» bilaterais. Para muitos

¹⁷⁷ «Aerograma nº421, sobre viagem do chanceler do Brasil a Portugal, de 5 Novembro de 1974, pp.1 - 3», PEA 764/ 1973 - 74, nº 337, AHDMNE.

¹⁷⁸ «Aerograma nº376, sobre a visita de Azeredo da Silveira a Portugal, de 5 Outubro de 1974, pp.1 - 2», PEA 764/ 1973 - 74, nº 337, AHDMNE.

¹⁷⁹ *Diário de Notícias*, 28 de Novembro de 1974, p.11.

¹⁸⁰ «Aerograma nº479, sobre a visita de Azeredo da Silveira a Portugal, de 1 Dezembro de 1974, p.1», PEA 764/ 1973 - 74, nº 337, AHDMNE.

¹⁸¹ *Diário de Notícias*, de 30 de Novembro, de 1974, p.9.

observadores tratava-se de uma oportunidade para a «clarificação de relações entre Portugal e o Brasil», que atravessavam um período de arrefecimento, o que poderia ser conseguido através do «incremento» dos vínculos «comerciais e económicos». Logo na recepção a Azeredo da Silveira, Mário Soares observou que «as relações entre os dois países transcendem os regimes», estando «por cima dos homens e das circunstâncias», manifestando o espírito transconjuntural que deveria pautar o encontro¹⁸².

Durante as reuniões, o ministro dos Negócios Estrangeiros voltou a reafirmar a sua convicção de que o relacionamento bilateral não poderia ser condicionado pelas diferentes orientações políticas seguidas por Lisboa e Brasília. Nas sua opinião, a «comunidade luso-brasileira» constituía uma «realidade histórica irreversível», um «substrato espiritual de tal modo forte» que «poderia sobreviver a todas as crises, a todos os afastamentos ideológicos ou políticos». O III Governo Provisório estava empenhando no seu «reforço» em «termos de eficiência prática»¹⁸³ procurando desenvolver as inúmeras «faixas de cooperação» quer no plano bilateral quanto no multilateral¹⁸⁴. Por isso, entendia que Portugal e o Brasil estavam diante de «grandes e encorajantes tarefas» que poderiam constituir «passos largos e decisivos no caminho da concretização» da «Comunidade» que os «une»¹⁸⁵.

Tomando a palavra, Azeredo da Silveira observou que aquela era a «primeira oportunidade» para «uma ampla avaliação conjunta» das «relações bilaterais» e dos «problemas capitais da actualidade». Segundo o chanceler, tudo já havia sido «dito e redito para louvar e relouvar» a «intimidade» luso-brasileira. Porém, naquele momento, importava perceber que essa «aproximação» só seria «mutuamente profícua» na medida em que reflectisse «interesses nacionais convergentes» e respeitasse o princípio de «não intervenção de um Estado nos negócios internos do outro». O Itamaraty rejeitava os «alinhamentos automáticos» do passado, que não permitiram superar os «pontos de divergência», e pugnava por «negociações» que optimizassem as «possibilidades de cooperação» entre os dois países. O Governo Geisel estava disposto a colaborar «com tudo, e em tudo» para a melhoria das relações luso-brasileiras.

Durante o seu discurso Azeredo da Silveira abordou alguns dos principais pontos de dissensão bilaterais. Em primeiro lugar, o ministro das Relações Exteriores procurou

¹⁸² *Diário de Notícias*, 3 de Dezembro de 1974, p. 1.

¹⁸³ «Discurso do ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, Mário Soares, pronunciado no discurso em homenagem ao Chanceler do Brasil, Azeredo da Silveira, de 2 de Dezembro de 1974, pp.1 - 6», PEA 764/ 1973 - 74, nº 337, AHDMNE.

¹⁸⁴ «Relatório das conversações entre o ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, Mário Soares, e o ministro das Relações Exteriores do Brasil, Azeredo da Silveira, decorridas em Lisboa, de 4 de Dezembro de 1974, pp.1 - 15», PEA 764/ 1973 - 74, nº 337, AHDMNE.

¹⁸⁵ *Diário de Notícias*, 3 de Dezembro de 1974, p. 1.

esclarecer qual a posição de Brasília quanto aos recentes acontecimentos políticos em Lisboa e no Ultramar. Nas suas palavras, se os brasileiros «eram portugueses pelo sangue, também pelo sangue» eram «africanos». Portanto, o Brasil sentia-se «naturalmente solidário com as novas nações africanas de expressão portuguesa. Não fazê-lo seria renegar sua própria realidade nacional»¹⁸⁶. Neste sentido, fosse em relação ao processo político português ou em relação à descolonização africana, o Governo Geisel era um «espectador interessado» que não pretendia «interferir» mas que estava «ao dispor de Portugal», embora julgasse que o III Governo Provisório não necessitasse da sua «colaboração». Quanto a isso, não eram precisos «quaisquer comentários» pois os brasileiros eram «suficientemente portugueses para entender as coisas portuguesas». Em segundo lugar, o ministro tinha uma palavra a dizer sobre os «incidentes» com forte «carga emocional» que vinham comprometendo o entendimento recíproco. O chanceler observou que no Brasil «nunca se permitiu» que os «exilados portugueses» constituíssem um «factor de agitação» e que o Itamaraty esperava o «mesmo» das Necessidades em relação aos exilados brasileiros.

A concluir o encontro, Mário Soares salientou a «compreensão» do Brasil pelo «processo político» nacional, «sobretudo a partir do 28 de Setembro», posicionando-se com «realismo» e agradeceu a «promessa de apoio» a Portugal reiterada pelo chanceler. Sobre o «problema dos exilados», o ministro dos Negócios Estrangeiros «comprometeu-se» pessoalmente que Portugal não seria um «santuário dos exilados brasileiros»¹⁸⁷.

De regresso a Brasília, Azeredo da Silveira qualificou o encontro como um «importante marco» nas relações luso-brasileiras, «agora colocadas em plano realista». O chanceler afirmou que a descolonização promovida pelo governo português revelava uma «lúcida compreensão» do «desejo» dos «novos países africanos» em «não assentarem sua independência em modelos políticos europeus», e reafirmou o «interesse brasileiro» na «promoção» das «relações» com os «novos países» de «língua portuguesa». Num telegrama enviado a Mário Soares, o ministro das Relações Exteriores recordou os «amplos horizontes» que se abriam a «uma cooperação franca e realista» entre os dois países, «dentro dos

¹⁸⁶ «Discurso do chanceler do Brasil, Azeredo da Silveira, em agradecimento ao pronunciamento do ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, Mário Soares, de 2 de Dezembro de 1974, pp.1 - 8», PEA 764/ 1973 - 74, nº 337, AHDMNE.

¹⁸⁷ «Relatório das conversações entre o ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, Mário Soares, e o ministro das Relações Exteriores do Brasil, Azeredo da Silveira, decorridas em Lisboa, de 4 de Dezembro de 1974, pp.1 - 15», PEA 764/ 1973 - 74, nº 337, AHDMNE.

princípios em que a colocamos e que se inserem. Desde logo, na amizade histórica, que é o fundamento das relações entre o Brasil e Portugal»¹⁸⁸.

Na opinião da embaixada de Portugal em Brasília a visita a Lisboa «superou suas expectativas e sobretudo desmentiu receios» de «certos sectores».¹⁸⁹ Também optimista era a opinião a embaixada dos EUA em Lisboa. A «nível oficial», a visita teria «alcançado resultados positivos». Mesmo que o encontro entre Silveira e Soares «não produzisse grandes efeitos imediatos» servira para «distender as relações» e aproximar os países¹⁹⁰. Na correspondência regular que mantinha com Henry Kissinger, o chanceler brasileiro fez algumas considerações sobre as «impressões» colhidas na sua viagem ao Senegal e a Portugal. Em resposta, o Secretário de Estado disse «acreditar ser importante para o Brasil e as demais nações influentes do Ocidente, manter contactos estreitos com o Governo português». Kissinger estava de acordo com a sugestão de Azeredo da Silveira de que esta seria uma maneira de «apoiar os grupos políticos moderados» em Portugal e de demonstrar os «benefícios» que Lisboa teria em «preservar as boas relações com o Ocidente»¹⁹¹.

O encontro entre Azeredo da Silveira e Mário Soares revelar-se-ia incapaz de relançar as relações luso-brasileiras mas acabaria por constituir a primeira etapa na prossecução deste fim. O seu mérito foi pretender dar início a um novo padrão de relacionamento, agora transconjuntural. Isto é, procurar a convergência dos interesses nacionais e o respeito pelo princípio da não ingerência. O objectivo era imprimir algum pragmatismo político e económico às relações bilaterais, salvaguardando-as das vicissitudes do momento. As iniciativas previstas no acordo final não reflectiam o estado real dessas relações. Por um lado, davam continuidade a um modelo de relacionamento esgotado, em que havia consenso acerca do «carácter especial das relações luso-brasileiras», importando aprofundar a «cooperação» e «consulta bilateral»¹⁹², mas que não definia os mecanismos que consubstanciariam estas iniciativas. Por outro, a conjuntura era adversa à sua execução. Durante o *gonçalvismo* os vínculos diplomáticos degradar-se-iam chegando à quase paralisia total. Como consequência,

¹⁸⁸ «Aerograma (sem nº), sobre o agradecimento feito pelo chanceler do Brasil, Azeredo da Silveira, a Mário Soares durante a sua visita a Portugal, de 10 Dezembro de 1974, p.1», PEA 764/ 1973 - 74, nº 337, AHDMNE.

¹⁸⁹ «Aerograma nº 465, sobre a visita do chanceler Azeredo da Silveira a Lisboa, enviado pela embaixada de Portugal em Brasília para o ministério dos Negócios Estrangeiros, de 4 de Dezembro de 1974, pp.1 -2», PEA 764/ 1973 -74, nº 337, AHDMNE.

¹⁹⁰ «*Brazilian foreign minister visits Portugal*, telegrama enviado pela embaixada dos EUA em Lisboa ao Departamento de Estado, de 6 de Dezembro de 1974, pp. 1 - 3», NARA, *Document Number*: 1974Lisbon05363.

¹⁹¹ «*Letter from the secretary to foreign minister Silveira*, telegrama enviado pelo Departamento de Estado a embaixada dos EUA em Brasília, de 27 de Dezembro de 1974, pp.1 - 3», NARA, *Document Number*: 1974State282419.

¹⁹² «Comunicado final da visita que o chanceler do Brasil, Azeredo da Silveira, efectuou a Portugal de 2 a 4 de Dezembro de 1974, pp. 1 – 4», PEA 31/ 1974, nº 334, AHDMNE.

a reunião ministerial prevista para 1975, onde os termos do acordo celebrados em Lisboa seriam aprofundados, só viria a realizar-se em 1976, após a eleição do I Governo Constitucional.

7.2. As relações luso-brasileiras e a radicalização do *gonçalvismo*

A *deriva revolucionária* iria influenciar directamente as relações luso-brasileiras conduzindo-as à quase paralisia. Após o 11 de Março, a radicalização à esquerda acelera-se: extingue-se a JSN e o Conselho de Estado, sendo instituído o Conselho da Revolução; a extrema-esquerda sai fortalecida em detrimento dos sectores moderados do MFA e da sociedade civil; e ganha impulso a colectivização da economia. No Brasil, o embaixador Vasco Futscher Pereira procurava minorar as reticências crescentes em relação ao processo político português, procurando assegurar que o presente Governo estava empenhado em «criar uma sociedade aberta, pluralista, em que todas as forças políticas se possam exprimir»¹⁹³.

Era um esforço em vão. Em Brasília, como em outras capitais do bloco ocidental, a revolução portuguesa parecia ganhar contornos demasiados esquerdistas. As consequências da instabilidade política fizeram-se sentir de maneira muito próxima aos brasileiros. Um nova vaga migratória partia de Portugal em direcção ao Brasil, reforçando a percepção de que Lisboa poderia estar *perdida* para o comunismo. Dessa vez, era composta por «grandes e médios empresários», «profissionais liberais», e personalidades políticas ligadas ao regime deposto. Não imigravam por qualquer «problema de ordem económica e financeira»¹⁹⁴ mas fugindo das incertezas e da radicalização do processo revolucionário. Segundo o *Expresso*, este fluxo foi responsável por um aumento substancial dos investimentos portugueses no Brasil e ganhou «importância» durante o ano de 1975, acabando por se revelar um grave problema para o Estado português. Não pelos motivos que muitos pensaram, isto é, de que poderiam constituir um pólo de oposição ao governo revolucionário, mas porque se tratava da perda dos melhores gestores e quadros num momento de grandes dificuldades económicas para o país. Como observou o semanário, o Brasil transformava-se «no refúgio de alguns capitalistas portugueses»¹⁹⁵. Exemplificativo era o caso de António Champalimaud, que

¹⁹³ *Diário de Notícias*, 17 de Março, de 1975, p.9.

¹⁹⁴ *Ibidem*, 27 de Maio, 1975, p.3.

¹⁹⁵ *Expresso*, 22 de Março de 1975, p.1.

«requereu a nacionalidade brasileira» e que acabou por reconstituir a sua fortuna do outro lado do Atlântico¹⁹⁶.

A posição oficial do ministério das Relações Exteriores quanto ao curso dos acontecimentos em Portugal era, inicialmente, de compreensão e mesmo de algum optimismo. Em finais de Março, o chefe do Departamento da Europa Ocidental do Itamaraty, Rio Branco, manifestou à embaixada dos EUA a convicção de que a «política portuguesa era formulada nos altos níveis do Estado». Malgrado «algumas manifestações anti-brasileiras» em Lisboa, ocorridas sobretudo após o 11 de Março, «não havia indícios» de que o «Governo português partilhasse desses sentimentos». Tão pouco Rio Branco entendia o estabelecimento do «Conselho da Revolução» como a confirmação da «deriva à esquerda». Segundo o diplomata, o Itamaraty confiava na «essência conservadora» da sociedade portuguesa e acreditava que esse «sentimento» iria «reflectir» na «maioria dos militares». Todavia, estas explicações não convenceram a missão norte-americana. A confiança em relação a Portugal parecia «traduzir» o «empenho» do ministério das Relações Exteriores em «apresentar uma fachada de tranquilidade». De facto, as últimas informações enviadas pelo general Fontoura davam conta da rápida «radicalização» do processo revolucionário português e no Itamaraty já havia «quem esperasse que Costa Gomes fosse o próximo asilado». O Governo português estava consciente de que a instabilidade interna repercutia internacionalmente. De acordo com o correspondente do *Estado de São Paulo* em Lisboa, o Governo de Vasco Gonçalves era «sensível» à má «imagem do país no estrangeiro» e por isso «instruiu» os «serviços diplomáticos» a «dar garantias» de que Portugal evoluiria para uma «democracia pluralista do estilo da Europa ocidental» e de que «permaneceria na NATO»¹⁹⁷.

A assinatura do I Pacto MFA – Partidos, a 11 de Abril de 1975, poderia ser interpretada como uma confirmação desses compromissos. Apesar de consagrar a dualidade de poderes militar e civil, o Pacto possibilitou a realização das eleições legislativas duas semanas após a sua celebração, o que, naquele momento, era essencial para que o sector moderado, afastado após o 11 de Março, recuperasse projecção. O resultado das eleições teve um duplo significado imediato. Por um lado, constituíram uma pesada derrota para o *gonçalvismo* e para o PCP, cuja representatividade real foi posta em questão. Por outro, marcaram o início da resistência civil e militar à *deriva revolucionária*, liderada, respectivamente, pelo PS e pelo Grupo dos 9. No Brasil, os acontecimentos em Lisboa eram

¹⁹⁶ *Diário de Notícias*, 14 de Abril de 1975, p.2.

¹⁹⁷ «*Brazilian reaction to developments in Portugal*, telegrama enviado pela embaixada dos EUA em Brasília ao Departamento de Estado, de 24 de Março de 1975, pp. 1 - 3», NARA, *Document Number*: 1975Brasil02163.

acompanhados com atenção. A imprensa atribuiu «grande relevo» aos resultados das eleições portuguesas para a Assembleia Constituinte. Segundo a *Folha de São Paulo* «poucas vezes uma eleição estrangeira despertou tanto interesse à diplomacia brasileira»¹⁹⁸. A resposta do *gonçalvismo* à derrota eleitoral foi a radicalização do processo revolucionário apoiado por parte do MFA e pela extrema-esquerda militar agrupada à volta do COPCON.

O Departamento de Estado dos EUA também seguia com atenção os desenvolvimentos na capital portuguesa. O Brasil poderia ser um parceiro privilegiado no esforço norte-americano de evitar que Portugal passasse para a órbita soviética. Por um lado, o Governo brasileiro, intrinsecamente anti-comunista, mantinha contactos privilegiados com Lisboa. Por outro, estava empenhado em exercer um papel activo no processo de descolonização. A questão era que para o Itamaraty a orientação ideológica do Governo português não era determinante enquanto não pusesse em questão os objectivos do *Pragmatismo Responsável*. À medida que a *deriva revolucionária* se aproximava do seu auge, a diplomacia americana adoptou uma posição diferente em relação ao Brasil. Mostrou-se mais tolerante em relação à política africana do Itamaraty, nomeadamente no que dizia respeito a Angola e, através da sua missão em Brasília, procurou obter junto das autoridades brasileiras informações sobre os acontecimentos em Lisboa. Durante uma reunião com embaixador dos EUA, John Hugh Crimmins, na primeira quinzena de Maio, o chanceler Azeredo da Silveira discorreu sobre a situação política portuguesa. Na sua opinião, Vasco Gonçalves continuava a ser uma «figura determinante». Porém, o chanceler não lhe antevia um futuro auspicioso. Considerava-o uma personalidade «emocionalmente confusa», cuja «perda do poder» poderia provocar uma «alteração profunda» no curso dos acontecimentos. Isto não queria dizer «que os comunistas iriam ocupar as posições-chaves do Estado». Pelo contrário. Azeredo da Silveira acreditava na «hipótese de que a situação militar se alterasse» em prol dos sectores mais moderados. Ao fim do encontro, o ministro das Relações Exteriores e o embaixador dos EUA «concordaram» que seria do interesse de ambas as partes manterem «conversações regulares sobre Portugal»¹⁹⁹.

Ao longo do ano de 1975, com o reforço do *gonçalvismo*, as críticas ao Governo brasileiro subiam de tom chegando mesmo a registarem-se actos violentos. Com uma frequência quase que diária, a imprensa portuguesa denunciava a censura aos órgãos de comunicação brasileiros, as torturas e as perseguições políticas, a oposição da *linha dura* do

¹⁹⁸ *Diário de Notícias*, 26 de Abril de 1975, p.1.

¹⁹⁹ «*Highlights of secretary's luncheon for Silveira*, telegrama enviado pelo Departamento de Estado a embaixada dos EUA em Brasília, de 17 de Maio de 1975, pp. 1 – 4», NARA, *Document Number*: 1975State115636.

regime às reformas liberalizantes, as críticas feitas pela Igreja contra a repressão, e a relação estreita que Washington mantinha com as ditaduras da América Latina, nomeadamente com o Brasil²⁰⁰. Muitos desses incidentes contavam, novamente, com a iniciativa do Estado português. Um programa de rádio, cuja «responsabilidade» coubera à «5ª Divisão do EMGFA» (Estado-Maior General das Forças Armadas), difundiu fortes críticas dos «exilados políticos» brasileiros ao embaixador Fontoura²⁰¹. Por ocasião da nacionalização da banca foi nomeado um «delegado do Banco de Portugal junto da agência do Banco do Brasil em Lisboa».²⁰² Apesar do mesmo ter sucedido aos demais bancos estrangeiros, o Governo brasileiro rejeitou prontamente essa decisão argumentando que o «Banco do Brasil tinha o estatuto de agência governamental». Em Brasília o mal-estar foi grande, a sensação era a de que o *gonçalvismo* cruzara os limites do tolerável e o Presidente Geisel envolveu-se «directamente» na resolução do diferendo. Na opinião do embaixador dos EUA, John Crimmins, a partir deste momento o Governo brasileiro exacerbou a sua posição, inviabilizando qualquer solução de «compromisso» que não fosse a sua²⁰³. Mas o pior ainda estava para vir. A companhia de aviação brasileira, VARIG, foi «alvo de atentado». Duas «granadas» foram arremessadas à sua agência no Marquês de Pombal causando grandes «estragos»²⁰⁴. Mais de uma vez Azeredo da Silveira lamentou publicamente estes acontecimentos. Numa entrevista ao *Le Monde*, o chanceler afirmou «não poder esquecer» que o Governo português permitia a «inúmeros jornais publicar violentos ataques» ao Brasil, consentia com toda sorte de agravos às relações bilaterais. Na sua opinião, se Lisboa quisesse chegar a um «acordo sobre este assunto», não seria o Governo brasileiro a «recusar»²⁰⁵.

No final de Agosto poucos tinham dúvidas de que o V Governo Provisório estava destinado a cair. A questão que se colocava era saber quando e, especialmente, como chegaria ao fim a *deriva revolucionária*. Azeredo da Silveira não estava enganado quanto ao papel que os sectores moderados das Forças Armadas, agrupados ao redor do Grupo dos 9, iriam desempenhar no termo do *deriva revolucionária*. O Grupo dos 9 constituiu uma plataforma de unidade na luta contra o *gonçalvismo*. Representava, no plano militar, o impulso que o PS

²⁰⁰ Identificamos 53 notícias correlatas nos dois periódicos que consultamos – *Expresso e Diário de Notícias* – para o ano de 1975.

²⁰¹ *Expresso*, 17 de Maio de 1975, p.1.

²⁰² *Diário de Notícias*, 19 de Abril de 1975, p.16.

²⁰³ «*Brazilian president refuses allow intervention in Banco do Brazil in Lisbon*, telegrama enviado pela embaixada dos EUA em Brasília ao Departamento de Estado, de 17 de Abril de 1975, pp. 1 - 4», NARA, *Document Number*: 1975Brasil02927.

²⁰⁴ *Diário de Notícias*, 4 de Junho de 1975, p.4.

²⁰⁵ «*Foreign minister Silveira quoted on US international relations, non-proliferation, Spínola, Africa*, telegrama enviado pela embaixada dos EUA em Brasília ao Departamento de Estado, de 29 de Outubro de 1975, pp. 1 - 4», NARA, *Document Number*: 1975Brasil09375.

dera na mobilização civil. Ademais, era o garante de que o fim da *deriva* significaria um retorno aos ideais de Abril não desvirtuando, agora, à direita. Com o 25 de Novembro e a progressiva institucionalização da democracia, diminuiriam as possíveis zonas de tensão e criar-se-iam as condições necessárias à normalização das relações luso-brasileiras.

7.3. A diplomacia da coerção: o exílio de António de Spínola

Após o golpe falhado de 11 de Março, António de Spínola fugiu para Espanha acompanhado por alguns oficiais próximos. Em Madrid, comentava-se nos «círculos diplomáticos» que a «melhor solução» para a estabilidade das relações luso-espanholas, seria que «procurassem asilo noutro país, preferencialmente latino-americano, nomeadamente o Brasil»²⁰⁶. Para o ministro da Informação e Turismo de Espanha, Leon Herrera, a presença do ex-Presidente português era um «incómodo muito grave», quando o objectivo do seu governo era «não permitir em território espanhol a ingerência» nos «assuntos internos de Portugal»²⁰⁷. De facto, Spínola seguiu para o Brasil a 14 de Março, acompanhado da sua esposa e de um grupo de oficiais próximos. Nada foi comunicado, «oficial ou oficiosamente», pelo Governo espanhol ao Governo brasileiro sobre a partida do general. Como o Itamaraty não podia aceitar um «fato consumado» não permitiu o «desembarque»²⁰⁸ de Spínola e dos seus acompanhantes no Brasil, que seguiram para Buenos Aires onde aguardaram cerca de «17 horas» até que o Governo brasileiro alterasse a sua «decisão inicial» e decidisse conceder-lhes «asilo»²⁰⁹.

Numa carta dirigida a Ernesto Geisel, António de Spínola agradecia a «intervenção directa» do Presidente e expunha as «razões» que o obrigaram a partir para o exílio. Afirmando-se «estruturalmente militar e legalista», o general justificava o 11 de Março como a tentativa de «evitar a implantação de um regime comunista em Portugal». Para o ex-Presidente, o «golpe de estado» tinha um «carácter de defesa dos postulados democráticos» que «estiveram na origem» do «25 de Abril». Recordava que os acontecimentos em Portugal reflectir-se-iam no «equilíbrio do Mundo Ocidental» e que se Angola caísse no «controlo» dos «comunistas» representaria uma «ameaça à segurança, à independência e à liberdade de todas as Nações do Atlântico Sul». O que estava em questão era a «destruição» do «Mundo

²⁰⁶ *Diário de Notícias*, 12 de Março de 1975, p.10.

²⁰⁷ *Diário de Notícias*, 15 de Março de 1975, pp. 1 e 13.

²⁰⁸ «Nota do gabinete do ministro das Relações Exteriores, Azeredo da Silveira, sobre o exílio de António de Spínola no Brasil, de 14 de Março de 1975, p.1», AAS mre/ rb 19740523, Pasta III – 12, CPDOC/ FGV.

²⁰⁹ *Diário de Notícias*, 17 de Março de 1975, p.1.

Livre», nomeadamente do «Mundo Português» em que o Brasil se situava «como País de cúpula»²¹⁰. Provavelmente António de Spínola pensara que ao apelar ao papel activo do Brasil na defesa da sua *fronteira leste* e do equilíbrio do sistema internacional conquistaria apoios no Governo. É certo que a diplomacia brasileira almejava uma posição de destaque no diálogo Norte-Sul e que desenvolvia uma activa política africana. Todavia, provavelmente fazia uma leitura menos dicotómica da conjuntura. O *Pragmatismo Responsável* atribuía menor importância às divisões ideológicas, acompanhando o arranjo de poder da *detente*. Neste sentido, pelo menos no círculo próximo a Ernesto Geisel e a Azeredo da Silveira, as observações de Spínola não devem ter encontrado grande receptividade.

Nos meses que se seguiram à sua chegada ao Brasil, o ex-Presidente desenvolveu uma acção intensa, desrespeitando o seu estatuto de asilado que o obrigava a abster-se de actividades e de declarações políticas. Logo a 5 de Maio, a partir do exílio no Rio de Janeiro, assumiu a liderança do recém-criado MDLP (Movimento Democrático de Libertação de Portugal), uma organização político-militar que pretendia aglutinar todas as forças do centro à extrema-direita, insatisfeitas com a *deriva revolucionária*. O MDLP não omitia que o seu objectivo era derrubar o Governo português recorrendo às armas se necessário. A partir do Brasil o general procurou assumir o comando da contra-revolução de direita que estava em marcha. Ao diário *O Globo*, António de Spínola declarou que o «relatório publicado em Lisboa sobre do 11 de Março» não passava de «um chorrilho de mentiras». No dia 13 de Maio, esteve presente numa «missa em honra à Nossa Senhora de Fátima» no Rio de Janeiro, onde foi proferida uma «homilia de tom fortemente político, em que a nota dominante era o anticomunismo». Também por esta altura, circulavam vários boatos acerca de um «livro de memórias» que estaria a ser escrito pelo general, assim como afirmações feitas por pessoas próximas de que pretendia «ter ainda um papel a desempenhar em Portugal»²¹¹ ou que se sentia «demasiadamente vigiado» pelas autoridades brasileiras²¹².

No dia 19 de Maio, «a pedido» do general António de Spínola, foi-lhe concedida uma «entrevista» com uma «equipe do CENIMAR» (Centro de Informação da Marinha) composta pelo director, vice-director, chefe do Departamento de Contra Informações e Encarregado do Sector Movimento Comunista Internacional. Durante a sua exposição, o ex-Presidente defendeu que Portugal era «um país desarvorado política e militarmente», em «comunização rápida» e que apesar dos seus alertas não recebera «uma resposta concreta e adequada por

²¹⁰ «Correspondência do general António da Spínola ao Presidente Ernesto Geisel, de 26 de Março de 1975, pp. 1-3», AAS mre/ rb 19740523, Pasta III - 3, CPDOC/ FGV.

²¹¹ *Diário de Notícias*, de 17 de Maio de 1975, p.9.

²¹² *Ibidem*, de 14 de Maio de 1975, p.3.

parte do Ocidente». Para contrariar essa tendência pretendia «desencadear no interior de Portugal uma acção subversiva» com o recurso a «guerrilhas» e cujo «propósito seria o da derrubada do actual Governo Português». Apesar de contar com «grande apoio da população» portuguesa e de «outras Nações», que já estariam prestando «auxílios de diversas formas», «nenhum membro do Governo brasileiro lhe procurou para ouvi-lo». Esta situação era incompreensível, considerando que o seu projecto de uma «Federação Afro-luso-brasileira» pressupunha a «hegemonia do Brasil». Naquele momento o que António de Spínola pedia aos representantes do CENIMAR era liberdade de movimentos para pôr em prática o seu plano contra-revolucionário. Isto é, que lhe fosse concedido um segundo «passaporte» para além do português. Spínola garantiu que jamais o utilizaria para «colocar em “xeque” sua posição de asilado brasileiro e muito menos tornar delicado o actual relacionamento Luso-Brasileiro». O seu único intuito era estabelecer «contatos», de «carácter absolutamente sigiloso», com os representantes de governos estrangeiros» que se dispusessem a apoiar o MDLP²¹³.

Em Julho de 1975, António de Spínola deslocou-se à Europa com o suposto «propósito negociar a unificação da oposição contra o actual Governo Português»²¹⁴. Em Agosto, enquanto Costa Gomes tentava moderar as crescentes tensões provocadas pela radicalização do processo revolucionário, Spínola escreveu uma carta aberta extremamente hostil ao Presidente da República. O general acusava-o de «traição» perante «uma criminosa política de “terra queimada”» levada cabo pelos que pretendiam «implantar um estado comunista». Apelava a que «todos os portugueses» se unissem à volta do MDLP na defesa da «liberdade» e da «justiça» pondo termo ao «caos moral, económico e social»²¹⁵. A embaixada de Portugal reagiu solicitando ao Itamaraty maior «atenção» ao «teor das actividades» de «Spínola e dos seus acompanhantes» que constituíam «um nítido e muito grave caso de promoção de luta subversiva e de ingerência externa na situação de um terceiro país», com «grave prejuízo» para às relações luso-brasileiras²¹⁶.

O chanceler Azeredo da Silveira percebeu que tinha uma boa oportunidade para pressionar o Governo português ao «entendimento efetivo sobre esta matéria, válido igualmente tanto para o Brasil como para Portugal». Isto é, Brasília estaria disposta a «manter um atitude de estrito disciplinamento» em relação a Spínola, contanto que Lisboa se

²¹³ «Relatório da entrevista do general António de Spínola a uma equipe do CENIMAR, de 19 de Maio de 1975, pp. 1 - 5», AAS mre/ rb 19740523, Pasta III – 16 A, CPDOC/ FGV.

²¹⁴ *Diário de Notícias*, 23 Julho de 1975, pp.1 e 8.

²¹⁵ Spínola, António de, *Ao Serviço de Portugal*, Lisboa, Bertrand, 1976, pp. 263 -265.

²¹⁶ «Nota de protesto da embaixada de Portugal em Brasília ao ministério das Relações Exteriores sobre as actividades políticas do general António de Spínola, de 30 de Agosto de 1975, pp. 1 - 7», AAS mre/ rb 19740523, Pasta III – 19 A, CPDOC/ FGV.

comprometesse a «coibir» as «declarações públicas» de «exilados brasileiros contra o Brasil»²¹⁷. Fê-lo demonstrando publicamente as intenções do seu Governo. Numa entrevista ao *Le Monde*, Azeredo da Silveira garantiu que o general «não teria, a partir do exílio no Brasil, meios para a organizar um exército» de intervenção em «Portugal»²¹⁸. Poderia até ser verdade. Porém, durante a sua estadia no Rio de Janeiro, e a despeito das condições impostas pelo seu estatuto de asilado, António de Spínola teceu inúmeras críticas ao Governo português e às mais variadas personalidades políticas, urdiu tramas e alimentou boatos, quanto ao MDLP e ao seu regresso a Portugal onde ainda pretendia exercer um papel de relevo.

A «aparente tolerância» de Brasília em relação às «actividades políticas» de Spínola era interpretada pela «imprensa» portuguesa como uma tentativa de pressionar as autoridades em Lisboa a conter as críticas à ditadura militar, ou pelo menos as que fossem feitas pelos «dissidentes brasileiros» em Portugal. Fontes do Itamaraty junto à embaixada dos EUA observaram que enquanto o Governo brasileiro entregara vários «protestos formais» contra estes incidentes, o «regime revolucionário português nunca apresentara uma nota de protesto» contaria à «actuação de Spínola». Inicialmente, o ministério dos Negócios Estrangeiros havia respondido com «boa fé» às solicitações brasileiras mas as recentes «atitudes» do Governo de Vasco Gonçalves, que não coibia as manifestações de agravo ao Brasil, acabaram por «abortar muitos desses esforços». O diplomata brasileiro negou que o seu Governo estivesse a «encorajar» a acção de Spínola, pois «nada teria a ganhar» se os «conflitos políticos portugueses se estendessem ao Brasil»²¹⁹. Todavia, segundo a embaixada dos EUA, o ministério da Justiça, responsável pelo estatuto de asilado do general, mantinha a posição de que era «inapropriado restringir» o «direito de expressão» do ex-Presidente enquanto Lisboa não fizesse «semelhante esforço» em relação aos «exilados brasileiros e imigrantes» que viviam em Portugal²²⁰.

Após o 25 de Novembro as actividades do MDLP não cessaram imediatamente, mas o Movimento encontrava-se dividido entre as ordens emanadas de António de Spínola no Brasil e o comando de Alpoim Calvão em Madrid. A partir de Janeiro o ex-Presidente centraliza as

²¹⁷ «Sobre as actividades políticas do general António de Spínola no Brasil, correspondência do ministro das Relações Exteriores, António Azeredo da Silveira, ao Presidente Ernesto Geisel, de 4 de Setembro de 1975, pp. 1 - 3», AAS mre/ rb 19740523, Pasta III – 19, CPDOC/ FGV.

²¹⁸ «Foreign minister Silveira quoted on US international relations, non-proliferation, Spínola, Africa, telegrama enviado pela embaixada dos EUA em Brasília ao Departamento de Estado, de 29 de Outubro de 1975, pp. 1 - 4», NARA, Document Number: 1975Brasil09375.

²¹⁹ «Portuguese react to Spínola letter, telegrama enviado pela embaixada dos EUA em Brasília ao Departamento de Estado, de 22 de Agosto de 1975, pp. 1 - 3», NARA, Document Number: 1975Brasil07334.

²²⁰ «Spínola departure from Brazil, telegrama enviado pela embaixada dos EUA em Brasília ao Departamento de Estado, de 10 de Setembro de 1975, pp. 1 - 3», NARA, Document Number: 1975Brasil07889.

decisões e assume o comando das actividades político-militares. Em Fevereiro de 1976, o general chegava à Suíça portando um «passaporte brasileiro». Às autoridades locais comprometeu-se a «não manter qualquer actividade política». Porém, o Ministério Público suíço viria a provar que António de Spínola e o seu secretário, Luís Oliveira Dias, estavam a desenvolver «actividades em favor do MDLP», procurando «apoios financeiros e logísticos», e deram-lhe «ordem de expulsão»²²¹. O porta-voz do ministério da Justiça brasileiro viu-se obrigado a confirmar às autoridades suíças que o ex-Presidente recebera um «documento de viagem especial»²²². O Governo brasileiro estava numa situação embaraçosa. Como explicar que concedera um passaporte a Spínola, quando o general já era detentor de um documento português? Tão pouco Brasília podia argumentar que desconhecia as actividades conspiratórias do general. De regresso ao Rio de Janeiro a 10 de Abril, António de Spínola acabaria por ordenar a suspensão das actividades do MDLP duas semanas depois, com a justificação de que a celebração das primeiras eleições legislativas consolidavam o projecto político pelo qual tinham lutado. Com a progressiva institucionalização da democracia após o 25 de Novembro, o Movimento podia contar com cada vez menos apoios em Portugal e no estrangeiro. Em Agosto de 1976 o general voltaria a Portugal, permanecendo dois dias na prisão militar de Caxias para ser ouvido no processo do 11 de Março. Um ano e meio depois seria reintegrado nas Forças Armadas passando à reserva.

O posicionamento ambíguo do Brasil em relação ao estatuto de asilado de António de Spínola tinha um objectivo bem definido. Durante a *deriva revolucionária* os canais de diálogo bilaterais encontravam-se bloqueados, dispondo o Itamaraty de poucas alternativas para fazer valer os seus interesses em Lisboa. A tolerância de Brasília quanto às actividades conspiratórias do ex-Presidente pretendia constranger o Governo português a controlar as manifestações políticas e de agravo contrárias ao regime militar brasileiro no seu território. Isto é, o general teria liberdade de acção enquanto a oposição ao Governo brasileiro em Portugal não fosse silenciada. Em nenhum momento Brasília tencionou patrocinar os inúmeros conluios planeados por António de Spínola. O limite da sua convívência estava na receptividade das autoridades portuguesas aos seus protestos.

²²¹ *Expresso*, 10 de Abril, de 1976, p. 2.

²²² «*Spinola departure from Brazil*, telegrama enviado pela embaixada dos EUA em Brasília ao Departamento de Estado, de 10 de Setembro de 1975, pp. 1 - 3», NARA, *Document Number*: 1975Brasil07889.

Capítulo VIII - Um novo significado para o Atlântico Sul (1975 – 1976)

8.1. Oportunidades e condicionalismos da política externa brasileira em África

No princípio de 1975 as relações entre Bissau e Brasília adquiriram uma progressiva normalidade. Superadas as adversidades iniciais, a Guiné passou a receber auxílio técnico e financeiro do Governo brasileiro. A partir desse momento as atenções do ministério das Relações Exteriores voltar-se-iam para outros espaços, nomeadamente Angola e Moçambique. Desde Fevereiro que o Governo brasileiro dispunha de um «representante» especial em Luanda. Após «consultas a todos os movimentos» que compunham o Governo de Transição, o diplomata brasileiro, Ovídio Andrade de Melo, foi aceite para o posto. Tinha por objectivo «desenvolver» os «contactos políticos» e a «cooperação técnica» com Angola, «mesmo no período que antecede a independência»²²³. A imprensa brasileira viu neste facto um «lance de maior importância» para a «política africana do Itamaraty» e que permitiria recuperar um «tempo precioso perdido»²²⁴. Em Abril de 1975 os representantes dos movimentos de libertação angolanos deslocaram-se a Brasília, convidados pelo ministério das Relações Exteriores, para apresentarem as suas razões para a independência e as formas de governo que pensavam implementar²²⁵.

Mas se os contactos da missão brasileira com o Governo Transitório de Angola pareciam prometedores, em relação a Moçambique a situação permanecia indefinida. Em Dezembro de 1974, Ítalo Zappa tivera um encontro de má memória com Samora Machel. Na opinião do diplomata brasileiro, se as conversações não tinham chegado a ser «ásperas», tinham sido de certeza bastante «francas». Segundo a embaixada dos EUA em Brasília, Azeredo da Silveira ficara «desapontado e surpreendido» com a «frieza da FRELIMO» em relação ao Brasil²²⁶. As opiniões dos dirigentes moçambicanos em relação ao Governo brasileiro não eram consensuais. Dividiam-se entre o ressentimento pelo passado de apoio ao colonialismo português e uma abordagem realista que via nas relações com Brasília boas

²²³ *Diário de Notícias*, 1 de Março de 1975, p.9.

²²⁴ «Aerograma nº118, conversa entre o chefe da Departamento de África do Itamaraty e o conselheiro da embaixada de Portugal em Brasília sobre a África de expressão portuguesa, enviado pela embaixada de Portugal em Brasília ao ministro dos Negócios Estrangeiros, de 28 de Fevereiro de 1975, p.1», PEA 21/ 1975, nº 320, AHDMNE.

²²⁵ Saraiva, José Flávio Sombra, «Um Momento Especial nas Relações Brasil – Angola: Do Reconhecimento da Independência aos Descobrimentos Atuais», in Selma Pantoja e José F. S. Sariaiva (coord.), *Angola e Brasil nas Rotas do Atlântico Sul*, Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, p. 240.

²²⁶ «*Coordination of US/GOB assistance Angola and Mozambique*, telegrama enviado pela embaixada dos EUA em Brasília ao Departamento de Estado, de 3 de Março de 1975, pp. 1 - 5», NARA, *Document Number*: 1974Brasil01544.

perspectivas políticas e económicas. Joaquim Chissano, que fazia parte da Administração Transitória, expressou bem as reticências moçambicanas. Instado a posicionar-se sobre as futuras relações com Brasília, Chissano respondeu com uma pergunta: «Qual foi o auxílio já prestado pelo Brasil aos nossos esforços pela independência?». Os sinais vindos de Moçambique não eram auspiciosos. A viagem de Samora Machel a Pequim parecia prenunciar que Maputo posicionar-se-ia no bloco comunista. O Itamaraty «preferia ver nisso» um «desdobramento natural dos compromissos decorrentes da ajuda recebida pela FRELIMO na fase das guerrilhas». Apesar das «condições do diálogo» com os «líderes moçambicanos não» serem «ideais», o Governo brasileiro acreditava que as «identidades culturais» e o peso «económico e político» do Brasil constituíam «trunfos valiosos nessa tarefa de aproximação». Moçambique, sempre recebera menor atenção do que Angola da parte do ministério das Relações Exteriores. Todavia, as relações com Lourenço Marques assumiam um carácter especial se compreendidas como parte da estratégia de consolidação da «penetração brasileira na costa Leste da África». Essa importância não permitia a Azeredo da Silveira aceitar a «ideia de que a orientação da FRELIMO na linha comunista» era um «fato inelutável». Pelo contrário, para o Itamaraty tal só seria verdade na medida em que o Brasil e os «outros países ocidentais» não auxiliassem o novo Governo moçambicano²²⁷.

Opinião semelhante tinha o consulado norte-americano em Lourenço Marques, para o qual a «futura influência soviética ou chinesa» em Moçambique «dependeria em parte» dos «apoios que Portugal, o Brasil e os EUA» concedessem. Preocupava à diplomacia norte-americana que «após a independência ou mesmo antes», fosse «vedada a utilização dos portos moçambicanos» à «marinha norte-americana» em prol da «marinha de guerra soviética». Com o objectivo de evitar este possível cenário, os EUA deveriam estar «preparados para apoiar uma política de porta-aberta» em Moçambique²²⁸. Porém, após o desaire do Vietname e atravessando uma difícil conjuntura económica, a Administração Ford tinha a sua capacidade de intervenção global estrangida. Mais do que nunca, a Casa Branca pretendia que os seus parceiros assumissem parte da responsabilidade e dos custos para a manutenção do sistema internacional. No que dizia respeito a Portugal, a pulverização do poder político e a conseguinte falta de operacionalidade do meios militares, inviabilizava uma acção concertada. Dificilmente o MFA, que conduziu no essencial o processo de descolonização em Moçambique, aceitaria outra proposta que não a transferência imediata de poderes para a

²²⁷ AHDMNE – PEA 21/ 1975, nº 320/BRA, *Zero Hora*, de 25 de Fevereiro de 1975, sem página.

²²⁸ «SAG concern about communist influence over future Government of Mozambique, telegrama enviado pelo consulado dos EUA em Lourenço Marques ao Departamento de Estado, de 7 de Agosto de 1974, pp. 1 - 4», NARA, *Document Number*: 1974Louren00665.

FRELIMO. Quanto ao Brasil, desde finais de 1974 que o Departamento de Estado sondava o Itamaraty sobre a possibilidade de encetarem uma acção coordenada em África. Em Outubro deste ano, o chefe do Departamento da Europa, Rio Branco, confirmou ao embaixador norte-americano em Brasília, John Crimmins, que o seu Governo estava «preparado» para prestar «assistência técnica» e «financeira» à África portuguesa. Sobre uma eventual acção conjunta, Rio Branco disse que a «participação americana» só seria possível sob a «égide brasileira». O seu argumento era de que o «ressentimento dos africanos era maior em relação aos EUA do que ao Brasil»²²⁹. Para Washington, desenvolver uma acção conjunta com o Brasil em África permitiria imprimir maior «dinâmica» ao processo de cooperação e poderia ser um meio de «estreitar os laços institucionais» entre os dois Governos, mantendo Brasília na órbita de influência norte-americana²³⁰.

Porém, o esforço da diplomacia brasileira ia no sentido contrário. O objectivo do *Pragmatismo Responsável* era conferir maior autonomia à política externa brasileira, renegociando a dependência internacional, nomeadamente em relação aos EUA. Apesar do Itamaraty poder tirar proveitos de uma acção concertada com o Departamento de Estado, no que dizia respeito à África a sua prioridade era aprofundar a relação Sul – Sul. Isto é, expressar que possuía uma política própria para o continente, estando em condições de desempenhar um papel determinante no hemisfério, ao invés de actuar como intermediário dos interesses norte-americanos. No princípio de 1975 o embaixador John Crimmins voltou a abordar o assunto. O chefe do departamento de África e Ásia, Ítalo Zappa, mostrou «pouco interesse» quanto à proposta norte-americana de «coordenar programas de assistência» com o Brasil. Em relação a Angola, Zappa observou que as boas relações com o Governo Provisório permitiriam «dar início a um substancial programa de ajuda» muito em breve, deixando implícito que a participação de Washington era dispensável. Quanto a Moçambique, devido aos «ressentimentos» da FRELIMO, o Itamaraty «não tinha planos a curto prazo» de estabelecer qualquer programa de auxílio²³¹.

Estas recusas evidenciam a crescente diferenciação de objectivos e de percepções entre o Brasil e os EUA. Não obstante o Governo brasileiro situar-se indubitavelmente no

²²⁹ «*Consultation with Brazil on situation in Portugal*, telegrama enviado pela embaixada dos EUA em Brasília ao Departamento de Estado, de 18 de Outubro de 1974, pp. 1 - 5», NARA, *Document Number*: 1974Brasil07969.

²³⁰ «*Assistance to Portuguese-speaking African countries*, telegrama enviado pela embaixada dos EUA em Brasília ao Departamento de Estado, de 19 de Novembro de 1974, pp. 1 - 6», NARA, *Document Number*: 1974Brasil08697.

²³¹ «*Coordination of US/GOB assistance Angola and Mozambique*, telegrama enviado pela embaixada dos EUA em Brasília ao Departamento de Estado, de 3 de Março de 1975, pp. 1 - 5», NARA, *Document Number*: 1975Brasil01544.

campo capitalista, a política externa *pragmática e responsável* não tinha como prioridade o combate ao comunismo mas sim atender ao projecto nacional-desenvolvimentista. Um dos seus objectivos em África era aprofundar os laços políticos e económicos com os novos estados saídos da descolonização, independentemente da sua orientação ideológica. E foi isso que fez. Numa entrevista ao *Le Monde*, Azeredo da Silveira assumiu os «enganos» cometidos no «passado» pela diplomacia brasileira. Isto é, apesar da sua posição «anti-colonialista», o Governo brasileiro «não teria manifestado a sua orientação da maneira mais correcta». Corrigido esse lapso, o Brasil pretendia ter uma relação de «proximidade» com o continente africano e os seus esforços nesse sentido já «havam adquirido, aos olhos desses países, alguma credibilidade»²³². Para além dos territórios de expressão portuguesa, Brasília mantinha uma «política de aproximação» com outros países africanos. O Senegal, a Costa do Marfim, o Congo, o Gabão, o Zaire e a Nigéria, pela sua importância política regional e pelas oportunidades económicas que ofereciam à internacionalização da economia brasileira, eram prioritários à estratégia de penetração em África gizada pelo Itamaraty.

Em Outubro o Presidente do Gabão, Omar Bongo, deslocou-se em visita oficial ao Brasil. Falando «em termos pessoais» Omar Bongo pediu ao Governo Geisel que actuasse «como mediador» no «problema» de «Angola» e criticou a «interferência das grandes potências». O embaixador Vasco Futscher Pereira considerava que esta «sugestão» poderia ter sido «inspirada» pelas autoridades brasileiras visando, sobretudo, «interesses de prestígio interno e externo sem desejarem realmente intervir»²³³. Porém, tendo em conta a «posição moderada» do Governo gabonês junto às nações africanas, não era de todo «impossível» que Libreville viesse «mais tarde a desempenhar», a «pedido do Brasil», o «papel de intermediário» nas relações entre Brasília e Luanda²³⁴. A posição oficial do Itamaraty em relação à solicitação gabonense era de «cautela» enquanto a «crise política» nas ex-colónias portuguesas não estivesse «superada». Importava à diplomacia brasileira não ser acusada de «favoritismo» a um movimento de libertação em detrimento de outro, prejudicando os seus interesses²³⁵.

²³² «Foreign minister Silveira quoted on US international relations, non-proliferation, Spinola, Africa, telegrama enviado pela embaixada dos EUA em Brasília ao Departamento de Estado, de 29 de Outubro de 1975, pp. 1 - 4», NARA, *Document Number*: 1975Brasil09375.

²³³ «Aerograma nº475, declarações do Presidente do Gabão sobre mediação brasileira em Angola, enviado pela embaixada de Portugal em Brasília ao ministro dos Negócios Estrangeiros, de 16 de Outubro de 1975, p.1», PEA 21/ 1975, nº 320, AHDMNE.

²³⁴ «Ofício nº09/ 440, sobre a possível mediação feita pelo Gabão entre o Brasil e Angola, enviado pela embaixada de Portugal em Brasília ao ministro dos Negócios Estrangeiros, de 27 de Outubro de 1975, pp.1 - 2», PEA 21/ 1975, nº 320, AHDMNE.

²³⁵ «Visit of Gabonese President Albert Benard Bongo, telegrama enviado pela embaixada dos EUA em Brasília ao Departamento de Estado, de 28 de Outubro de 1975, pp. 1 - 5», NARA, *Document Number*: 1975Brasil09327

A procura por uma nova inserção internacional levou o Brasil a dinamizar as suas relações com a África Negra e a questionar a proximidade com a África do Sul e o alinhamento com Portugal. O *Pragmatismo Responsável* pugnava por uma diplomacia multilateral, atenta às oportunidades oferecidas pelo mercado mundial, e que conferisse ao Brasil uma posição de relevo na estruturação da nova ordem económica. Isto implicava uma profunda revisão das alianças tradicionais e o estabelecimento de novas prioridades diplomáticas. A descolonização dos territórios portugueses em África criou um vazio de poder, nomeadamente em Angola, que foi aproveitado pela diplomacia brasileira. O Acordo de Alvor, assinado em Fevereiro de 1975 entre a UNITA (União Nacional Para a Independência Total de Angola), a FNLA (Frente Nacional de Libertação de Angola), o MPLA (Movimento Popular da Libertação de Angola) e o Governo português, que deveria regular a transição para a independência, revelou-se desde o princípio incapaz de conter a guerra civil e a sua rápida internacionalização. Enquanto Washington hesitava quanto à estratégia a adoptar e Lisboa mantinha-se neutral, Brasília compreendeu que o apoio ao novo Governo angolano era a chave da sua política externa para todo o continente africano. Um mês após as declarações de Omar Bongo, o Itamaraty abandonaria as precauções e assumiria a sua preferência pelo MPLA.

8.2. A fronteira leste do Brasil: a independência de Angola

Entre Janeiro de 1975 e 11 de Novembro de 1975, um governo de transição composto pela UNITA, a FNLA e o MPLA, sob supervisão portuguesa, preparava a transferência de poderes para o novo Estado angolano. Supostamente, ocorreriam eleições gerais e os efectivos militares dos três principais movimentos de libertação integrariam um exército nacional após a independência. Na prática teve início uma guerra civil que rapidamente se internacionalizou transformando-se num dos palcos das disputas da Guerra Fria. O MPLA recebeu apoios soviéticos e cubanos enquanto que a UNITA e a FNLA foram apoiadas pelos EUA, por intermédio do Zaire e da África do Sul. A 11 de Novembro o Governo brasileiro foi o primeiro a reconhecer o MPLA como o representante do novo Estado angolano, antes mesmo de que os países do bloco soviético o fizessem. Nenhum país ocidental acompanhou a decisão brasileira. Para uma ditadura que combatia o comunismo a posição do Brasil em Angola parecia no mínimo contraditória. Três meses antes, Azeredo da Silveira afirmara que o Governo brasileiro manteria uma «posição de estrita não intervenção nos assuntos internos de Angola» recusando «qualquer apoio ostensivo a qualquer dos três movimentos». Esta

equidistância não significava que o Itamaraty estivesse alheio às diferentes alternativas representadas pelos movimentos de libertação. O chanceler tinha uma opinião clara sobre este assunto. Entendia que uma «eventual derrocada do MPLA» seria «uma solução melhor» para o Brasil e «para o universo ocidental» do que o «prevalhecimento puro e simples» de um movimento de «notória orientação marxista»²³⁶. O que teria feito Azeredo da Silveira mudar de opinião, pondo fim a equidistância e posicionando-se a favor do MPLA? Uma semana antes da data marcada para as cerimónias de independência de Angola, o Itamaraty ainda não havia decidido reconhecer o MPLA. A «inclinação» do Governo brasileiro era a de «reconhecer no dia 11 de Novembro o Governo angolano» que se instalasse «com características inerentes a esta condição». O ministério das Relações Exteriores estava informado de que o MPLA teria o «controle da capital», «dos principais portos» e «núcleos populacionais», o que lhe conferia alguma legitimidade para apresentar-se como representante do novo Estado angolano²³⁷.

Antes de tomar qualquer decisão a diplomacia brasileira quis saber qual seria a posição de 24 países, fora da órbita socialista, sobre este assunto. O resultado dessa consulta reflectia a «indecisão reinante» a uma semana do 11 de Novembro. Na sua maioria, estes países mantinham uma «atitude de expectativa» e limitar-se-iam a «expressar o reconhecimento da independência de Angola», evitando «qualquer pronunciamento que pudesse ser interpretado como ato formal de reconhecimento do Governo com sede em Luanda»²³⁸. No dia 5, o embaixador do Brasil em Washington, João de Araújo Castro, mantinha conversações com o chefe da Divisão da África do Departamento de Estado, Walter Cutler, e com o embaixador de Portugal, João Hall Themido. Cutler explicou que a estratégia norte-americana era a de «conservar a maior margem possível de manobra», adoptando «uma postura do *wait and see*» que permitisse «aguardar a evolução dos acontecimentos sem fechar portas para o futuro». A posição oficial de Washington era a de que a situação em Angola só poderia ser «resolvida mediante negociação, composição ou acomodação entre as três

²³⁶ «Sobre a posição do Governo brasileiro face a independência de Angola, telegrama do ministério das Relações Exteriores para a representação especial do Brasil em Luanda, de 3 de Agosto de 1975, pp. 1 - 2», AAS mre/ rb 19740819, Pasta I – 41, CPDOC/ FGV.

²³⁷ «Sobre o reconhecimento de Angola, circular do ministério das Relações Exteriores, de 4 de Novembro de 1975, pp. 1 - 2», AAS mre/ rb 19740819, Pasta I – 50, CPDOC/ FGV.

²³⁸ «Resultado das sondagens feitas junto a 24 países acerca do seu posicionamento face a independência de Angola, primeira semana de Novembro de 1976, pp. 1 – 7», AAS mre/ rb 19740819, Pasta I – 57, CPDOC/ FGV. Foram os seguintes os países consultados: EUA, Canadá, México, Venezuela, Argentina, Peru, Trindade e Tobago, Guiana, Colômbia, Reino Unido, França, Itália, RFA, Noruega, Suécia, Dinamarca, Holanda, Índia, Japão, Quênia, Egipto, Costa do Marfim, Senegal e Nigéria. Para além destas consultas bilaterais o ministério das Relações Exteriores estava informado que o Zaire, o Gabão, a Zâmbia e o Alto Volta não admitiam tomar uma posição favorável ao MPLA; enquanto que a Tânzania, o Congo, Moçambique, Madagáscar, a Somália, a Guiné-Bissau, a Guiné-Conacri e a Argélia provavelmente reconheceriam o Governo constituído pelo MPLA.

facções».²³⁹ Enquanto isso não acontecia, a CIA agia em todas frentes: «financiava» as actividades da «FNLA» e da «UNITA»; contava com o «apoio» de «Mobutu»; pressionava a «OUA» a «recusar o reconhecimento do MPLA»; por intermédio da França procurou «apoio nos países de língua francesa»²⁴⁰; e tinha ao seu lado o empenho militar da África do Sul. Walter Cutler quis saber qual seria «posição» de Brasília sobre o assunto. O embaixador brasileiro respondeu de «forma evasiva», dizendo que «o assunto ainda era objecto de estudo e consultas». Entretanto, no dia seguinte, o Palácio do Planalto posicionou-se. A 6 de Novembro o Presidente Geisel decidiu reconhecer o MPLA como o legítimo representante do novo Estado angolano. O encontro de Araújo Castro com o embaixador de Portugal foi breve. Hall Themido afirmou que até aquele momento, a «posição oficial portuguesa» era de «equidistância e de neutralidade» evitando «escolher entre as três facções». Todavia, salientou que existia «grande movimentação das esquerdas em Lisboa a favor de uma definição pelo MPLA» e observou: «hoje em Portugal tudo pode acontecer» aliás «em Portugal e em Angola»²⁴¹.

De facto, o mês de Novembro foi decisivo para o reequilíbrio de forças em Lisboa. A 11 de Novembro, dia da independência de Angola, teve início a greve nacional da construção civil que foi o arranque para a escalada de confrontos, entre a extrema-esquerda e os sectores moderados, que conduziu ao 25 de Novembro. Há pelo menos um ano que o Itamaraty sabia que Agostinho Neto era «visto com simpatia pelos setores da esquerda portuguesa» no «governo de Lisboa» e «particularmente pelo Presidente da Junta Governativa de Angola, Almirante Rosa Coutinho»²⁴². Por conseguinte, era expectável que a transferência de poderes da metrópole para o novo Estado angolano beneficiasse o MPLA. Todavia, a queda do V Governo Provisório, no mês de Setembro, alterou o posicionamento português em relação a Angola. O PS e o PPD, maioritários no VI Governo Provisório e favoráveis à UNITA e à FNLA, opuseram-se ao reconhecimento do MPLA como legítimo representante do novo Estado angolano²⁴³. Como consequência Portugal manteve-se neutral, não apoiando qualquer dos três movimentos de libertação após o 11 de Novembro. Esta posição tornar-se-ia

²³⁹ «Sobre o reconhecimento de Angola, telegrama enviado pela embaixada do Brasil em Washington ao ministério das Relações Exteriores, de 5 de Novembro de 1975, pp. 1 - 2», AAS mre/ rb 19740819, Pasta I – 50 A 11, CPDOC/ FGV.

²⁴⁰ Kissinger, Henry, *Anos de Renovação*, Lisboa, Gradiva, 2003, pp. 701 - 730.

²⁴¹ «Sobre o reconhecimento de Angola, telegrama enviado pela embaixada do Brasil em Washington ao ministério das Relações Exteriores, de 5 de Novembro de 1975, pp. 1 - 2», AAS mre/ rb 19740819, Pasta I – 50 A 11, CPDOC/ FGV.

²⁴² «Relatório do ministério das Relações Exteriores sobre a situação política em Angola, Novembro 1974, pp. 1 – 5», AAS mre/ rb 19740523, Pasta II - 4, CPDOC/ FGV.

²⁴³ Rodrigues, Luís Nuno, *Marechal Costa Gomes. No centro da tempestade*, Lisboa, Esfera dos Livros, 2008, pp.332 –333.

insustentável à medida que em finais de 1975 o MPLA era reconhecido pela OUA, pelo Bloco de Leste e por grande parte do Ocidente. Naquele momento a decisão do VI Governo Provisório pouco influenciava no rumo da guerra civil cuja rápida internacionalização evidenciou que as disputas excediam em muito os meios do Estado português. A sua principal consequência foi a deterioração das relações entre Lisboa e Luanda.

A 10 de Novembro o ministério das Relações Exteriores comunicou à embaixada dos EUA e de Portugal que reconheceria o MPLA como legítimo representante do Estado angolano. O chefe do Departamento da África e Ásia do Itamaraty, Ítalo Zappa defendeu junto do vice-chefe da missão norte-americana que «retardar» o reconhecimento do novo Estado angolano significaria «encorajar a continuação o conflito» bélico, ao passo que se o Ocidente apoiasse o MPLA, poderia fortalecer os sectores «moderados» do Movimento que pretendiam «reduzir» a «influência soviética». O objectivo era favorecer a constituição de um «Governo moderado» com «apoio externo». Segundo Ítalo Zappa, uma «política do “esperar para ver”» poderia ser «viável» para os EUA, mas para o Brasil, «um país de língua portuguesa», «não havia outra hipótese de permanecer em Angola». A diplomacia norte-americana tinha uma opinião bem diferente sobre a situação angolana. Não acreditava que o MPLA controlava a «maior parte do território» e tão pouco que prescindiria do «auxílio soviético». Para a embaixada dos EUA o verdadeiro propósito do Governo brasileiro era «reforçar a sua presença na África portuguesa». Neste sentido, era urgente que se demarcasse do seu «passado de apoio as políticas portuguesas em África». A maneira mais eficaz de o fazer era «apoiar o MPLA em detrimento da FNLA e da UNITA “imperialistas”», melhorando a «imagem e a credibilidade» do Brasil junto aos Estado africanos mais «progressistas»²⁴⁴. Ao embaixador de Portugal, Vasco Futscher Pereira, o chanceler Azeredo da Silveira explicou que Brasília optara por «reconhecer o governo angolano sediado em Luanda», visto que a cidade fora «sempre a capital». Isto é, reconhecia a «independência de Angola e a sua emergência como nação soberana» sem que isso significasse uma «opção por qualquer movimento» de libertação ou «vinculasse» a «posição» do Governo brasileiro em relação ao MPLA. Na prática, Brasília apoiaria sempre a força política que controlasse Luanda. Esta decisão, «talvez juridicamente um tanto heterodoxa», permitia ao Brasil

²⁴⁴ «*Approach to Brazil on question of Angolan recognition*, telegrama enviado pela embaixada dos EUA em Brasília ao Departamento de Estado, de 10 de Novembro de 1975, pp. 1 - 4», NARA, *Document Number*: 1975Brasil09749.

«continuar representado» em Angola, «sem ter de esperar» pela «solução final de um conflito que ninguém» poderia «prever quando e como» viria a «ser resolvido». ²⁴⁵

O representante especial do Brasil em Luanda, Ovídio de Melo, estava convencido de que a FNLA era auxiliada pelos norte-americanos, a UNITA pelos sul-africanos e alguns portugueses, e que face à ingerência estrangeira Agostinho Neto conquistaria o apoio da OUA. Defendia que não apoiar o MPLA significaria a ruptura das relações com o novo Estado angolano. Aliás, em Moçambique, o Itamaraty optara por não formalizar o reconhecimento do governo liderado pela FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique) e o resultado foi a expulsão do seu representante²⁴⁶. A missão brasileira manteve-se aberta. Ovídio de Melo era um dos poucos diplomatas que ficaram em Luanda à espera das 00.00 horas do dia 11 de Novembro. O Itamaraty punha em marcha a decisão tomada. Em Brasília sabia-se que o «simples comparecimento» à «cerimónia» de independência significava o «reconhecimento do Governo instalado em Luanda»²⁴⁷. Ou seja, o reconhecimento do MPLA. Nos últimos tempos o ministério das Relações Exteriores vinha recebendo «indicações» de que o Movimento adoptaria uma «atitude moderada» em relação ao Brasil após a transferência de poderes. Agostinho Neto «convidara» o Presidente Geisel para a «cerimónia de independência» e a cooperação bilateral implantada era um sinal de que as relações entre os dois países ganhava forma. A diplomacia brasileira aos poucos teve a percepção de que era fundamental apoiar o novo Estado angolano se quisesse contar com a boa vontade dos demais países de língua portuguesa.

A decisão de legitimar o MPLA causou grande «surpresa» em Brasília. Os sectores mais à «direita» do Governo Geisel qualificaram-na como «precipitada, se não oportunista» e observavam que a «ruptura» na «política de equidistância» às várias facções em conflito implicava na «violação do princípio de não-intervenção». As forças mais ao «centro» e a «oposição» consideravam a posição do Itamaraty «subtil em demasia»²⁴⁸. Nos meios militares julgava-se «inaceitável» o apoio ao MPLA devido à sua «dependência em relação ao auxílio cubano e soviético». O chefe interino do SNI, Sebastião de Castro, e outro militar ligado

²⁴⁵ «Aerograma nº507, reunião entre o chanceler Azeredo da Silveira e o embaixador de Portugal, Vasco Futscher Pereira, sobre a descolonização de Angola, enviado pela embaixada de Portugal em Brasília ao ministro dos Negócios Estrangeiros, de 11 de Novembro de 1975, pp.1 - 3», PEA 21/ 1975, nº 320/ BRA, AHDMNE.

²⁴⁶ Ovídio de Melo, *O reconhecimento de Angola pelo Brasil em 1975*, manuscrito, pp.50 – 1. AA, citado por Gaspari, Elio, *A ditadura encurralada*, São Paulo, Companhia das Letras, 2004, pp. 142 - 143.

²⁴⁷ «Resultado das sondagens feitas junto a 24 países acerca do seu posicionamento face a independência de Angola, primeira semana de Novembro de 1976, pp. 1 – 7», AAS mre/ rb 19740819, Pasta I – 57, CPDOC/ FGV.

²⁴⁸ «Aerograma nº507, conversa entre Azeredo da Silveira e Vasco Futscher Pereira, sobre ao reconhecimento do MPLA e as suas repercussões, enviado pela embaixada de Portugal em Brasília ao ministro dos Negócios Estrangeiros, de 11 de Novembro de 1975, pp.1-3», PEA 21/ 1975, nº 320, AHDMNE.

àquele serviço «comentaram em privado», ao embaixador norte-americano, estarem «extremamente insatisfeitos» com a decisão. O certo é que naquele momento era pouco claro quais seriam as consequências deste gesto.

A embaixada dos EUA em Brasília fez um conjunto de diligências junto ao ministério das Relações Exteriores com o objectivo de melhor compreender a sua decisão em relação ao MPLA. Em conversa com o embaixador John Hugh Crimmins, Azeredo da Silveira argumentou que o «reconhecimento imediato» do novo Governo angolano era imprescindível para a manutenção da «missão» brasileira em «Luanda» e, por conseguinte, para assegurar que a independência não colocaria em questão as relações bilaterais. O chanceler «não acreditava que o Movimento fosse tão radical como muitos pensavam». Na sua opinião, a «força» do «nacionalismo africano» evitaria que Angola se «tornasse um fantoche comunista»²⁴⁹. Em relação a Moçambique, Azeredo da Silveira esperava que a decisão de apoiar o MPLA «repercutisse» nas relações com a FRELIMO. Isto é, que fosse considerada como uma prova inequívoca das intenções brasileiras em África. Segundo o ministro das Relações Exteriores, Joaquim Chissano «afirmou», durante o encontro que tiveram em Nova Iorque, que «Moçambique poderia estabelecer relações com o Brasil» em breve. O que de facto ocorreu a 15 de Novembro», quatro dias após a independência de Angola²⁵⁰. Todavia, isso não significou o fim das reticências. Samora Machel «não convidou o Governo brasileiro para as cerimónias de independência». Para deixar bem clara a sua posição «recebeu com honras» dois líderes históricos da oposição brasileira que viviam no exílio, o ex-governador do Estado de Pernambuco, Miguel Arraes²⁵¹, e o ex-secretário geral do Partido Comunista Brasileiro, Luís Carlos Prestes²⁵².

Em Dezembro de 1975, Azeredo da Silveira reuniu-se com o Secretário de Estado, Henry Kissinger, e com o seu adjunto, William Rogers, em Washington. O «reconhecimento» do MPLA pelo Brasil foi mais de uma vez abordado durante as conversações. Kissinger observou que a decisão brasileira em apoiar o movimento liderado por Agostinho Neto opunha-se à estratégia desenvolvida pela Administração Ford para Angola, ao que o Azeredo da Silveira contestou prontamente. Em primeiro lugar, o Itamaraty não podia ter em «consideração» a posição dos EUA uma vez que não fora informado de que «estavam a

²⁴⁹ «Reaction to Brazilian recognition on MPLA as Government of Angola, telegrama enviado pela embaixada dos EUA em Brasília ao Departamento de Estado, de 18 de Novembro de 1975, pp. 1 - 4», NARA, *Document Number*: 1975Brasil09965.

²⁵⁰ *Ibidem*.

²⁵¹ Gaspari, Elio, *A Ditadura Encurralada*, São Paulo, Companhia das Letras, 2004, p.150.

²⁵² Saraiva, José Flávio Sombra, «Um momento especial nas relações Brasil – Angola: do reconhecimento da independência aos Descobrimentos atuais», in Selma Pantoja e José F. S. Sariaiva (coord.), *Angola e Brasil nas Rotas do Atlântico Sul*, Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, p. 243.

intervir em Angola». Em segundo, o Governo Geisel agiria de acordo com o que considerava serem as suas «responsabilidades especiais» para aquele território. Se os EUA pretendiam maior concertação bilateral, tinham, antes de mais, que deixar de «esconder determinadas informações do Brasil», caso contrário os dois países continuariam a ser «aliados pela metade»²⁵³. Durante o encontro com William Rogers, Azeredo da Silveira voltou a defender que Washington «não informara convenientemente» Brasília sobre a sua actuação em Angola e que a decisão brasileira fora tomada em «consonância com os seus interesses em África», especialmente, junto dos «países de língua portuguesa». Face à repetição desses argumentos William Rogers não insistiu. O secretário adjunto «concordou que a realização de consultas prévias teria sido oportuno» e lamentou a «falha de comunicação interna»²⁵⁴. Provavelmente o Departamento de Estado percebeu que o Itamaraty explorava ao limite a sua margem de manobra face aos EUA, procurando desenvolver uma acção própria em África que conferisse ao país maior autonomia política e económica no sistema internacional.

Enquanto as disputas da Guerra Fria se transferiam para Angola, a decisão do Itamaraty era cada vez mais contestada internamente. O *Estado de São Paulo* afirmava que o Brasil fora «único país ocidental que reconheceu o governo de Luanda», num gesto «antibrasileiro», «antiamericano», «mais africano» do que «os países africanos» pois a OUA «não reconheceu nem recomendou o reconhecimento» do MPLA²⁵⁵. Como observou a embaixada de Portugal em Brasília, os sectores mais conservadores da opinião pública brasileira insistiam que «a influência soviética» em Angola poderia «constituir uma ameaça militar» ao Brasil²⁵⁶. O ministro Azeredo da Silveira não era poupado de críticas «abertas e frontais»²⁵⁷ e falava-se mesmo na sua eventual saída do ministério. A reacção partiu da Presidência da República. Na sua mensagem de final de ano Ernesto Geisel fez a «defesa enfática» do *Pragmatismo Responsável*, elogiando a estratégia de «aproximação às novas nações de língua portuguesa». Com esta expressão de apoio à política africana do Itamaraty, o Presidente respondia aos «violentos ataques» feitos por «importantes sectores do regime» ao

²⁵³ Kissinger, Henry, *Anos de Renovação*, Lisboa, Gradiva, 2003, p. 658.

²⁵⁴ «*Cuban military intervention in Angola*, telegrama enviado pelo Departamento de Estado a embaixada dos EUA em Brasília, de 24 de Dezembro de 1975, pp. 1 - 3», NARA, *Document Number*: 1975State302862.

²⁵⁵ AHDMNE – PEA 21/ 1975, nº 320/BRA, *Estado de São Paulo*, de 11 de Dezembro de 1975.

²⁵⁶ «Aerograma nº559, notícias sobre Angola e Portugal na imprensa brasileira, enviado pela embaixada de Portugal em Brasília ao ministro dos Negócios Estrangeiros, de 18 de Dezembro de 1975, p.1», PEA 21/ 1975, nº320, AHDMNE.

²⁵⁷ «Apontamento sobre o reconhecimento do MPLA como Governo de Angola pelo Brasil, de 10 de Dezembro de 1975, pp.1 - 2», PEA 21/ 1975, nº 320, AHDMNE.

chanceler e que indirectamente também o visavam²⁵⁸. O sinal era claro, «nada na política» brasileira «face a Angola iria a mudar»²⁵⁹.

O reconhecimento do MPLA significou a vitória da diplomacia de carreira sobre os sectores militares favoráveis a uma política externa ideologizada. Foi, também, uma manifestação de autonomia face a Washington, após a oposição norte-americana ao Acordo Nuclear Brasil - Alemanha. Ao demonstrar possuir uma política africana própria, o Itamaraty reafirmava a determinação brasileira em desempenhar uma papel mais activo no sistema internacional. Permitti-lo, era um dos objectivos do *Pragmatismo Responsável* gizado por Azeredo da Silveira. Nas suas palavras: «A política externa faz avançar [o estatuto] de um país à frente do seu tempo»²⁶⁰.

8.3. A África lusófona e a inserção internacional do Brasil

O ano de 1976 começou com o reforço dos vínculos institucionais entre os novos países lusófonos, Portugal e o Brasil. Ainda em Dezembro de 1975 foi aprovado o Acordo Geral de Cooperação e Amizade entre Lisboa e Maputo que se estendeu a São Tomé, Guiné e Cabo-Verde em Janeiro de 1976 – o acordo só seria celebrado com Angola em 1978. Em Fevereiro de 1976, o VI Governo Provisório decidiu, ainda que sem unanimidade, reconhecer o Executivo de Luanda. Ao mesmo tempo foi «formalizada administrativamente» a criação da embaixada do Brasil em Angola, a que se seguiu o estabelecimento de novas missões em Moçambique, São Tomé e Príncipe, Guiné Equatorial, Alto Volta e Lesotho. Do lado português, significava o início de um novo padrão de relacionamento entre Lisboa e as ex-colónias. Para Brasília, era a confirmação de que «importância atribuída» à África, pelo Itamaraty, produzia resultados concretos, o que permitia mais facilmente contrapor as «resistências» ideológicas de alguns sectores «militares»²⁶¹.

A FRELIMO, que demonstrara grande reserva quanto às iniciativas de aproximação da diplomacia brasileira, alterou a sua posição e em Março concedeu o *agrément* ao

²⁵⁸ «Aerograma nº572, sobre o discurso de fim de ano do Presidente Ernesto Geisel, enviado pela embaixada de Portugal em Brasília ao ministro dos Negócios Estrangeiros, de 31 de Dezembro de 1975, pp.1 - 2», PEA 21/ 1975, nº 320, AHDMNE.

²⁵⁹ «Aerograma nº573, sobre o apoio do Presidente Geisel ao Itamaraty face às fortes críticas de que o ministério era alvo, enviado pela embaixada de Portugal em Brasília ao ministro dos Negócios Estrangeiros, de 31 de Dezembro de 1975, p.1», PEA 21/ 1975, nº 320, AHDMNE.

²⁶⁰ Kissinger, Henry, *Anos de Renovação*, Lisboa, Gradiva, 2003, p. 657.

²⁶¹ «Aerograma nº4, sobre a criação de novas embaixadas do Brasil em África, enviado pela embaixada de Portugal em Brasília para o ministro dos Negócios Estrangeiros, de 6 de Janeiro de 1976, p.1», PEA 38/ 1976, nº 34, AHDMNE.

embaixador do Brasil. Finalmente, e após alguma incerteza, Brasília contava com representações em todos os países africanos de expressão portuguesa. O ministério das Relações Exteriores considerava «superado» o período de distanciamento e a sua representação em Maputo viria a ser «uma das mais importantes na costa oriental da África», estando incumbida de «criar missões diplomáticas» no Botswana, Swazilândia e Lesoto. Tal como sucedeu em Angola e na Guiné-Bissau, foi enviada a Moçambique «uma missão exploratória», com a finalidade de avaliar as hipóteses de «cooperação»²⁶². Ao mesmo tempo, aprofundavam-se as relações com Bissau. A 22 Março de 1976, chegou ao Brasil uma delegação governamental da Guiné com o objectivo de estudar com as autoridades brasileiras as «possibilidades de cooperação entre os dois países»²⁶³. No Itamaraty, o ministro sem pasta guineense, José Araújo, afirmou que o PAIGC «compreendeu o interesse do Brasil em estreitar os laços com as jovens nações africanas de expressão portuguesa» e podia garantir que, doravante, também elas pretenderiam manter «relações francas e cooperativas» com Brasília²⁶⁴. Por ocasião da sua condecoração com a Ordem do Rio Branco, José Araújo declarou que as insígnias que acabava de receber eram uma «prova de solidariedade brasileira manifestada desde o primeiro instante, ao esforço realizado pelo povo da Guiné-Bissau em busca da sua independência»²⁶⁵. Um ano e meio após as declarações de Pedro Pires ao *Expresso*, afirmando que o Brasil não auxiliara o PAIGC na sua luta, a diplomacia guineense fazia tábua rasa dos ressentimentos e apresentava o Governo brasileiro como um aliado de primeira hora. A que se deveu essa mudança? Por um lado, o Itamaraty lograra êxito na sua política de aproximação a África. De aliado tácito do colonialismo passou a parceiro estratégico dos novos países africanos. Por outro, as necessidades do frágil Estado guineense obrigavam os seus líderes a algum pragmatismo e não lhes permitia dispensar qualquer auxílio externo.

O Departamento de Estado compreendeu que a aproximação do Brasil a África fazia parte de uma estratégia de inserção política e económica internacional mais autónoma em relação a Washington. A diplomacia norte-americana procurou contrariar essa perda de influência através da ratificação, no mês de Fevereiro, de um mecanismo de consulta bilateral – Memorando de Entendimento – que, em princípio, «reduziria os incentivos do Brasil no sentido de liderar um bloco do Terceiro Mundo ou da América Latina contra os Estados Unidos». Esta hipótese deveria parecer tanto mais provável quanto heterodoxo e audaz fosse o

²⁶² AHDMNE – PEA 38/ 1976, nº 34/visitas/BRA - PAA, *Folha de São Paulo*, 31 de Março de 1976, p.5.

²⁶³ AHDMNE – PEA 38/ 1976, nº 34/visitas/BRA - PAA, *Estado de São Paulo*, 23 de Março de 1976, p.16.

²⁶⁴ AHDMNE – PEA 38/ 1976, nº 34/visitas/BRA - PAA, *Folha de São Paulo*, 23 de Março de 1976, p.6.

²⁶⁵ AHDMNE – PEA 38/ 1976, nº 34/visitas/BRA - PAA, *Jornal do Brasil*, 25 de Março 1976, p.4.

Pragmatismo Responsável. Ao apoiar o MPLA, o Governo brasileiro demonstrara ser capaz de aproveitar o vazio de poder em África, antecipando-se à Administração Ford²⁶⁶. À imprensa, o Secretário de Estado, Henry Kissinger, afirmava que o sistema de consulta não havia sido aprimorado em função da «questão angolana»²⁶⁷. Não era esse o sentimento junto à opinião pública brasileira. Como observou o *Jornal do Brasil*, «os Estados Unidos redescobriram o Brasil depois de Angola».²⁶⁸ Cabia ao Itamaraty tirar proveito das boas relações com Luanda nas negociações com Washington.

Não obstante o recrudescer do conflito militar em Angola e a sua rápida internacionalização, o Governo brasileiro decidiu continuar a aprofundar as parcerias com Angola. Em Março de 1976 uma missão comercial partiu para Luanda com o objectivo de verificar as «possibilidades de cooperação» entre os dois países. A participação da PETROBRAS na exploração do petróleo angolano, era uma «hipótese» que naturalmente não podia ser «descartada»²⁶⁹. Tudo indica que o petróleo foi alvo de negociações e que o Brasil preferia «comprá-lo a Angola do que aos longínquos países árabes». Após as «restrições impostas no passado por Portugal» começavam a surgir as condições para uma cooperação bilateral efectiva²⁷⁰. No plano político, o Governo brasileiro procurou sensibilizar os seus parceiros internacionais a comprometerem-se com uma solução para o conflito angolano. Ernesto Geisel desenvolveu uma activa diplomacia presidencial nesse sentido. Em conferência de imprensa durante a sua deslocação a Inglaterra, Geisel referiu a «necessidade dos países ocidentais se aliarem ao Brasil na aproximação com Angola, a fim de se preservar a presença ocidental naquela zona do Atlântico»²⁷¹. Durante a sua viagem a França o Presidente afirmou que a presença dos países ocidentais em Angola poderia «neutralizar a influência soviética e cubana na região». A questão angolana esteve presente no encontro com o Presidente Giscard d'Estaing perante o qual Ernesto Geisel defendeu a posição de Brasília ao manter aberta a «representação diplomática» em Luanda, enquanto prosseguia a guerra civil. O Presidente brasileiro argumentou que Angola, Moçambique, e a Guiné-Bissau «são remanescentes da civilização brasileira na África», «com os quais o Brasil deseja uma

²⁶⁶ Kissinger, Henry, *Anos de renovação*, Lisboa, Gradiva, p. 659.

²⁶⁷ AHDMNE – PEA 38/ 1976, nº 34/visitas/BRA - EUA, *O Globo*, 22 de Fevereiro 1976, p.6.

²⁶⁸ AHDMNE – PEA 38/ 1976, nº 34/visitas/BRA - EUA, 1976, *Jornal do Brasil*, 19 de Fevereiro de 1976, sem página.

²⁶⁹ AHDMNE – PEA 38/ 1976, nº 34/visitas/BRA - PAA, 1976, *Estado de São Paulo*, 25 de Março de 1976, p. 24.

²⁷⁰ *Expresso*, 23 de Abril de 1976, p. 7.

²⁷¹ «Ofício nº11/ 270, declarações feitas pelo Presidente Geisel sobre Angola durante a sua visita a Londres, enviado pela embaixada de Portugal em Brasília para o ministro dos Negócios Estrangeiros, de 14 de Março de 1976, pp.1 – 2», PEA 38/ 1976, nº 34/visitas/ BRA – GBR, AHDMNE.

crescente vinculação». Na sua opinião, o facto de o Governo de «Angola estar estreitamente ligado à União Soviética e a Cuba» constituía «mais uma razão para que o Brasil» estivesse «presente». Não só o Brasil como «outros países ocidentais»²⁷².

Esse discurso é elucidativo das aspirações do Governo brasileiro que emergia enquanto potência regional e almejava ser um interlocutor privilegiado no diálogo Norte-Sul. O combate ao avanço comunista no espaço que entendia corresponder à sua área de acção significava que Brasília atribuía a si responsabilidades na manutenção do sistema internacional. Este gesto, coerente com as directrizes do nacional-desenvolvimentismo, só era possível no contexto de uma ordem multipolar. Porém, a iniciativa de Ernesto Geisel encerrava, também, uma dimensão propagandística. O *Pragmatismo Responsável* já demonstrara que as divergências ideológicas não deveriam comprometer as relações diplomáticas. Portanto, ao invocar a ameaça comunista, o Presidente pretendia que os países do bloco capitalista cerrassem fileiras sob a égide brasileira em prol de um caso que era sensível ao interesse nacional. Segundo o *Estado de São Paulo* este foi o momento em que «Geisel fixou, ainda que indirectamente, a dimensão que o Brasil» poderia ter no «cenário internacional». Para o *Jornal do Brasil* o «peso específico» que o Brasil dispunha no sistema internacional, permitiria «marcar presença» em Angola, entendida como a «fronteira Leste» do Brasil, ao invés do seu «abandono» a favor da influência comunista²⁷³.

Na opinião do embaixador de Portugal, Vasco Futscher Pereira, o discurso de Ernesto Geisel revelava que, para além dos «interesses meramente brasileiros», a aproximação a Angola obedecia a «desígnios de natureza ideológica». Isto é, «conter, minimizar e contrabalançar expansão soviético-cubana e ao mesmo tempo oferecer à diplomacia angolana apoios ocidentais», o que a médio prazo poderia ser determinante para o equilíbrio de forças em Luanda. Ante a «omissão norte-americana» e a «expectativa» dos «países europeus», o Brasil assumia a «liderança ocidental face à problemática angolana», pugnando por um «esforço comum» do Ocidente²⁷⁴. Contudo, a posição brasileira em relação a Angola não se limitava a conter o avanço soviético. Possuía um significado geoestratégico mais amplo que era o de aprofundar as relações com África; contribuir para a autonomização da política externa face aos EUA; exercer, no limite de suas possibilidades, um papel mais activo na comunidade internacional.

²⁷² AHDMNE – PEA 38/ 1976, nº 34/visitas/BRA - FRA, 1976, *Estado de São Paulo*, 28 de Abril 4 de 1976, p.8.

²⁷³ AHDMNE – PEA 38/ 1976, nº 34/visitas/BRA - GBR, 1976, *Jornal do Brasil*, 7 de Maio de 1976, p. 4.

²⁷⁴ «Aerograma nº A – 20, sobre viagem do Presidente Geisel a França, enviado pela embaixada de Portugal em Brasília ao ministro dos Negócios Estrangeiros, de 29 de Abril de 1976, pp.1 - 3», PEA 38/ 1976, nº 34/visitas/BRA – FRA AHDMNE.

Ninguém melhor do que Azeredo da Silveira para explicar a posição de Brasília. Segundo o chanceler, o Brasil «mudou seu modo de apreender os principais problemas internacionais» o que lhe permitia estar em condição de fazer com que o «Ocidente compreenda melhor a África» e o seu «papel» naquele continente. Porém, era preciso que muito países deixassem de «marchar contra a História» e percebessem que a sua «presença» e os «interesses dos africanos» não eram incompatíveis. Azeredo da Silveira não atribuía importância ao facto do seu Governo estar apoiando internacionalmente Estados «socializantes». Para o chanceler estes países estavam, antes de mais, «lutando pela sua independência» e por vezes viam-se obrigados a recorrer a «métodos radicais». Superadas as dificuldades iniciais e alcançada alguma estabilidade, o «nacionalismo africano» mostrar-se-ia mais forte do que «qualquer outra ideologia» demonstrando que o socialismo fora «apenas uma etapa»²⁷⁵. O Governo angolano também procurou inscrever as relações bilaterais acima das questões do regime. Em Maio, durante a cerimónia de entrega das credenciais do embaixador do Brasil em Luanda, Rodolfo Godoy de Souza Dantas, o Presidente Agostinho Neto afirmou que os dois povos estavam ligados «desde há séculos, por laços de sangue, de cultura e pela própria história» e que as «opções políticas diferentes não são um obstáculo à cooperação»²⁷⁶.

A aproximação do Brasil a África, na década de 1970, não foi um facto natural, decorrente de anos de contactos, mas sim um acto político²⁷⁷ que pretendia atender ao projecto nacional-desenvolvimentista através de uma agressiva e eficiente estratégia de internacionalização da economia que tinha três objectivos imediatos: ampliar os mercados; diversificar as fontes de financiamento; e diminuir a dependência energética. Por sua vez, os países africanos pretendiam melhorar a sua posição perante as ex-metrópoles coloniais e os centros do capitalismo mundial, procurando novos parceiros comerciais e investidores²⁷⁸.

Este quadro reflecte uma reformulação geoestratégica do Governo brasileiro. Isto é, o Atlântico Sul continua a ser percebido como uma área vital ao interesse nacional mas a ênfase é posta no domínio económico em detrimento do militar, em grande parte pela importância do petróleo africano no esforço brasileiro de renegociar a sua dependência externa e, por conseguinte, a sua posição no sistema internacional. Uma vez que a reinserção

²⁷⁵ AHDMNE – PEA 38/ 1976, nº 34/visitas/BRA - FRA, 1976, *Jornal do Brasil*, 7 de Maio de 1976, p. 4.

²⁷⁶ Discurso pronunciado em Luanda, em 25 de Maio de 1976, pelo Presidente angolano, Agostinho Neto, ao receber as credenciais do primeiro embaixador brasileiro na República Popular de Angola, citado por Nkosi, José Kalunsiewo, *A Política Externa Brasileira e a Questão Angolana: Traços do Pragmatismo Responsável*, Dissertação (Mestrado em História), Rio de Janeiro, Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), 2002, pp.182 - 183.

²⁷⁷ Santana, Ivo de, «Notas e Comentários Sobre a Dinâmica do Comércio Brasil – África nas Décadas de 1970 a 1990», *Revista Brasileira de Política Internacional*, vol. 46, nº 2, Rio de Janeiro, IRBI, 2003, p.129.

²⁷⁸ Idem, *Ibidem*, p. 120.

passava pelo reforço da cooperação com África, importava projectar a imagem de um «poder tropical industrial»²⁷⁹, e convencer os Estados africanos de que as relações históricas com Portugal – e o passado de apoio tácito ao colonialismo – não deveriam inibir o desenvolvimento de relações intensas entre o Brasil e o *continente negro*. Uma das consequências dessa inflexão foi que a diplomacia brasileira encetou novos vínculos com os países de expressão portuguesa, fora do âmbito da tradicional Comunidade Luso-Brasileira, dando origem a um sistema de cooperação directa e independente. O estabelecimento de relações com a África lusófona representava a vitória do Itamaraty sobre a ala mais conservadora do regime militar – favorável a uma política externa ideologizada – e uma prova de autonomia da política externa brasileira face a Washington e a Lisboa.

²⁷⁹ Saraiva, José Flávio Sombra, «A África e o Brasil: Encontros e Encruzilhadas», *Ciências e Letras* n° 21/ 22, Porto-Alegre, Faculdade Porto-Alegrense de Educação, Ciências e Letras, 2001, pp. 160 - 161.

Capítulo IX - A transição para a democracia e o reinício do diálogo bilateral (1975 - 1976)

9.1. O regime democrático e a normalização das relações luso-brasileiras

O 25 de Novembro de 1975 foi o momento em que as forças políticas e militares moderadas recuperaram a iniciativa pondo termo à *deriva revolucionária*. Seguiu-se a revisão do Pacto MFA – Partidos, a promulgação da Constituição de 1976 e a eleição do I Governo Constitucional, três acontecimentos que marcam a progressiva institucionalização do regime democrático. A revisão do Pacto teve duas consequências imediatas e fundamentais para a normalização política. Por um lado, abriu caminho à eleição directa para a Presidência da República, consagrando um regime semipresidencialista. Por outro, pôs fim à Assembleia do MFA, o que representava o retorno da instituição militar às suas práticas tradicionais, como o respeito pela hierarquia e pela disciplina. Embora o poder militar continuasse a coexistir com o poder civil, nomeadamente através do Conselho da Revolução e das competências atribuídas ao Presidente da República, tinha início o seu afastamento da política e o estabelecimento de uma democracia civilista. Por sua vez, a Constituição de 1976, afirmava os direitos, liberdades e garantias individuais dentro da tradição da Europa Ocidental, com algumas *nuances*, permanecendo a «herança revolucionária» bem presente no texto da lei fundamental²⁸⁰. Apesar de estar conotada com o período revolucionário, continuando a apontar para o socialismo colectivista do tipo da Europa Ocidental, a nova Constituição representava um sinal claro de que o período da *deriva* chegara ao fim e de que o processo de transição para a democracia não ficaria interrompido.

Não obstante essas conquistas, vivia-se em 1976 um momento grande instabilidade governativa e de grave crise económica e financeira que não permitiam dar como certa a transição para a democracia. Uma das poucas alternativas do I Governo Constitucional era dispor do importante capital político que conquistara junto à comunidade internacional, sobretudo na Europa, para obter créditos no exterior²⁸¹. O fim das incertezas quanto ao rumo da revolução repercutiu-se na política externa portuguesa. Em Fevereiro de 1976, a Alemanha Federal concedeu um vultuoso empréstimo a Portugal. Tiveram início as negociações com a CEE com vista à celebração do protocolo adicional e do protocolo financeiro, que seriam

²⁸⁰ António Telo, *História Contemporânea de Portugal*, vol I, Lisboa, Presença, pp. 180 - 181.

²⁸¹ Idem, *Ibidem*, pp. 279 - 281.

assinados em Junho. Em Março, os EUA concederam a Portugal um empréstimo de 19 milhões, parte de um programa de 18 meses de auxílio económico, num valor global de 240 milhões de dólares. Finalmente em Setembro, Portugal ingressou no Conselho da Europa.

Também as relações luso-brasileiras conheceriam um novo fôlego logo no princípio de 1976. Como salientou o embaixador Vasco Futscher Pereira, após «um longo período de reserva», as autoridades brasileiras começavam a crer na «estabilidade política portuguesa» estando novamente «dispostas ao dialogo»²⁸². Opinião semelhante manifestara o embaixador do Brasil, Alberto da Fontoura, ao chanceler Azeredo da Silveira e ao chefe do SNI, general João Figueiredo. Fontoura via de «modo muito positivo a recente evolução portuguesa» retendo uma impressão «serena e confiada» da transição para a democracia em Lisboa²⁸³. O Itamaraty procurou dar prova da sua confiança renovada em Portugal. O embaixador do Brasil em Jacarta manifestou junto ao ministro dos Estrangeiros indonésio, Adam Malik, as «preocupações portuguesas» sobre os seus militares ali detidos e em «nome do governo brasileiro» pediu a sua libertação. Adam Malik assegurou que os militares encontravam-se bem e que o seu retorno a Portugal era apenas uma «questão de tempo». O seu Governo não seria «insensível» a estas diligências²⁸⁴.

Outro exemplo da receptividade de Brasília em relação a Lisboa foi o facto de o ex-ministro da defesa, Silva Cunha, ter sido «autorizado a emigrar para o Brasil»²⁸⁵. Este tipo de concessão facilmente poderia causar embaraços ao Governo do Presidente Geisel. Tal estado de espírito fez-se sentir na imprensa que afirmava estar o Governo brasileiro disposto «a passar uma esponja no que ficou para trás» e construir um «relacionamento maduro» com Portugal²⁸⁶. Para Vasco Futscher Pereira, o Itamaraty estava empenhado em melhorar o «clima nas relações luso-brasileiras» e preparar os «meios políticos e militares para um posterior gesto que o possa consolidar»²⁸⁷. Estando os contactos diplomáticos em vias de normalização, o embaixador de Portugal tinha maior margem de manobra na procura de uma solução conjunta para o problema dos «portugueses emigrados de Angola» que chegavam ao

²⁸² «Aerograma nº285, sobre as novas perspectivas nas relações luso-brasileiras, enviado pela embaixada de Portugal em Brasília para o ministério dos Negócios Estrangeiros, de 2 de Fevereiro de 1976, p.1», PEA 21/ 1976, nº33/ BRA/ 18, 1976, AHDMNE.

²⁸³ AHDMNE – PEA 21/ 1976, nº33/ BRA/ 18, *Jornal do Brasil*, 25 de Janeiro de 1976, p.10.

²⁸⁴ «Aerograma nº42, sobre militares portugueses presos na Indonésia, enviado pela embaixada de Portugal em Brasília para o ministério dos Negócios Estrangeiros, de 23 de Janeiro de 1976, p.1», PEA 21/ 1976, nº33/ BRA/ 2, AHDMNE.

²⁸⁵ *Expresso*, 24 de Janeiro de 1976, p. 2.

²⁸⁶ «Aerograma nº110, sobre eventual visita de Melo Antunes ao Brasil e a sua repercussão na comunicação social brasileira, enviado pela embaixada de Portugal em Brasília ao ministério dos Negócios Estrangeiros, de 12 de Março de 1976, p.1», PEA 21/ 1976, nº33/ BRA/ 9, AHDMNE.

²⁸⁷ *Ibidem*.

Brasil²⁸⁸. Urgia aproveitar a conjuntura favorável e corresponder ao interesse brasileiro. Em entrevista à *Folha de São Paulo*, a 21 de Junho, Futscher Pereira afirmou que «os novos rumos da diplomacia» do seu país teriam «dois roteiros dominantes – a Europa e o Atlântico». Instado a posicionar-se sobre «comunidade luso-afro-brasileira», o embaixador manteve a postura cautelosa que a diplomacia portuguesa vinha adoptando sobre o assunto. Futscher Pereira considerou-a «um ideal ainda sem expressão concreta» o que tornava prematuro a sua discussão. Concebendo-a «como possível extensão da comunidade luso-brasileira, a comunidade luso-afro-brasileira tem de ser encarada como um sonho nascido de um ideal», partilhado por todos os seus membros. Em relação às ex-colónias, o embaixador acreditava que a «longo prazo», após «descortinar novas oportunidades» de cooperação, Portugal acabaria «por ter com Angola e Moçambique relações tão fraternais e amigáveis como aquelas que mantemos hoje com o Brasil»²⁸⁹.

Nos meses que antecederam as eleições legislativas e as presidenciais, o Governo brasileiro adoptou uma postura reservada evitando pronunciar-se sobre a evolução das relações diplomáticas com Portugal. Em Abril, o PS obteve a maioria dos votos para o Parlamento e em Junho o general Ramalho Eanes foi eleito Presidente da República. Brasília manteve-se em «compasso de espera», aguardando que uma «autoridade expressiva do novo gabinete português se manifestasse primeiro», o que de facto ocorreu²⁹⁰. No discurso que precedeu a apresentação do programa do I Governo Constitucional na Assembleia da República, o Primeiro-Ministro Mário Soares, prometeu «uma maior aproximação com o Brasil», salientando que as relações entre os dois países eram «tão íntimas, tão profundas, tão necessárias a ambas as partes que transcendem em muito e de longe os problemas conjunturais dos regimes políticos ou dos governos». As relações bilaterais deveriam ser equacionadas «no quadro do tratado de Aliança e Consulta» que previa «visitas anuais periódicas entre os representantes dos dois países»²⁹¹. Os órgãos de comunicação social brasileiros atribuíram grande «relevo» às declarações de Mário Soares, destacando a «satisfação» que causaram junto ao «Itamaraty»²⁹². A menção à periodicidade dos encontros bilaterais foi compreendida como um sinal de que o Primeiro-Ministro pretendia retribuir em breve a visita feita por Azeredo da Silveira a Portugal, em 1974.

²⁸⁸ AHDMNE – PEA 21/ 1976, nº33/ BRA/ 18, 1976, *Estado de São Paulo*, 23 de Junho de 1976, p.16.

²⁸⁹ AHDMNE – PEA 21/ 1976, nº33/ BRA/ 1, *Estado de São Paulo*, 21 de Junho de 1976, p.22.

²⁹⁰ AHDMNE – PEA 21/ 1976, nº33/ BRA/ 18, *Estado de São Paulo*, 4 de Agosto, 1976, p.13.

²⁹¹ AHDMNE – PEA 21/ 1976, nº33/ BRA/ 18, *Jornal de Brasília*, 4 de Agosto de 1976, p.6.

²⁹² «Aerograma nº 285, repercussões na comunicação social brasileira das declarações de Mário Soares relativas ao Brasil, enviado pela embaixada de Portugal em Brasília para o ministério dos Negócios Estrangeiros, de 5 de Agosto de 1976, p.1», PEA 21/ 1976, nº33/ BRA/ 18, AHDMNE.

Um conjunto de incitativas contribuiu para consubstanciar as intenções de normalização das relações bilaterais. Por ocasião da independência do Brasil realizou-se em Lisboa uma «recepção na embaixada» brasileira que contou com a presença do Primeiro-Ministro, Mário Soares, do ministro dos Negócios Estrangeiros, Medeiros Ferreira, de outros membros do Governo e embaixadores de diversos países²⁹³. Do outro lado do Atlântico, o Presidente Geisel encontrou-se, «pela primeira vez», com «a colónia portuguesa no Rio de Janeiro». Durante o almoço oferecido pelo Ginásio Clube Português em sua homenagem o Presidente recordou o legado português na formação da «nacionalidade» brasileira. Esta iniciativa foi interpretada como «um acto de preparação da anunciada visita ao Brasil do Primeiro-Ministro Mário Soares»²⁹⁴. De facto, a deslocação estava a ser organizada por ambas as diplomacias. Em Lisboa, o gabinete do Primeiro-Ministro definia conjuntamente com a embaixada brasileira os pormenores do encontro bilateral, cujo o objectivo seria «normalizar» os «laços políticos» e potencializar a «colaboração» nos domínios «económico, cultural e social»²⁹⁵. Em Outubro foi enviada ao Brasil uma missão comercial portuguesa com o propósito de avaliar as oportunidades de incremento das relações económicas bilaterais que desde o 25 de Abril decresciam. Para o *Jornal do Brasil* com o fim da «vertiginosa marcha “alla sinistra” do regime português» desaparecia a «atmosfera que impedia um relacionamento» bilateral «acima das contingências políticas do momento»²⁹⁶. Segundo a *Folha de São Paulo*, Brasil e Portugal estariam «destinados» a entenderem-se pois partilhavam «identidades profundas» capazes de «prevalecer sobre as divergências motivadas por caminhos políticos diversos».

Todavia, permaneciam muitos desafios a serem superados. No plano comercial, as trocas bilaterais não correspondiam às «potencialidades económicas recíprocas», registando um saldo «deficitário» para Portugal. No plano político, subsistiam reticências. Alguns diplomatas brasileiros afirmavam que «Portugal sempre» agira «para com o Brasil, tanto no passado quanto agora, como se fosse o pai de um filho próspero. E como tal, está sempre reivindicando mais do que oferecendo»²⁹⁷. A imprensa portuguesa continuava a condenar a ditadura brasileira, denunciando as perseguições políticas, a falta de liberdade, e as injustiças

²⁹³ *Diário de Notícias*, 8 de Setembro de 1976, p.2.

²⁹⁴ *Ibidem*, 25 de Outubro de 1976, p.2.

²⁹⁵ «Sobre a visita do Primeiro-Ministro Mário Soares ao Brasil, telegrama enviado pela embaixada do Brasil em Lisboa ao ministério das Relações Exteriores, de 26 de Outubro de 1976, pp. 1 – 3», AAS mre/ rb 19740523 Pasta III – 34 A 1, CPDOC/ FGV.

²⁹⁶ AHDMNE – PEA 21/ 1976, nº33/ BRA/ 18, *Jornal do Brasil*, 18 de Outubro de 1976, p.10.

²⁹⁷ AHDMNE – PEA 21/ 1976, nº33/ BRA/ 1, *Folha de São Paulo*, 29 de Outubro de 1976, p.5.

sociais²⁹⁸. Em Janeiro, o documentário *On vous parle du Brésil*, fortemente crítico ao regime militar, foi inserido num ciclo de cinema promovido pelo ministério da Comunicação Social. Na opinião de Azeredo da Silveira tratava-se de um «acto inamistoso do governo português contra o Brasil». Mais uma vez, o embaixador Futscher Pereira procurou garantir que este não era o «propósito» do seu do governo e que a exibição do filme, com o patrocínio do ministério, fora um «lapso» a corrigir. O Chanceler recordou que este tipo de incidentes provocava uma «onda de ressentimentos» em «certos meios políticos brasileiros», especialmente junto à «direita militar mais conservadora», tornando «mais difícil» ao Itamaraty «defender a reactivação» do «diálogo» com Lisboa. Apesar de alguns sectores em Brasília falarem num «sensível atenuamento» da «campanha anti-brasileira» nos últimos meses, a permanência destes incidentes afectavam os esforços feitos no sentido da normalização diplomática²⁹⁹. Mas nem todos os gestos hostis partiam de Portugal. No Brasil, ainda que com uma frequência bem mais moderada, o Governo português também era continuamente atacado. Eram constantes os comentários de teor «muito hostil e de óbvia intenção pessoal» feitos por Champalimaud contra Mário Soares, as inúmeras «referências elogiosas» ao «regime anterior» feitas na imprensa³⁰⁰, as missas que a colónia mandava celebrar pela alma de Salazar, e as entrevistas que Marcelo Caetano continuava a dar. Ao *Mundo Português*, semanário de grande difusão junto aos imigrantes, Caetano chamava de «capitulações vergonhosas» as negociações para a descolonização.³⁰¹ A explicação para a continuidade destes incidentes ao longo do ano de 1976 reside, em certa medida, na lenta desmobilização dos grupos de extrema-direita e de extrema-esquerda que resistiam à nova situação política.

Na opinião dos «observadores diplomáticos», estes géneros de diferendos e os seus desdobramentos deveriam ser «absorvidos pelas duas chancelarias», cuja prioridade era «retomar o ritmo de relacionamento anterior à era Vasco Gonçalves e em pleno desenvolvimento amistoso»³⁰². A normalização das relações luso-brasileiras não significou o fim imediato das manifestações de agravo que continuaram a ocorrer mesmo após a visita da

²⁹⁸ Para o ano de 1977 identificamos 37 notícias correlatas nos dois periódicos que consultamos – *Diário de Notícias* e *Expresso*.

²⁹⁹ «Aerograma nº16, entrevista de Vasco Futscher Pereira com António Azeredo da Silveira sobre ao filme *On vous parle du Brésil*, enviado pela embaixada de Portugal em Brasília para o ministério dos Negócios Estrangeiros, de 10 Janeiro de 1976, p.1», AHDMNE– PEA 21/ 1976, nº33/ BRA/ 15 -geral, 1976, AHDMNE.

³⁰⁰ «Aerograma nº534, sobre artigo escrito por António Champalimaud no *Jornal do Brasil*, enviado pela embaixada de Portugal em Brasília para o ministro dos Negócios Estrangeiros, de 30 Dezembro de 1976, p.1», PEA 8/ 1977, nº 33/ BRA/ 14 - Geral, 1976 - 7, AHDMNE.

³⁰¹ Serrão, Joaquim Veríssimo, *Marcelo Caetano. Confidências do Exílio*, Lisboa, Verbo, 1985, p. 137.

³⁰² *Diário de Notícias*, 11 de Setembro de 1976, p.3.

delegação portuguesa ao Brasil, em Dezembro de 1976³⁰³. Portanto, é preciso mitigar a sua importância na explicação da deterioração das relações bilaterais durante a *deriva revolucionária*. O que possibilitou a distensão diplomática e retomar o diálogo foram as alterações no cenário político português – o fim do *gonçalvismo* e a progressiva institucionalização da democracia – e a acção empenhada das duas chancelarias. Em relação a este aspecto, a visita que Mário Soares faria ao Brasil em Dezembro seria determinante para «o reinício do diálogo político» e para o início de um novo padrão de relacionamento³⁰⁴. De ambas as partes parecia haver vontade e possibilidade de relançar as relações luso-brasileiras noutros termos.

9.2. O I Governo Constitucional e o *Pragmatismo Responsável*

O I Governo Constitucional clarificou quais seriam as linhas de força da diplomacia portuguesa nos próximos anos. Portugal definir-se-ia como um país simultaneamente europeu e atlântico³⁰⁵. A partir de então, a ênfase nas relações com o Terceiro Mundo e com Bloco de Leste, que dominaram o período pré-constitucional, deslocou-se para a CEE e, em menor proporção, para o espaço da lusofonia. Aderir às Comunidades era fundamental por razões políticas – assegurar a transição para a democracia – e económicas – equilibrar os fluxos financeiros e modernizar a economia. A 19 de Agosto de 1976 o Executivo português solicitou formalmente a adesão ao Conselho da Europa e a 20 de Setembro assinaram-se os Protocolos adicional e financeiro entre Portugal e a CEE. No que diz respeito à lusofonia, o programa do I Governo Constitucional tinha como uma das prioridades «normalizar» as relações «particularmente difíceis» com Angola e Moçambique, procurando tratar os diferendos de «forma não ideológica», assim como empreender o «reforço da Comunidade Luso-Brasileira em termos de eficiência prática»³⁰⁶. Segundo o *Diário de Notícias*, após a posse do I Governo Constitucional o «Brasil recuperou importância na agenda diplomática portuguesa»³⁰⁷.

De facto, havia consonância entre a agenda diplomática brasileira e a portuguesa. Tanto o Governo Geisel quanto o Executivo de Mário Soares pretendiam aproximar-se da

³⁰³ Para o ano de 1977 encontramos 9 documentos relacionados à manifestações de agravo e à notas de protesto. Quatro procediam da embaixada do Brasil em Lisboa, um da embaixada de Portugal em Brasília e quatro do ministério dos Negócios Estrangeiros. PEA 8/ 1977, nº 33/ BRA/ 15 - Geral, 1976 - 7, AHDMNE.

³⁰⁴ AHDMNE – PEA 21/ 1976, nº33/ BRA/ 18, 1976, *Jornal de Brasília*, 30 de Outubro de 1976, p.6.

³⁰⁵ Teixeira, Nuno Severiano, «O 25 de Abril e a Política Externa Portuguesa», *Revista de Relações Internacionais*, nº1, Lisboa, IPRI, 2004, pp. 9 - 10.

³⁰⁶ Programa do I Governo Constitucional (consulta electrónica: <http://www.portugal.gov.pt/Portal/PT>)

³⁰⁷ *Diário de Notícias*, 18 de Dezembro de 1976, p. 7.

CEE; atribuíam relevo à relação com os países de língua portuguesa; diversificavam os vínculos diplomáticos, nomeadamente a Leste, junto aos países árabes, e com a China; pugnavam por um novo padrão de relacionamento Norte-Sul; e entendiam ser prioritário aprofundar os laços bilaterais. Tamanha identificação de interesses permitiria, em princípio, reequacionar as relações luso-brasileiras em termos mais concretos.

Uma das possíveis áreas de cooperação era a África, nomeadamente Angola. Apesar das relações diplomáticas entre Portugal e Angola terem sido restabelecidas a 30 de Setembro, permaneciam dominadas por reticências e acusações recíprocas. Talvez os contactos privilegiados entre o Governo brasileiro e o MPLA pudessem ser uma mais valia para o Executivo português, num momento difícil das suas relações com Luanda. Sendo Portugal um país com limitada capacidade de intervenção externa, importava aproveitar todas as oportunidades criadas pelo sistema internacional. No que dizia respeito a Angola, poucos países estavam tão bem posicionados junto ao Governo de Agostinho Neto quanto o Brasil. Todavia, para que o Itamaraty defendesse os interesses portugueses em África era preciso identificá-los com os objectivos do *Pragmatismo Responsável*. Isto é, que a dinamização das relações luso-brasileiras permitissem à Brasília uma reinserção internacional mais ampla e autónoma.

No contexto da terceira fase da Guerra Fria, a política externa portuguesa e brasileira tinham um vértice em comum que também era sensível a Washington: Angola. Por aquela altura circulavam rumores acerca da eventual constituição de um «Pacto para a Defesa do Atlântico Sul» que contaria com participação do Brasil. Sobre este assunto, o então ministro dos Negócios Estrangeiros de Angola, José Eduardo dos Santos, a ele se referiu «condenando em termos enérgicos» uma possível «intervenção» brasileira³⁰⁸. Também o ministro da Defesa de Portugal, Firmino Miguel, refutou esta ideia argumentando que o seu país já integrava a NATO e que «não tem interesse no Atlântico Sul»³⁰⁹. Segundo o *Expresso*, junto ao Itamaraty, a impressão geral era de «absoluta inutilidade de tal Pacto» e de que a adesão do Brasil, estaria, à partida, destituída de qualquer «expressão política», precisamente por «carecer de força» e por ser «desnecessário», tendo em conta a superioridade militar dos EUA. O Governo brasileiro estaria mais interessado nas «relações culturais e comerciais» do que em «apetrechar-se do ponto de vista bélico» para sustentar o avanço comunista em África, convencido da «ineficácia deste meio»³¹⁰.

³⁰⁸ *Expresso*, 10 de Dezembro de 1976, pp. 18 - 19.

³⁰⁹ *Diário de Notícias*, 18 de Dezembro de 1976, p.7.

³¹⁰ *Expresso*, 10 de Dezembro de 1976, pp. 18 - 19.

A constituição de um novo Pacto de Defesa Atlântico parecia ser um objectivo demasiado ambicioso e inexecutável para um Governo que primava por executar uma política externa realista. Todavia, a concepção de um espaço de influência alargado ao Atlântico Sul não era estranha ao Itamaraty. Pelo contrário. Há algum tempo que a diplomacia brasileira definira Angola como a *fronteira leste* do Brasil e que aspirava desempenhar um papel de relevo no equilíbrio do sistema internacional. A posição oficial do ministério das Relações Exteriores era a de que enquanto não fosse «possível discernir» em que medida a influência comunista em África constituía uma «risco iminente à segurança do Atlântico Sul», convinha manter os canais de diálogo abertos, contrapondo ao máximo a presença comunista³¹¹. A vinculação deste tipo de notícias poderia até não passar de especulação mas servia, pelo menos, para avaliar a sua receptividade. Esta hipótese assume maior pertinência se considerarmos que Brasília aproveitava a crise interna norte-americana para «testar a possibilidade de a sua margem de manobra relativamente a Washington» ser maior. Segundo o Secretário de Estado, Henry Kissinger, o Brasil pretendia levar a cabo uma «política verdadeiramente global» e usava as suas «ligações com o Terceiro Mundo» para «pressionar» o desenvolvimento de uma «política coordenada» com os EUA. O Itamaraty não dissimulava que «tinha um interesse nacional em todas as antigas possessões portuguesas em África» e que almejava a «liderança» da América Latina³¹². Porém, a influência brasileira na região do Atlântico Sul deveria firmar-se através do aprofundamento de «relações económicas pacíficas, sem a militarização da região, sem a interferência direta das potências estrangeiras e sem pactos de segurança como a Organização do Tratado do Atlântico Sul (OTAS)»³¹³. Quando a Argentina e a África do Sul propuseram a criação da OTAS, a diplomacia brasileira opôs-se veementemente, considerando esta aliança incompatível com a sua concepção estratégica para o Hemisfério Sul.

A posição do ministério dos Negócios Estrangeiros em relação à «redefinição do equilíbrio mundial» era a de «ultrapassar o crónico recurso à intervenção das superpotências», procurando «respostas parciais, regionais, às grandes questões internacionais». Fá-lo-ia defendendo a constituição de uma «plataforma transcontinental euro-africana»³¹⁴ e

³¹¹ «O Brasil no Atlântico – Sul – situação de Angola e da África do Sul, relatório do ministério das Relações Exteriores, 1976, pp. 1 - 3», AAS mre/ rb 19740819, Pasta I – 5, CPDOC/ FGV.

³¹² Kissinger, Henry, *Anos de Renovação*, Lisboa, Gradiva, 2003, pp.654 - 660.

³¹³ Saraiva, José Flávio Sombra, «Do silêncio à afirmação: as relações do Brasil com a África», in Amado Luiz Cervo (org.), *O Desafio Internacional. A Política Exterior do Brasil de 1930 a Nossos Dias*, Brasília, Universidade de Brasília, 1994, p.307.

³¹⁴ *Expresso*, 15 de Outubro de 1975, p.15.

procurando a «aproximação» com a «América Latina»³¹⁵. Neste sentido, era «imprescindível o desenvolvimento das relações» com o Brasil não só no plano «bilateral» mas também no «multilateral» pois a defesa de «posições conjuntas» poderia trazer aos dois países «resultados favoráveis nas negociações internacionais»³¹⁶. Medeiros Ferreira argumentava que se o Brasil pretendia «autonomizar-se face as relações estreitas» que mantinha com «Washington» poderia «encontrar em Lisboa um aliado em vias de integração numa Europa» que funcionaria como contrapeso à influência norte-americana³¹⁷. O continente africano parecia ser o espaço de eleição onde a diplomacia portuguesa e brasileira poderiam encetar uma actuação conjunta. Como observou o *Expresso*, «os pontos de convergência da política externa dos dois países são quase totais» e a «aproximação» entre o Brasil e Portugal poderia ter como consequência «uma ligação mais íntima entre todos os países lusófonos»³¹⁸.

O empenho do I Governo Constitucional em normalizar e aprofundar o relacionamento com o Brasil deve ser compreendido no contexto da redefinição do conceito estratégico nacional. Isto é, importava perscrutar quais os limites e potencialidades desta antiga aliança, reajustando-as às respectivas agendas diplomáticas. Neste sentido, o ministério dos Negócios Estrangeiros procurou explorar as coincidências em matéria de política externa que pudessem conferir um significado acrescido às relações luso-brasileiras e, por conseguinte, à posição de Portugal no sistema internacional. Em finais de 1976 a cooperação bilateral e multilateral parecia promissora, nomeadamente quanto ao diálogo Norte – Sul e ao espaço da lusofonia. A visita que Mário Soares realizaria ao Brasil, no mês de Dezembro, constituiria o primeiro gesto na procura de uma relacionamento mais profícuo.

9.3. O encontro bilateral de 1976: o relacionamento transconjuntural

A convite do Governo brasileiro, o Primeiro-Ministro, Mário Soares, acompanhado do ministro dos Negócios Estrangeiros, Medeiros Ferreira, e do Ministro da Defesa, Firmino Miguel, deslocou-se ao Brasil em visita oficial de 15 a 21 de Dezembro de 1976. Este encontro retomava as disposições do Tratado de Amizade e Consulta, que previa reuniões anuais entre os ministros dos Negócios Estrangeiros dos dois países, mas que não ocorrera em 1975. O anúncio da visita foi «motivo de contentamento» no momento em que já «muitos»

³¹⁵ *Diário de Notícias*, 30 de Outubro de 1976, p.1.

³¹⁶ «Aerograma nº 395, sobre a entrevista do ministro dos Negócios Estrangeiros, Medeiros Ferreira, ao *Estado de São Paulo*, enviado pela embaixada de Portugal em Brasília ao ministério dos Negócios Estrangeiros, de 16 de Outubro de 1976, pp. 1 – 2», PEA 8/ 1977, nº 33/ BRA/ 9, AHDMNE.

³¹⁷ *Diário de Notícias*, 30 de Outubro de 1976, p.1.

³¹⁸ *Expresso*, 17 de Dezembro de 1976, p.8.

duvidavam da sua «concretização». Representava um «novo capítulo» nas relações luso-brasileiras que passariam a ser perspectivadas «acima das conjunturas» políticas³¹⁹. Este princípio já estivera subjacente à última reunião bilateral, em Dezembro de 1974, em que tanto o então ministro dos Negócios Estrangeiros, Mário Soares, quanto o chanceler Azeredo da Silveira, expressaram o ensejo de inscrever as relações entre Portugal e o Brasil num plano transconjuntural.

Para o *Expresso* a viagem do Primeiro-Ministro constituía uma «importante prova de boa vontade» do Governo português no que toca à «aproximação com o Brasil»³²⁰. O *Diário de Notícias* considerava que «ultrapassada a frieza e a desconfiança mútua», tinha início uma «nova fase» na relação entre os dois países³²¹. A imprensa brasileira também recebeu a notícia com optimismo. Segundo o *Jornal do Brasil* vivia-se um momento de oportunidade para que o Brasil e Portugal aprendessem com as «lições históricas» e revissem a sua «antiga relação». De acordo com a *Folha de São Paulo* a normalização das relações com Lisboa permitiria «encarar os novos países africanos», nascidos com a descolonização, «sem receios e sem complexos de culpa». Da mesma forma, Brasília poderia «encarar Portugal de igual para igual», isto é, numa relação em que, apesar dos «ressaibos filiais, prevalecem a reciprocidade e a maturidade»³²². O *Estado de São Paulo* mencionava a «surpresa» que a visita causara junto aos «observadores diplomáticos»³²³ portugueses que viam nesse episódio um sinal de «mudança na orientação oficial» brasileira em relação a Portugal³²⁴.

A embaixada de Portugal em Brasília observou que embora fosse «intensamente desejada pelos portugueses», a vinda de Mário Soares vinha encontrando alguma «resistência» no Brasil, o que justificara a «demora do anúncio oficial»³²⁵. Em Lisboa, a embaixada brasileira negava qualquer «alteração significativa» na disponibilidade do seu Governo para aprofundar os contactos com Portugal, observando que sempre fora «favorável» ao «prudente desdobramento» e «dinamização» das relações luso-brasileiras. A mudança, a

³¹⁹ «Aerograma nº398, nota do Itamaraty sobre a viagem do Primeiro-Ministro de Portugal, Mário Soares, ao Brasil, enviado pela embaixada de Portugal em Brasília ao ministro dos Negócios Estrangeiros, de 19 de Outubro de 1976, pp.1 - 4», PEA 8/ 1977, nº 33/ BRA/ 9, AHDMNE.

³²⁰ *Expresso*, 1 de Outubro de 1976, p. 1.

³²¹ *Diário de Notícias*, 30 de Outubro de 1976, p.1

³²² AHDMNE – PEA 8/ 1977, nº 33/ BRA/ 9, *Folha de São Paulo*, 30 de Outubro de 1976, p.2.

³²³ «Aerograma nº 386, repercussões na imprensa brasileira do anúncio da visita do Primeiro-Ministro, Mário Soares, ao Brasil, enviado pela embaixada de Portugal em Brasília para o ministério dos Negócios Estrangeiros, de 13 de Outubro de 1976, pp. 1 - 4», PEA 8/ 1977, nº 33/ BRA/ 9, AHDMNE.

³²⁴ «Sobre a visita do Primeiro-Ministro Mário Soares ao Brasil, telegrama enviado pela embaixada do Brasil em Lisboa ao ministério das Relações Exteriores, de 26 de Outubro de 1976, pp. 1 – 3», AAS mre/ rb 19740523 Pasta III – 34 A 1, CPDOC/ FGV.

³²⁵ «Aerograma nº 386, repercussões na imprensa brasileira do anúncio da visita do Primeiro-Ministro, Mário Soares, ao Brasil, enviado pela embaixada de Portugal em Brasília para o ministério dos Negócios Estrangeiros, de 13 de Outubro de 1976, pp. 1 - 4», PEA 8/ 1977, nº 33/ BRA/ 9, AHDMNE.

ter existido, devera-se à «iniciativa» do novo Governo português que estabelecera como uma de suas prioridades «reanimar» o diálogo com o Brasil³²⁶. A prova desse empenho era que se realizaria, em simultâneo, um encontro bilateral ao nível dos chefes do Governo e dos demais ministros de Estado, nomeadamente o dos Negócios Estrangeiros e da Defesa. A embaixada do Brasil tinha razão quanto à determinação do I Governo Constitucional em dinamizar as relações luso-brasileiras. Aliás, este era um dos objectivos para os quais apontava o Programa do Governo. Em reunião do Conselho de Ministros a visita da chefe do Governo ao Brasil foi considerada «necessária» para o «desenvolvimento das relações» bilaterais e para o «incremento e defesa da cultura e da colónia» portuguesa³²⁷.

Numa entrevista ao *Estado de São Paulo*, a 16 de Outubro, Mário Soares confirmou que Portugal fizera, «efectivamente», uma «opção europeia» mas isso não invalidava a «importância futura das relações económicas» bilaterais. Pelo contrário, enquanto Portugal mantivera as colónias, a economia dos dois países era, em relação a muitos produtos, «concorrenciais», mas a partir daquele momento poderiam ser «complementares». Instado a pronunciar-se sobre a comunidade luso-brasileira, Mário Soares optou por uma resposta pouco comprometedora definindo-a como uma «comunidade de espírito». Observou que apesar dos «laços especiais» julgava «perigoso» fazer «grandes construções teóricas» sobre o tema e inoportuno conjecturar sobre uma eventual «comunidade luso-afro-brasileira». Pessoalmente, sempre defendera a «necessidade» de «associar» o Governo brasileiro ao «movimento complexo de descolonização». Por um lado, o Itamaraty desenvolvera uma «política de grande realismo», obtendo o «reconhecimento dos africanos». Por outro, o Brasil, que era «irmão de ambas as partes», teria «sempre um papel importante» nas relações entre Portugal e África. Por fim, o Primeiro-Ministro observou que a «política externa» do Governo português fazia-se «independentemente dos regimes políticos e sociais dos países» com os quais Portugal pretendia «estreitar» relações. Logo, as acusações do PCP de que «visitar o Brasil» constituía um «acto de traição» à Revolução, eram um contra-senso. Ademais, «praticamente todos os países do mundo, inclusive a URSS» mantinham as «melhores relações com o Governo brasileiro»³²⁸.

³²⁶ «Sobre a visita do Primeiro-Ministro Mário Soares ao Brasil, telegrama enviado pela embaixada do Brasil em Lisboa ao ministério das Relações Exteriores, de 26 de Outubro de 1976, pp. 1 - 3», AAS mre/ rb 19740523, Pasta III – 34 A 1, CPDOC/ FGV.

³²⁷ «Acta da reunião do Conselho de Ministros Extraordinário, de 8 de Outubro de 1976, p.4», AMS, Pasta nº 00786,001, Fundação Mário Soares.

³²⁸ «Aerograma nº 399/ 400, entrevista do Primeiro-Ministro, Mário Soares, ao *Estado de São Paulo*, enviado pela embaixada de Portugal em Brasília para o ministério dos Negócios Estrangeiros, de 19 de Outubro de 1976, pp. 1 - 7», PEA 8/ 1977, nº 33/ BRA/ 9, AHDMNE.

Para que a visita ministerial obtivesse os «resultados desejáveis», a embaixada de Portugal em Brasília julgava «indispensável» que fosse «cuidadosamente programada»³²⁹. Em primeiro lugar a comitiva portuguesa deveria fazer-se acompanhar dos ministros da Defesa e do Comércio, e do secretário de Estado da Cultura. A presença do coronel Firmino Miguel seria de «grande importância» uma vez que junto aos altos comandos militares brasileiros persistiam «grandes reservas» em relação à «evolução política portuguesa» e à presença de «elementos» de «tendências radicais» nas Forças Armadas. Quanto ao ministro do Comércio e ao secretário de Estado da Cultura, a sua vinda justificava-se pois seria no «domínio económico e cultural» que no futuro se deveria «procurar estreitar» as relações bilaterais³³⁰. O embaixador Vasco Futscher Pereira chamava a atenção para o facto de que nos «últimos dois anos» a «comunicação social portuguesa» contribuía «em larga medida» para a «deterioração» das relações com Brasília. Por isso, a comitiva ministerial deveria ser acompanhada pelos directores de jornais que estivessem «dispostos» a avaliar a «situação interna brasileira com benevolência», procurando «esquecer os seus aspectos negativos» e pôr «ênfase» nos pontos «positivos da visita». O objectivo era evitar situações de «risco» e «melindre». Uma cobertura desfavorável diminuiria as «perspectivas de desanuviamento» nos contactos com o Governo brasileiro e «prejudicaria internamente» os possíveis «resultados políticos» que pudessem ser obtidos com esta iniciativa³³¹. Após o «longo e difícil período» em que o diálogo bilateral «esfriou quase até o congelamento», urgia pôr termo às «mútuas reservas» de «natureza ideológica», aos «agravos e ressentimentos».

O embaixador de Portugal julgava ser «difícil» que as «tensões e incompreensões acumuladas» pudessem «diluir-se» em pouco tempo. Por isso mesmo, o «principal» objectivo da visita, e talvez o único exequível, era desfazer as «reservas existentes», criando uma «atmosfera de confiança» que permitisse, a «breve prazo», negociar «aspectos concretos» da cooperação bilateral. Para tal, a missão portuguesa deveria convencer Brasília de que estava empenhada em reequacionar as relações bilaterais em «termos realistas»; da «irreversibilidade» no processo de «institucionalização» do «novo regime»; e de que «em nenhum momento» Portugal procuraria «intervir» ou «exercer influência» sobre evolução

³²⁹ «Aerograma nº417, sobre a viagem do Primeiro-Ministro de Portugal, Mário Soares, ao Brasil, enviado pela Embaixada de Portugal em Brasília para o ministro dos Negócios Estrangeiros de 24 de Outubro de 1976, pp.1 - 4», PEA 8/ 1977, 33/ BRA/ 9, AHDMNE.

³³⁰ «Aerograma nº406/ 407, sobre a viagem do Primeiro-Ministro de Portugal, Mário Soares, ao Brasil, enviado pela embaixada de Portugal em Brasília para o ministro dos Negócios Estrangeiros, de 22 de Outubro de 1976, pp.1 - 4», PEA 8/ 1977, nº 33/ BRA/ 9, AHDMNE.

³³¹ «Aerograma nº416, sobre a imprensa portuguesa que acompanharia o Primeiro-Ministro, Mário Soares, ao Brasil, enviado pela embaixada de Portugal em Brasília para o ministro dos Negócios Estrangeiros de 24 de Outubro de 1976, pp.1 - 2», PEA 8/ 1977, nº 33/ BRA/ 9, AHDMNE.

política do Brasil. O Governo brasileiro mantinha uma «atitude de expectativa favorável e aberta» em relação a Portugal. O primado do interesse nacional impunha «esquecer ou por de parte» as razões de «agravo» que pudessem subsistir. Ainda assim, Futscher Pereira não tinha dúvidas de que o «interesse» no estreitamento das relações bilaterais era «bem maior do lado português do que do lado brasileiro»³³². Provavelmente, o encontro ministerial não traria «resultados imediatos» mas poderia servir para «obter dos brasileiros» um «programa» com os «pontos» a discutir e as «datas fixadas» das futuras negociações e não «apenas uma vaga declaração» de intenções³³³.

A embaixada do Brasil em Lisboa tinha opinião semelhante. Sabia que, pela sua «natureza e duração», tais conversações «não se prestariam ao trato de materiais de carácter mais técnico» mas sim ao «acerto de posições políticas» que futuramente possibilitariam o «rápido avanço» em «fórmulas pragmáticas de colaboração económica, cultural e social»³³⁴. Era com esse espírito que Azeredo da Silveira receberia Mário Soares e Medeiros Ferreira em Brasília. À imprensa o chanceler resumiu o objectivo desse encontro numa frase: «vamos preparar a casa para os entendimentos mais concretos que virão numa etapa posterior»³³⁵. O ministro das Relações Exteriores estava consciente de que viagem de Mário Soares ao Brasil seria «eminentemente política». Tratar-se-ia de um «teste muito importante» às relações entre os dois países e que poderia «resultar em projectos muito concretos»³³⁶.

O primeiro desafio que se colocava à missão portuguesa era o de conquistar a confiança das autoridades brasileiras. Tanto a colónia portuguesa quanto amplos sectores políticos, empresariais e da intelectualidade brasileira estavam «divididos e bastantes perplexos». Não sabiam o que «deviam pensar» e qual a «evolução próxima de Portugal»³³⁷. Alguns sectores do regime militar eram muito reticentes em relação ao Partido Socialista. Numa entrevista publicada no *Jornal do Brasil*, a 31 de Outubro, o Primeiro-Ministro procurou demarcá-lo da extrema-esquerda, argumentando que o partido «liderou todo um

³³² «Aerograma nº 418, sobre a viagem do Primeiro-Ministro de Portugal, Mário Soares, ao Brasil, enviado pela embaixada de Portugal em Brasília para o ministro dos Negócios Estrangeiros de 24 de Outubro de 1976, pp.1 - 3», PEA 8/ 1977, nº 33/ BRA/ 9, 1976 -7, AHDMNE.

³³³ «Aerograma nº419, sobre a viagem do Primeiro-Ministro de Portugal, Mário Soares, ao Brasil, enviado pela embaixada de Portugal em Brasília para o ministro dos Negócios Estrangeiros de 7 Dezembro de 1976, pp.1 - 2», PEA 8/ 1977, nº 33/ BRA/ 9, 1976 -7, AHDMNE.

³³⁴ «Sobre a visita do Primeiro-Ministro Mário Soares ao Brasil, telegrama enviado pela embaixada do Brasil em Lisboa ao ministério das Relações Exteriores, de 26 de Outubro de 1976, pp. 1 - 3», AAS mre/ rb 19740523, Pasta III – 34 A 1, CPDOC/ FGV.

³³⁵ *Diário de Notícias*, 16 de Dezembro de 1976, p.6.

³³⁶ «Aerograma nº 421, declarações do ministro da Relações Exteriores, Azeredo da Silveira, à imprensa brasileira sobre a visita do Primeiro-Ministro Mário Soares ao Brasil, enviado pela embaixada de Portugal em Brasília para o ministério dos Negócios Estrangeiros, de 27 de Outubro de 1976, p. 1», PEA 8/ 1977, nº 33/ BRA/ 9, AHDMNE.

³³⁷ Avillez, Maria João, *Soares. Democracia*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996, p. 51.

movimento de massas desencadeado em Portugal contra uma tentativa de dominação comunista». O PS apresentava-se como um «partido pluralista», «essencial à democracia» e que acima de tudo defendia a «liberdade». Ainda em Lisboa, durante o congresso nacional do Partido, Mário Soares radicalizara o discurso afirmando: «Se o Governo socialista fracassar, é provável o fracasso também da democracia em Portugal»³³⁸. Esta afirmação foi divulgada pela imprensa brasileira. No Brasil, Mário Soares mencionaria mais de uma vez que o seu Governo contava com o apoio dos EUA e da Europa, dando a entender que esperava um posicionamento semelhante da parte das autoridades brasileiras. Para que não restassem dúvidas quanto ao campo político em que o PS se situava, Mário Soares afirmou no Rio de Janeiro: «Nós salvamos para a Europa, salvamos para o Ocidente, salvamos Portugal do Comunismo»³³⁹. O passado de luta contra o *gonçalvismo* e o empenho pessoal do Primeiro-Ministro na reconstrução do sector privado com o apoio ao regresso dos capitais e dos empresários portugueses radicados no Brasil constituía uma excelente cartão de visita. Apesar de persistirem muitas reservas em relação aos socialistas, acabaria por prevalecer em Brasília a ideia de que era preferível um Governo próximo das democracias europeias do que o possível regresso à *deriva revolucionária*. Falando em nome da ARENA (Aliança Renovadora Nacional), partido que apoiava o regime militar, o deputado Siqueira Campos, observou que o «socialismo» implantado em Portugal, «sob a liderança do jovem Mário Soares», era uma «solução para o mundo ocidental»³⁴⁰. O Primeiro-Ministro tinha conquistado simpatias no seio do regime militar.

Para a embaixada de Portugal, à medida que a viagem ao Brasil se aproximava, tornava-se cada vez mais evidente que a sua «importância» se situava, «sobretudo», no «plano político». No que dizia respeito às relações luso-brasileiras, significava não só a «retomada» do «diálogo» bilateral como o início de um novo padrão de relacionamento. Isto é, a «aceitação mútua» de que a «descolonização», a «institucionalização da democracia» em Portugal, bem como a «perspectiva de uma integração» portuguesa, a médio prazo, na «comunidade económica europeia», aconselhava a um «reexame exaustivo das relações luso-brasileiras» à luz destes novos condicionalismos³⁴¹. Como observou o *Jornal do Brasil*, a «crise» pela qual passara Portugal «não poderia ter deixado de repercutir» na suas relações com o Brasil e por isso era necessário «adaptar» as «constantes que a condicionam» às «novas

³³⁸ AHD – PEA 8/ 1977, n° 33/ BRA/ 9, *Jornal do Brasil*, 31 de Outubro de 1976, p.18.

³³⁹ *Diário de Notícias*, 21 de Dezembro de 1976, p.7.

³⁴⁰ *Diário de Notícias*, 17 de Dezembro de 1976, p.7.

³⁴¹ «Aerograma n°503, sobre a viagem do Primeiro-Ministro de Portugal, Mário Soares, ao Brasil, enviado pela embaixada de Portugal em Brasília para o ministério dos Negócios Estrangeiros, de 7 Dezembro de 1976, pp.1 - 6», PEA 8/ 1977, n° 33/ BRA/ 9, AHDMNE.

condições surgidas»³⁴². O Primeiro-Ministro Mário Soares tinha a mesma opinião. Apesar dos «substratos» serem «excelentes», os vínculos entre Lisboa e Brasília foram prejudicados por um historial de «manifestações retóricas» e «efusões sentimentais» que pouco contribuíram para «estreitar as relações» de modo «concreto». Exemplo dessas potencialidades a explorar era que com a integração no Mercado Comum, Portugal poderia ser «a porta de entrada do Brasil na Europa»³⁴³. Por sua vez o chanceler Azeredo da Silveira entendia que era tempo de dar início a um intercâmbio como se não existissem laços de tamanha «amizade». Nas suas palavras: «que cada qual defendesse os seus interesses e os procurasse desenvolver»³⁴⁴.

Contudo, a visita da missão ministerial não pode ser compreendida apenas no âmbito das relações bilaterais. Caso Mário Soares obtivesse êxito no seu propósito de «estreitar as relações» com as autoridades brasileiras, provavelmente conquistaria a «confiança dos sectores de centro e de direita em Portugal», consolidando as «bases de apoio» do seu Governo. Para estes segmentos políticos, o «bom entendimento com o Brasil» era um «aval para confiar nas atitudes e nas intenções socialistas»³⁴⁵. O Governo português sabia que um «pretenso fracasso» da missão ao Brasil seria «explorado» pelos seus «adversários políticos» e por isso importava «conciliar a atitude brasileira» com a sua «preocupação», procurando uma «solução mutuamente satisfatória». Isto é, se houvesse entendimento nos «campos económicos, culturais e sociais» os «resultados seriam anunciados» ao final da viagem, caso contrário passariam a depender de «posteriores conversações»³⁴⁶. Com este artifício, o Governo português procurava precaver-se das possíveis críticas à sua actuação. Do lado brasileiro, ao receber o então vice-Presidente da Internacional Socialista, galardoado pela Liga Internacional dos Direitos do Homem como homem do ano, o Presidente Geisel deixava claro que, apesar das críticas da *linha dura* do regime, a política externa brasileira não seria orientada por razões ideológicas mas pelos pressupostos do *Pragmatismo Responsável*. Este gesto, permitiria ao Presidente colher alguns dividendos, internos e externos, para o seu projecto de distensão política e constituía um sinal inequívoco de que Brasília apoiava a permanência do PS no Governo. No cerne desta decisão estava a convicção de que, tanto para o Brasil quanto para os seus aliados ocidentais, o Partido Socialista constituía uma garantia de

³⁴² AHD - PEA 8/ 1977, nº 33/ BRA/ 9, *Jornal do Brasil*, 31 de Outubro de 1976, p.10.

³⁴³ AHD - PEA 8/ 1977, nº 33/ BRA/ 9, *Jornal do Brasil*, 31 de Outubro de 1976, p.18.

³⁴⁴ *Expresso*, 10 de Dezembro de 1976, pp.18 -19.

³⁴⁵ «Aerograma nº 386, repercussões na imprensa brasileira do anúncio da visita do Primeiro-Ministro, Mário Soares, ao Brasil, enviado pela embaixada de Portugal em Brasília ao ministério dos Negócios Estrangeiros, de 13 de Outubro de 1976, pp. 1 - 4», PEA 8/ 1977, nº 33/ BRA/ 9, AHDMNE.

³⁴⁶ «Sobre a visita do Primeiro-Ministro Mário Soares ao Brasil, telegrama enviado pela embaixada do Brasil em Lisboa ao ministério das Relações Exteriores, de 26 de Outubro de 1976, pp. 1 - 3», AAS mre/ rb 19740523, Pasta III – 34 A 1, CPDOC/ FGV.

que o processo de transição e consolidação da democracia não seria interrompido e que, por conseguinte, Portugal permaneceria no campo ocidental.

À partida para o Brasil, Mário Soares declarou aos jornalistas ter chegado a hora transformar as «relações de solidariedade» em «factos concretos de natureza cultural, linguística, política, económica e comercial». O Primeiro-Ministro confirmou que iria «contactar amplamente com a colónia portuguesa, sem discriminações ideológicas». Por esta ocasião, procuraria sensibilizar «muitos técnicos» que «abandonaram» Portugal a regressar. O momento era de «reconciliação» e de «encontrar as grandes linhas» que reconduzisse Portugal à «grandeza»³⁴⁷. Todavia, a Revolução «caiu mal nos meios da imigração portuguesa» no Brasil. Mário Soares viria a ter uma recepção pouco efusiva e bastante reticente³⁴⁸. O I Governo Constitucional adoptou um conjunto de iniciativas com o objectivo de atrair os capitais e os empresários que haviam deixado o país, procurando dar as garantias possíveis de que, apesar das nacionalizações, encontrariam sectores abertos ao investimento e que não sofreriam qualquer discriminação negativa³⁴⁹. Naquele momento a reconstrução do sector privado era fundamental para superar a crise económica e financeira, o principal problema enfrentado pelo gabinete de Mário Soares.

No dia 15 de Dezembro a comitiva portuguesa chegava a Brasília dando início a uma estadia de sete dias que percorreria o Distrito Federal e três Estados – Rio de Janeiro, São Paulo e Bahia. A mensagem do Presidente Ramalho Eanes ao «povo» brasileiro, da qual o Primeiro-Ministro fora portador, traduz o «espírito» que animava a viagem. O Presidente da República estava «certo» de que o «diálogo amplo e franco» permitiria dar um «novo impulso a uma antiga e fraterna aliança» cujos «valores» que a norteiam «ultrapassam, em muito, as conjunturas dos homens e das épocas». Ramalho Eanes tinha «confiança» no «futuro da amizade» entre os dois povos e na «capacidade comum de lhe dar formas concretas e adequadas ao tempo em que vivemos». Portugal via com «simpatia» a « projecção do Brasil no Mundo» julgando justo que «assuma» as «responsabilidades» que reclama no «sistema internacional»³⁵⁰.

Das conversações resultaram um conjunto de compromissos. No plano multilateral as diplomacias portuguesa e brasileira procurariam uma posição conjunta nas organizações e nas negociações internacionais. Superados os diferendos ocasionados pela descolonização e pela

³⁴⁷ *Expresso*, 17 de Dezembro de 1976, p.2.

³⁴⁸ Avillez, Maria João, *Soares. Ditadura e revolução*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996, p. 346.

³⁴⁹ Telo, António José, *História Contemporânea de Portugal*, vol. I, Lisboa, Presença, 2007, p. 276.

³⁵⁰ *Diário de Notícias*, 17 de Dezembro de 1975, p. 7.

mudança de regime em Portugal, o Itamaraty e as Necessidades recuperaram, parcialmente, uma constante do seu relacionamento. Isto é, as relações bilaterais *especiais* repercutiam no plano multilateral. A novidade era que a partir de agora essa concertação estaria sujeita ao primado do interesse nacional. Algumas das posições adoptadas reflectiam não só as linhas de força da política externa dos dois países mas também a procura por uma nova inserção internacional. Ambas as diplomacias consideravam que, a longo prazo, seria «imprescindível» a instauração de uma «nova ordem económica internacional» que substituísse a confrontação pelo «diálogo norte-sul». Para que tal sucedesse era preciso reforçar e reformar as organizações multilaterais de modo a que fossem representativas do novo equilíbrio de forças do sistema internacional. Neste sentido, os Governos de Portugal e do Brasil reiteraram a sua «firme adesão» aos «princípios» da «carta das Nações Unidas», nomeadamente a defesa do «direito dos povos à auto-determinação», a «não ingerência nos assuntos internos de outros países», e o «progresso político, económico e social». Subjacente a esse compromisso estava a preocupação com a «evolução política» da África de expressão portuguesa e com os respectivos processos políticos internos. As duas diplomacias defenderam relações económicas pautadas na interdependência horizontal, em oposição ao paradigma de dependência que definia as relações Norte – Sul. Condenaram as «medidas proteccionistas» que afectavam, de forma «particularmente negativa», os países em desenvolvimento. Reafirmaram a sua adesão ao princípio da «soberania» dos Estados sobre seus «recursos naturais» sem nenhum obstáculo externo.

A adopção destas posições era consentânea com o empenho de reinserção internacional. Para o Brasil significava a hipótese de mediar as relações entre os países em desenvolvimento e o mundo industrializado, aumentando a sua importância relativa no sistema internacional. Para Portugal, representava a diversificação das suas relações diplomáticas e a oportunidade de apresentar-se à Europa do Mercado Comum, a qual inequivocamente viria a aderir, como um parceiro privilegiado do Terceiro Mundo. Isto permitiria, em tese, que Portugal e o Brasil, fossem, respectivamente, interlocutores na relação entre o Hemisfério Norte e o Hemisfério Sul. Como seria de esperar, o continente africano foi objecto das conversações luso-brasileiras. As duas delegações, conscientes dos «inúmeros laços» que uniam Brasil e Portugal aos «novos Estados de expressão portuguesa», afirmaram o propósito de praticar uma «política de cooperação e de amizade» com essas novas nações baseada no «respeito mútuo e no princípio de não-interferência nos assuntos internos». No plano estritamente bilateral procurou-se aprofundar e consubstanciar um conjunto de

iniciativas que até então não haviam sido de todo implementadas ou que ficaram apenas pelas intenções.³⁵¹

A visita da missão Portuguesa ao Brasil teve três resultados imediatos. O primeiro e mais evidente foi o seu êxito político. A partir de então pareciam estar criadas as condições para o relançamento das relações luso-brasileiras em termos transconjunturais. Isto é, acima das vicissitudes políticas do momento e procurando a convergência de interesses em observância do primado nacional. O segundo foi a reafirmação de uma ligação *sui generis* entre os dois países, procurando reinterpretar esta constante das relações diplomáticas bilaterais de modo pragmático. O terceiro e o mais simbólico de todos, foi a manifestação recíproca da vontade de aprofundar o diálogo, recuperando de algum modo a retórica dos afectos. Este intuito foi expresso de duas maneiras. Por um lado, o Presidente Ernesto Geisel convidou o seu homólogo, o general Ramalho Eanes, a visitar o Brasil. O retomar de uma longa tradição de visitas presidenciais, interrompida com o 25 de Abril, significava que a missão portuguesa lograra êxito nos seus propósitos. Isto é, que o Governo Brasileiro também estaria empenhado na normalização das relações bilaterais. Por outro lado, a delegação portuguesa exprimiu ao Governo brasileiro o «apeço e o reconhecimento de Portugal e do povo português pelo acolhimento fraternal» concedido «recentemente aos imigrantes» oriundos das ex-colónias. As duas partes congratularam-se com a «constante e ordenada» imigração portuguesa para o Brasil, com «benefícios para a economia de ambos os países», e expressaram o «interesse» em que esse fluxo fosse «conservado»³⁵². O elemento humano garantia, desde sempre, uma constância nas relações entre Brasil e Portugal, mesmo quando os vínculos diplomáticos estiveram estremecidos. Os «laços de especial intimidade», a partilha de um «património» linguístico, o «passado comum», as «profundas identidades culturais e morais», os «vínculos históricos», são alguns dos argumentos constantemente invocados para explicar o carácter *sui generis* e transconjuntural, a proximidade e a fraternidade, nas relações luso-brasileiras³⁵³. Este substrato comum aos dois países é o resultado de uma rede de afectividades estabelecida entre as respectivas populações e que, paradoxalmente, acaba por ser a dimensão mais concreta e atemporal das relações bilaterais.

³⁵¹ «Comunicado final conjunto luso-brasileiro, emitido pelo ministro dos Negócios Estrangeiros, de 17 Dezembro de 1976, pp.1 - 3», PEA 8/ 1977, nº 33/ BRA/ 14 – Geral, AHDMNE.

³⁵² «Informação a imprensa nº556/ 76, assunto: comunicado final conjunto luso-brasileiro, emitido pelo ministro dos Negócios Estrangeiros, de 17 Dezembro de 1976, pp.1 - 3», PEA 8/ 1977, nº 33/ BRA/ 14 - Geral, AHDMNE.

³⁵³ «Discurso proferido pelo Primeiro-Ministro Mário Soares no jantar oferecido em sua honra no Itamaraty, de 15 de Dezembro de 1976, pp. 1 - 8», AMS, Pasta nº 00814,015, Fundação Mário Soares.

Durante o jantar oferecido à comitiva portuguesa, o Presidente Ernesto Geisel afirmou que aquele encontro possuía um «relevante valor simbólico» pois testemunhava a «perenidade» e a «maturidade» dos laços que uniam brasileiros e portugueses. A «continuidade» desses vínculos devia-se ao «entendimento e cooperação acumulado», independentemente das «diferenças e assimetrias» entre os «regimes políticos» no Brasil e em Portugal. Num momento em que os desafios se colocavam, cada vez mais, à escala global, os «relacionamentos especiais» poderiam ser uma mais valia, sobretudo se os «interesses nacionais» fossem «coincidentes ou complementares». O que o Governo brasileiro pretendia era substituir os «alinhamentos automáticos de base sentimental» pela «compreensão recíproca», pelo «respeito mútuo», e pelo diálogo «contínuo e construtivo». A partilha de um «substrato comum» e as «coincidências conjunturais» permitiriam que Brasília e Lisboa equacionassem as suas relações nesses termos³⁵⁴.

Tomando a palavra, o Primeiro-Ministro, Mário Soares, observou que apesar das relações luso-brasileiras já disporem de uma «estrutura política e legal» permanecia uma «imensa tarefa a cumprir» no plano das «realizações concretas». Um dos «princípios básicos» e «determinantes» da nova política externa portuguesa seria o «estreitamento» das relações com os seus «tradicionais aliados». Com a «descolonização» e o regresso à «matriz europeia» Portugal teria razões para se «aproximar ainda mais» do Brasil, uma vez que haveria maior convergência entre os princípios orientadores das respectivas políticas externas e, por conseguinte, com a actuação nos vários centros de decisão internacional. A responsabilidade «crescente» que o Brasil assumia na «cena internacional» atribuía-lhe uma «tarefa de particular importância» na «edificação» de um «mundo mais justo». Os governos brasileiro e português tinham um importante contributo a dar neste sentido. Enquanto o mundo estava sendo organizado em blocos «militares, económicos, ideológicos, ou étnicos», Portugal e Brasil formavam uma «comunidade» assente numa «irreversível realidade espiritual e linguística», na «solidariedade permanente», constituindo um «espaço feito de valores humanos e culturais» o que a distinguia e conferia a sua «verdadeira força».

A descolonização e a emergência de novos países de língua portuguesa viria a «enriquecer» este «mundo cultural», até então constituído apenas por Portugal e pelo Brasil, ao mesmo tempo em que impunha uma «responsabilidade maior», nomeadamente na defesa da «posição que a língua portuguesa deverá ocupar no contexto internacional». Nesse sentido, Lisboa e Brasília deveriam preservar esse «património comum» fomentando a sua « projecção

³⁵⁴ «Discurso do Presidente Ernesto Geisel durante a recepção ao Primeiro-Ministro Mário Soares em Brasília, Dezembro de 1976, pp. 1 - 8», AAS mre/ rb 19740523, Pasta I – 10 A, CPDOC/ FGV.

e difusão». O Primeiro-Ministro observou que a «solidariedade das nações mede-se com maior rigor nas horas difíceis que põem à prova o carácter do povo e a firmeza dos laços que os unem». Tanto os brasileiros quanto os portugueses podiam «orgulhar-se de nunca terem sido abalados na sua fraternidade essencial» não obstante as «vicissitudes da história» e as «diferenciações naturais entre os povos que seguem cada um o seu caminho próprio». A «comunhão de interesses nacionais convergentes» e as «profundas identidades culturais e morais» auspiciavam um futuro de «franco progresso» e «cooperação». Por isso, Mário Soares mantinha a sua «inabalável confiança no futuro da velha amizade entre Portugal e o Brasil»³⁵⁵.

Os dois encontros de trabalho que o Primeiro-Ministro manteve com o Presidente Ernesto Geisel, «facto inédito» em programações deste género, davam a «medida da importância» que o Governo brasileiro atribuiu à visita. Segundo Mário Soares, a estadia em Brasília «correu muito bem» e toda a delegação portuguesa «conversou cordialmente» com os seus homólogos brasileiros³⁵⁶. Para o *Expresso*, dada a «difícil situação económico-financeira» que os dois países atravessavam, a absorção dos retornados terá sido o «tema mais delicado» das negociações³⁵⁷. O *Diário de Notícias* considerou a visita uma «extraordinária vitória política de Mário Soares» e um «teste auspicioso do que pode ser a nova política externa portuguesa». Finalmente, a «comunidade dos povos de expressão portuguesa» poderia «ultrapassar a fase das palavras ocas para rasgar a era dos factos»³⁵⁸. O *Globo*, avaliou a visita como «bem sucedida», salientando que teve início uma «nova e fecundante compreensão recíproca de ambas as realidades nacionais»³⁵⁹. Para o *Jornal de Brasília*, a visita «deve ser focada sob o prisma da integração de todo o mundo luso-afro-brasileiro» e os «resultados obtidos» «superam todas as expectativas»³⁶⁰. Segundo o *Jornal do Brasil*, o Primeiro-Ministro «conseguiu do presidente Geisel» o «crédito necessário para salvar as negociações de Governo a Governo, que se anunciavam pobres e sem consistência»³⁶¹.

³⁵⁵ «Discurso proferido pelo Primeiro-Ministro Mário Soares no jantar oferecido em sua honra no Itamaraty, de 15 de Dezembro de 1976, pp. 1 - 8», AMS, Pasta nº 00814,015, Fundação Mário Soares.

³⁵⁶ Avillez, Maria João, *Soares. Democracia*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996, p.50.

³⁵⁷ *Expresso*, de 17 de Dezembro de 1976, p. 1.

³⁵⁸ *Diário de Notícias*, de 17 de Dezembro de 1976, p.7.

³⁵⁹ «Aerograma nº 522, repercussões na imprensa brasileira sobre a visita de Mário Soares ao Brasil, enviado pela embaixada de Portugal em Brasília ao ministério dos Negócios Estrangeiros, de 20 de Dezembro de 1976, p.1 », PEA 8/ 1977, nº 33/ BRA/ 9, AHDMNE.

³⁶⁰ *Diário de Notícias*, 20 de Dezembro de 1976, p.7.

³⁶¹ *Ibidem*, 21 de Dezembro de 1976, p.7.

De regresso a Portugal, Mário Soares considerou fundamental o «desbloqueamento das relações entre os dois governos»³⁶², permitindo «abrir caminho» a futuros «entendimentos mais amplos». Para o Primeiro-Ministro, a partir daquele momento existia «uma verdadeira comunidade luso-brasileira»³⁶³ o que possibilitava «estabelecer coordenadas de política externa com vista à defesa da língua portuguesa, na perspectiva da valorização dos novos Estados, africanos de expressão lusa»³⁶⁴. Mário Soares viria a afirmar que nunca considerara o Brasil como um «país concorrente de Portugal em África». Pelo contrário, acreditava na «possibilidade» de Portugal vir a «constituir» com o Brasil, «na liberdade, respeito mútuo e reciprocidade de vantagens» a «Grande Comunidade de Países de Língua Portuguesa». Era essa a ideia do Primeiro-Ministro, e «nunca perdia a oportunidade de a fazer avançar»³⁶⁵. Em reunião do Conselho de Ministros, Mário Soares manifestou-se confiante de que haviam «boas perspectivas» do Governo brasileiro assentir na «colocação de desalojados das ex-colónias» no seu território. Por sua vez, o ministro da Indústria ressaltou o «impacto» do encontro do chefe do Governo com os «técnicos e industriais portugueses» emigrados no Brasil depois do 25 de Abril – de que o seu ministério já sentira «resultados positivos»³⁶⁶.

O encontro bilateral teve o êxito de criar um ambiente de confiança e de cooperação, o que permitiu não só retomar o diálogo como dar início a um novo padrão de relacionamento. Foi o momento em que as duas diplomacias procuraram fazer uma síntese entre a retórica dos afectos e uma política externa realista que observava o primado do interesse nacional. O resultado foi uma formulação *sui generis*, apelidada de transconjuntural, pois era essa a sua dimensão que as circunstâncias do momento punham em relevo. Um relacionamento transconjuntural deveria estar acima das vicissitudes políticas do momento pois pautava-se pelo pragmatismo da *Realpolitik*. Mas também o era transconjuntural, pois os vínculos de amizade e a partilha de identidades, formavam uma *comunidade espiritual* que seria incólume aos diferendos dos homens e às questões do regime. Isto é, em oposição a um padrão de relacionamento esgotado, assente sobretudo na fraternidade, propunha-se um modelo realista, baseado na convergência de interesses, mas que não prescindia da sua especificidade, ou seja, a dimensão dos afectos. Não poderia ser de outra maneira. A procura por uma nova inserção internacional implicou na revisão profunda da política externa brasileira e portuguesa. Mudou a maneira como os dois países se posicionam no sistema e, por conseguinte, como interagem

³⁶² *Diário de Notícias*, 27 de Dezembro de 1976, p.7.

³⁶³ *Ibidem*, 24 de Dezembro de 1976, pp. 1 e 7.

³⁶⁴ *Ibidem*, 27 de Dezembro de 1976, p.7.

³⁶⁵ Avillez, Maria João, *Soares. Democracia*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996, p.53.

³⁶⁶ «Acta da reunião do Conselho de Ministros, de 24 de Dezembro de 1976», AMS, Pasta nº 00790,007, Fundação Mário Soares.

entre si. Por um lado, havia um padrão de relacionamento cujas limitações faziam-se sentir há tempos. Por outro, existia uma conjuntura de mudança que impunha rever as relações bilaterais. O que as duas diplomacias fizeram foi perscrutar as potencialidades de uma antiga ligação à luz das suas novas prioridades. Reafirmaram o seu carácter *sui generis* e pretenderam inscrevê-la no plano transconjuntural, reinterpretando as relações luso-brasileiras. A ideia era aproveitar o substrato comum para aprofundar os vínculos bilaterais. Doravante a proximidade entre os dois países seria entendida como uma mais valia para a convergência de interesses e não como um fim em si.

Apesar de haver uma alteração significativa nos pressupostos que delineavam as relações luso-brasileiras, muitas vezes as iniciativas continuavam a não se consubstanciar. Como observou ao *Estado de São Paulo*, «a declaração mútua de boa vontade entre Brasil e Portugal está, outra vez, no papel, mas apenas no papel». O mesmo ocorrera há dois anos em Lisboa, quando o então ministro dos Negócios Estrangeiros, Mário Soares, e o chanceler, Azeredo da Silveira, assinaram um comunicado conjunto que se propunha a «tirar as relações bilaterais do lirismo e colocá-las no campo do realismo. Nesse dois anos as relações estiveram congeladas»³⁶⁷. De facto as manifestações recíprocas de boas intenções, da vontade comum em aprofundar os laços existentes, sempre foram uma constante. Neste aspecto a visita de Mário Soares ao Brasil não trouxe nada de novo. Mesmo as comissões mistas anunciadas para o ano de 1977, que teriam por objectivo discutir em termos mais concretos as possíveis áreas de colaboração, já haviam sido implementadas anteriormente com a mesma finalidade e sem êxito. Podemos dizer que em Dezembro de 1976 houve uma viragem retórica, que fora anunciada no encontro bilateral de 1974, e que pretendia repercutir-se no plano das realizações concretas mas que, no essencial, acabaria padecendo do mesmo problema, a crónica incapacidade de consubstanciar as iniciativas.

³⁶⁷ *Diário de Notícias*, 23 de Dezembro de 1976, p. 3.

Conclusão

A nova ordem bipolar que emergiu no pós-guerra alterou a correlação de forças do sistema de alianças implicando no reajuste das estratégias de inserção internacional de Portugal e do Brasil. A partir de então ocorreu uma gradual diferenciação de objectivos que obrigaram à reavaliação sistemática dos vínculos bilaterais e à procura de um novo padrão de relacionamento. Enquanto foi possível, as divergências foram minimizadas graças ao empenho da diplomacia portuguesa e à ambiguidade do Itamaraty. Na contra-corrente das mudanças que estruturavam o mundo do pós-guerra, o Governo brasileiro foi durante a década de 50 o principal defensor dos interesses internacionais portugueses, nomeadamente da manutenção do império colonial. Todavia, esse posicionamento não reunia consenso no seio da Administração brasileira e mostrar-se-ia inconciliável à medida que ao longo da década de 60 ganhava força a concepção de uma política externa global.

Enquanto Brasília se abria ao mundo, o Estado Novo fechava-se sobre si após as eleições de 1958 e o início da guerra em África (1961), regressando a uma situação de isolamento internacional. Dentre os poucos aliados com que o Governo português podia contar o Brasil foi um apoio oscilante em função da dinâmica da política interna. Em 1964 o golpe civil-militar representou, no imediato, um retorno a lógica da Guerra Fria pondo ênfase na *Doutrina de Segurança Nacional*. Esta viragem parecia coadunar com a retórica oficial do Governo português que pretendia enquadrar o seu empenho militar no Ultramar como parte da defesa do Ocidente contra o avanço comunista. De facto, o Governo de Castello Branco (1964 – 1967) atribuiu importância à aliança Brasília – Lisboa – Pretória para a defesa do Atlântico Sul e recuperou a ideia da Comunidade Luso-Brasileira. Todavia, a fusão do discurso lusófono com o discurso ocidentalista dominante pretendia dar um significado mais amplo à Comunidade, entendendo-a como Luso-Afro-Brasileira. Esta iniciativa não só autonomizaria as colónias da metrópole como demonstrava que o Itamaraty arrogava-se parcialmente responsável pela defesa do legado lusófono, o que não poderia ser aceite pelas Necessidades. Seria uma questão de tempo até que as respectivas políticas externas se mostrassem novamente incompatíveis.

Com o fim da ordem bipolar e com a emergência de novos actores no sistema internacional, os países africanos passaram a ser percebidos pela diplomacia brasileira como parceiros importantes no diálogo Norte – Sul e nos foros multilaterais. Durante os Governos Médici (1969 – 1974) e Geisel (1974 – 1979) a política externa foi posta ao serviço do nacional-desenvolvimentismo, prevalecendo o pragmatismo económico sobre as

orientações ideológicas. Este novo pressuposto implicou na revisão das alianças tradicionais com Portugal e a África do Sul e no estabelecimento de novas parcerias no continente africano. Incapaz de pôr termo à guerra colonial e de empreender uma efectiva liberalização política e económica, o *marcelismo* tinha poucas alternativas no plano externo para contrariar o fim do alinhamento automático entre Brasília e Lisboa. A ideia de que o petróleo angolano (1969) ou a Convenção Sobre a Igualdade de Direitos e Deveres (1971) poderia demover o Governo Médici é elucidativa da lenta agonia do regime português e da importância real e simbólica que constituía a aliança com Brasília num período em que Lisboa ver-se-ia crescentemente isolada. As divergências quanto à solução da *questão colonial* conduziram as relações luso-brasileiras à estagnação. A partir de 1973 torna-se claro para o Itamaraty que Portugal seguiria pela via militar e que o Brasil não poderia sujeitar-se a retaliações internacionais em nome de uma causa que não era sua e que não lhe trazia qualquer benefício. Quando Ernesto Geisel chegou à Presidência da República, em princípios de 1974, a cooperação económica e a expansão comercial com África era mais auspiciosa do que a *amizade* com Portugal.

O 25 de Abril representou um período de expectativas e incertezas nas relações luso-brasileiras. O optimismo inicial foi rapidamente substituído pela polarização ideológica à direita no Brasil e à esquerda em Portugal, sucedido por manifestações de agravo e reticências recíprocas que conduziram as relações bilaterais à quase paralisia. Em Junho uma missão da JSN chefiada pelo general Galvão de Melo deslocou-se ao Brasil com o objectivo de pôr fim à sucessão de mal-entendidos e assegurar o apoio de Brasília ao novo regime português. A visita foi aproveitada pelo Itamaraty para reforçar a sua posição face à *questão colonial*: defendia o reconhecimento imediato do direito à autodeterminação e pretendia tomar parte activa na negociação para a independência. A diplomacia brasileira estava ciente de que em Lisboa não havia concordância quanto ao modelo de descolonização a seguir e que esta decisão implicava numa opção de fundo sobre o futuro do processo revolucionário e da transição para a democracia. Apoiou a solução defendida pela comunidade internacional e que convinha aos seus interesses. O que o Governo Geisel pretendia era demarcar-se do passado de apoio tácito ao colonialismo e apresentar-se ao continente africano como um parceiro credível e empenhado em desenvolver a cooperação Sul – Sul. O reconhecimento da independência da Guiné-Bissau (18/07/74) parecia ser a ocasião propícia para a concretização desse intuito. Ao antecipar-se à ONU e a Portugal, o Itamaraty pretendia dar uma prova inequívoca da orientação da sua política africana. Por um lado, procurava recuperar a iniciativa política demonstrando aos movimentos de libertação que estava preparado para

cooperar. Por outro, sinalizava a Lisboa que os tratados bilaterais só seriam considerados se houvesse concertação efectiva. A eficácia deste gesto não se fez sentir imediatamente e integra-se num conjunto de iniciativas da diplomacia brasileira em relação a Bissau, Luanda e Maputo com o mesmo objectivo e que contou, ao menos, com o consentimento de parte do Governo português. Apesar das críticas de que a política africana do Itamaraty estaria a ser feita às expensas de Portugal, o ministério dos Negócios Estrangeiros assentiu com o estabelecimento de missões especiais do Brasil em Angola e em Moçambique cujo propósito era sobejamente conhecido: permitir à diplomacia brasileira acompanhar de perto o processo de descolonização e encetar contactos directos com o MPLA e a FRELIMO, acautelando a sua posição naqueles territórios.

Desde meados de 1974 que o ministério das Relações Exteriores atribuía ao PS uma acção decisiva na condução da transição para a democracia e da descolonização. Essa percepção evidencia que o Itamaraty não só compreendeu rapidamente a correlação de forças em Lisboa como soube identificar os seus interesses com os do Partido Socialista. Isto é, que a revolução portuguesa evoluísse para uma democracia de modelo ocidental e que fosse reconhecido prontamente o direito à autodeterminação das colónias. Da parte portuguesa, o então ministro dos Negócios Estrangeiros, Mário Soares, não tinha dúvidas de que as relações com o Brasil, que vinha desempenhando uma activa política em África e que se assumia como interlocutor no diálogo Norte-Sul, poderiam ser uma mais valia ao realinhamento e a plena integração de Portugal no sistema internacional. Ademais, a consonância de interesses entre o PS e a diplomacia brasileira assumia relevância numa conjuntura em que o Partido Socialista necessitava de toda a sorte de apoios internacionais para afirmar a sua posição no indefinido cenário político português. A convergência de perspectivas acima enunciada concorreu para que Azeredo da Silveira e Mário Soares atribuíssem às relações luso-brasileiras especial importância, procurando situá-las acima das questões do regime. O franco entendimento entre dois políticos pertencentes a espectros ideológicos tão distintos, quiçá antagónicos, revelou-se determinante para que os canais de diálogo permanecessem abertos apesar da crescente tensão entre Lisboa e Brasília após o 28 de Setembro.

O encontro bilateral de Dezembro de 1974 reflectiu este espírito, pugnando por um relacionamento pragmático, assente na convergência de interesses e no princípio de não ingerência. Pela primeira vez, ambas as diplomacias rejeitavam o tradicional alinhamento automático e a retórica da afectividade em prol de um novo padrão de relacionamento transconjuntural. Todavia, a incapacidade em consubstanciar estas iniciativas e a radicalização do processo revolucionário arrefeceram o diálogo bilateral que se manteve estagnado até à

queda do *gonçalvismo*, reforçando em Brasília a ideia de que não ocorreria uma acção concertada com Lisboa no que dizia respeito à descolonização. A pulverização do poder político em Portugal e a conseguinte falta de operacionalidade dos meios militares, assim como a limitada capacidade de intervenção internacional da Administração Ford, criaram um vazio de poder em África que foi explorado pelo Itamaraty. Neste contexto, o reconhecimento do MPLA como legítimo representante do novo Estado angolano assume um significado geoestratégico amplo. Em primeiro lugar, o Governo brasileiro demonstrava possuir uma política africana própria, independente de Washington e livre dos embaraços causados pela proximidade a Lisboa. Em segundo, Angola é percebida como a pedra de toque da política externa para todo o continente, imprescindível à normalização dos contactos com os demais movimentos de libertação. Terá início um novo paradigma de relacionamento entre o Brasil e a África de expressão portuguesa, pela primeira vez fora do âmbito da Comunidade Luso-Brasileira. Em terceiro, o resultado desta inflexão foi a diversificação dos vínculos políticos e económicos, conquistando para o Governo brasileiro uma posição mais autónoma e activa no sistema internacional, cumprindo os desígnios do *Pragmatismo Responsável*.

Com o 25 de Novembro e a progressiva institucionalização da democracia, nomeadamente após as eleições presidenciais e as legislativas de 1976, cria-se uma nova dinâmica que favorece o entendimento entre Lisboa e Brasília. Não obstante persistirem as inúmeras manifestações de agravo que nos dois anos anteriores constituíram focos de tensão, estas devem ser percebidas como residuais face ao empenho em relançar as relações bilaterais. O ponto de viragem foi a eleição do I Governo Constitucional e a conseguinte clarificação da política interna e externa, definindo Portugal como um país simultaneamente europeu e atlântico, situado inequivocamente no campo Ocidental.

Em Dezembro de 1976 o então Primeiro-Ministro, Mário Soares, deslocou-se em visita oficial ao Brasil com o objectivo de relançar as relações luso-brasileiras. Ainda que o seu resultado tenha ficado aquém do anunciado, a reunião ministerial teve o mérito de criar um ambiente de confiança propício ao diálogo, possibilitando entendimentos futuros. Tratou-se, sobretudo, de um momento de viragem retórica em que ambas as chancelarias recuperaram algumas das propostas avançadas no encontro de 1974 e procuraram, sem êxito, definir um novo padrão de relacionamento. No plano estrito das respectivas políticas nacionais o encontro bilateral teve um significado próprio. O apoio do Governo de direita brasileiro ao PS e, especialmente, a Mário Soares, amainou as reticências que persistiam em Portugal quanto à moderação do Partido Socialista. Por sua vez o empenho do Governo Geisel em manter vínculos estreitos com Portugal, apesar das inúmeras críticas, acabou por fazer prevalecer a

corrente presidencial, favorável à liberalização política, em detrimento da *linha dura* do regime que pugnava por um posicionamento ideológico. Constituiu, também, uma vitória da diplomacia de carreira sobre as posições ideologizadas, demonstrando a importância de um corpo estável e profissional para execução de uma política externa coerente. Estas ilações demonstram como as decisões em matéria de política externa podem repercutir no equilíbrio de forças interno e que tanto em Lisboa quanto em Brasília esta variável foi tida em consideração.

A consonância entre a agenda diplomática portuguesa e brasileira, sobretudo quanto à importância atribuída ao continente africano e ao estabelecimento de uma ordem mundial baseada no diálogo Norte – Sul, parecia permitir que o entendimento bilateral fosse transposto para o plano multilateral. As Necessidades procuraram explorar essas coincidências apresentando as relações com Portugal, cuja adesão à CEE era iminente, como contrapeso à influência norte-americana e porta de entrada dos interesses económicos brasileiros na Europa. Todavia, a grave crise económica e financeira portuguesa e o abrandamento da economia brasileira limitavam as oportunidades de cooperação. Ademais, Brasília mantinha promissores contactos bilaterais com Londres, Paris e Bona – de que o Acordo Nuclear é exemplo – desprovendo de sentido a intercessão de Lisboa. Tão pouco seria possível alguma concertação em relação à África de expressão portuguesa. Ao I Governo Constitucional faltavam condições económicas e por vezes políticas – como no caso de Angola – para empreender um plano de cooperação ideal. Por sua vez, o Governo Geisel, fiel ao nacional-desenvolvimentismo que orientava o *Pragmatismo Responsável*, privilegiou os contactos que favorecessem a internacionalização da economia brasileira, cujo melhor exemplo foi a próspera relação com Luanda. O resultado foi que o diálogo no espaço da lusofonia desenvolveu-se no plano bilateral, ao sabor das possibilidades e das prioridades do momento.

No período em estudo tanto a diplomacia portuguesa quanto a brasileira evocaram a ideia de uma comunidade lusófona, reinterpretando-a consoante a função que pretendiam que exercesse no relacionamento bilateral. Apesar dos instrumentos jurídicos que deveriam concorrer para a sua constituição, a Comunidade Luso-Brasileira ficou marcada por duas constantes: a falta de clareza quanto ao seu conteúdo efectivo e a incapacidade em consubstanciar os seus propósitos. Esta indefinição traduz o crescente impasse nas relações entre Lisboa e Brasília motivado pela diferença de percepções quanto à resolução da *questão colonial*. A ineficácia da Comunidade Luso-Brasileira decorre da impossibilidade de cumprir o objectivo a que ambas as diplomacias a subordinaram. Isto é, contribuir para que prevalecessem as respectivas posições em relação ao Ultramar. Subvertido o seu significado

original, o êxito da Comunidade estava comprometido à nascença, pois não podia estreitar os laços bilaterais enquanto servia as razões do afastamento. Como consequência a sua acção ficou muito aquém do que a prolixa retórica diplomática anunciava.

Com o 25 de Abril e a descolonização, a ideia de Comunidade, nos moldes em que era concebida, perde o sentido. Em primeiro lugar, a emergência de novos actores africanos implicou em repensá-la de forma mais ampla, considerando o espaço da lusofonia. Em segundo, os seus eventuais constituintes não tinham uma percepção clara dos seus possíveis significados e tão pouca capacidade política e económica para efectivá-la. Em terceiro, a concepção de uma Comunidade lusófona parecia envolta em laivos de neo-colonialismo suscitando reticências aos movimentos de libertação e precaução à diplomacia portuguesa e brasileira, ciosas das suas posições em África. Em último lugar, este foi o momento em que se criaram os primeiros mecanismos de cooperação no espaço da lusofonia, não sendo ainda possível cogitar uma concertação multilateral. Isto não quer dizer que o Itamaraty e as Necessidades tenham deixado de invocar a Comunidade. Fizeram-no cingindo-a às relações luso-brasileiras, continuando a recordá-la como um património comum que conferia especificidade aos vínculos bilaterais, sem conseguir no entanto transmutar os adjectivos em feitos.

A inflexão da diplomacia brasileira em relação a Portugal e ao Ultramar decorre de uma nova estratégia de inserção internacional que apostava no reforço das relações Sul – Sul, com o objectivo de relativizar a dependência face a Washington e conquistar para o Brasil um novo lugar no sistema internacional. O primeiro resultado foi que de aliado tácito do colonialismo o Governo brasileiro tornou-se parceiro activo dos novos países de língua portuguesa. A partir desse momento os vínculos entre o Brasil e a África lusófona deixam de passar forçosamente por Portugal. Por sua vez, o término do ciclo africano e o regresso às fronteiras europeias impuseram a Lisboa a redefinição do conceito estratégico nacional, atribuindo às ligações com a lusofonia um sentido renovado. Paradoxalmente, o fim do Império possibilitaria uma nova configuração das relações Portugal – Brasil – África, reactivando e redimensionando os *caminhos* do Atlântico Sul. O regresso a este elemento de permanência na história comum repunha uma ligação interrompida há mais de um século. Era, também, o culminar de um processo de diferenciação de interesses e de percepções estratégicas entre Lisboa e Brasília, que principiara no pós-guerra e que se acentuou a medida que o conflito no Ultramar atingia o seu termo.

No período em análise chegava ao fim alguma proeminência que Portugal ainda exercia no espaço da lusofonia e que era tributária das passado colonial. No que diz respeito à

África, nos primeiros anos após a independência, os PALOP mostraram-se determinados em desvincularem-se da antiga metrópole e do bloco ocidental. Como consequência, deu-se não só a expectável ruptura política como uma considerável quebra nos vínculos económicos. Quanto ao Brasil, houve um rápido e amplo decréscimo da lusofilia entre as suas elites políticas e económicas, o que durante anos favorecera o alinhamento da diplomacia brasileira à portuguesa. Esta mudança explica-se pela crescente incompatibilidade entre a política externa global, subordinada ao nacional-desenvolvimentismo, executada pelo Itamaraty e a defesa dos interesses de Portugal no Ultramar. Enquanto a presença portuguesa em África refluía, o Governo brasileiro consubstanciava uma estratégia coerente de aproximação ao continente, figurando como uma alternativa às relações desiguais com o Hemisfério Norte. O resultado foi o estabelecimento de contactos promissores com os PALOP, nomeadamente com Angola. Portugal pouco podia fazer para contrariar a relativa perda de influência em África. Por um lado, havia um afastamento inexorável, inerente ao processo de descolonização. Por outro, o êxito do Brasil era fundamentado na prosperidade e na capacidade de internacionalização da sua economia, termos nos quais Lisboa não era capaz de corresponder. Isto não quer dizer que Governo brasileiro ambicionasse substituir a presença portuguesa em África. Em primeiro lugar, o vazio de poder surgido após a descolonização rapidamente envolveu forças que transcendiam, em muito, as capacidades de intervenção de Brasília. Em segundo, Brasil e Portugal tinham prioridades próprias em relação às múltiplas realidades que compunham a África lusófona. Neste sentido, as dissensões bilaterais relacionadas com a lusofonia não decorrem da disputa pela sua liderança mas do confronto entre estratégias nacionais divergentes.

A emergência de novos actores africanos no âmbito da lusofonia conferiu uma novo significado às relações luso-brasileiras. Doravante assumem uma dimensão multilateral pois a concertação das respectivas políticas externas revelar-se-ia imprescindível à implementação da comunidade triangular de que Lisboa e Brasília seriam os principais impulsionadores. A permanência do elemento africano nas respectivas agendas diplomáticas decorre da importância que poderia acrescer ao peso específico de Portugal e do Brasil no sistema internacional. Por conseguinte, parte da relevância atribuída ao relacionamento bilateral diz respeito ao que este pode repercutir nas relações com África ou, numa escala mais ampla, na posição de cada país no seio da lusofonia. Esta lógica revelar-se-á central para compreender o sentido que as relações luso-brasileiras assumem nas respectivas estratégias nacionais.

Fontes

1. Arquivos

Arquivo Azeredo da Silveira (AAS), Centro de Estudo de História Contemporânea (CPDOC)/ Fundação Getúlio Vargas (FGV), Rio de Janeiro.

Arquivo Mário Soares (AMS), Fundação Mário Soares (FMS), Lisboa.

Arquivo Histórico do ministério dos Negócios Estrangeiros (AHDMNE), Lisboa.

*Central Foreign Policy, National Archives (NARA)*³⁶⁸.

2. Jornais

Diário de Notícias, Lisboa, 1974 – 1976.

Expresso, Lisboa, 1974 – 1976.

República, Lisboa, 1974 – 1976.

Folha de São Paulo, São Paulo, 1974 – 1976.

Estado de São Paulo, São Paulo, 1974 – 1976.

Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 1974 – 1976.

O Globo, Rio Janeiro, 1974 – 1976

3. Memórias e Testemunhos Contemporâneos

AMARAL, Diogo Freitas do, *Do Antigo Regime a Revolução: 1941 – 1975*, Lisboa, Bertrand, 1995.

CAETANO, Marcello, *Depoimento*, Rio de Janeiro, Record, 1974.

CRUZEIRO, Maria Manuela, *Costa Gomes. O último Marechal*, Lisboa, Editorial Notícias, 1998.

CRUZEIRO, Maria Manuela, *Melo Antunes. O Sonhador Pragmático*, Lisboa, Editorial Notícias, 2005.

CRUZEIRO, Maria Manuela, *Vasco Gonçalves. Um General na Revolução*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2002.

SANTOS, António de Almeida, *Quase Memória*, 2 vols., Lisboa, Casa das Letras, 2006.

³⁶⁸ Consulta electrónica: <http://www.archives.gov/>

SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *Correspondência com Marcello Caetano (1974 – 1980)*, Lisboa, Bertrand, 1995.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *Marcelo Caetano. Confidências do Exílio*, Lisboa, Verbo, 1985.

SPÍNOLA, António de, *Ao Serviço de Portugal*, Lisboa, Bertrand, 1976.

SPÍNOLA, António de, *País Sem Rumor. Contributo Para a História de Uma Revolução*, Lisboa, Scire, 1978.

THEMIDO, João Hall, *Dez Anos em Washington. As Verdades e as Mentiras nas Relações Luso-Americanas*, Lisboa, D.Quixote, 1995.

THOMAZ, Américo, *Últimas Décadas de Portugal*, vol. IV, Lisboa, Edições Fernando Pereira, 1983.

WERY, Max, *E Assim Murcharam os Cravos*, Lisboa, Fragmentos, 1994.

Bibliografia

AFONSO, Aniceto, «El Proceso Democrático Portugués (1974 - 1975)», in Hipólito de la Torre Gómez (coord.), *Portugal y España en el Cambio Político (1958 - 1978)*, Madrid, Universidad Nacional de Educación a Distancia, 1989, pp. 179 - 185.

ALEXANDRE, Valentim, «Luso-tropicalismo», in António Barreto e Maria Filomena Mónica (coord), *Dicionário de História de Portugal*, Suplemento, vol.VIII, Lisboa, Livraria Figueirinhas, 2000, pp. 391 – 394.

AMBROSE, Stephen, *Nixon*, New York, Simon & Schuster, 1991.

ARAÚJO, Maria Paula Nascimento, «A Ditadura Militar em Tempo de Transição (1974 - 1985)», in Francisco Carlos Palomares Martinho (dir.), *Democracia e Ditadura no Brasil*, Rio de Janeiro, EDUERJ, 2006, pp. 149 – 164.

AVILLES, Maria João, *Soares. Democracia*. Lisboa, Círculo de Leitores, 1996.

AVILLES, Maria João, *Soares. Ditadura e revolução*, Lisboa, Público, 1996.

BACHA, Edmar, *A Transição Incompleta: Brasil Desde 1945*, Rio e Janeiro, Paz e Terra, 1986.

BACHA, Edmar, *Social Change in Brazil, 1945 - 1985: The Incomplete Transition*, Albuquerque, UNMP, 1989.

BARRETO, António, «Revolução de 25 de Abril de 1974», in António Barreto e Maria Filomena Mónica (coord), *Dicionário de História de Portugal*, Suplemento, vol.IX, Lisboa, Livraria Figueirinhas, 2000, pp.250 - 262.

BERMEO, Nancy, *A Teoria da Democracia e as Realidades da Europa do Sul*, Lisboa, Difel,

2000.

BITTENCOURT, Marcelo «As Relações Angola-Brasil: Referências e Contactos», in Rita Chaves, Cármen Secco e Tânia Macêdo, *Brasil/ Angola: Como se o Mar Fosse Mentira*, São Paulo, UNESP, 2006, pp.79 -109.

BRANDÃO, Fernando de Castro, *História Diplomática de Portugal: Uma Cronologia*, Lisboa, Livros Horizonte, 2002.

BUENO, Clodoaldo, «A política multilateral brasileira», in Amado Luiz Cervo (org.), *O Desafio Internacional. A política exterior do Brasil de 1930 a Nossos Dias*, Brasília, Universidade de Brasília, 1994, pp. 59 - 117.

BURNEAU, Thomas C, «As Dimensões Internacionais da Revolução Portuguesa: Apoios e Constrangimentos no Estabelecimento da Democracia.», *Análise Social*, vol. XVIII, nº 72 - 73 - 74, Lisboa, ICS, 1982, pp. 885 - 896.

CASTELO, Cláudia, *O Modo Português de Estar no Mundo: o Luso-tropicalismo e a Ideologia Colonial Portuguesa (1933-1961)*, Porto, Afrontamento, 1998.

CASTRO, Francisco, «A CEE e o PREEC», *Penélope*, vol.º 26, Lisboa, s.e., 2002, pp. 123 - 157.

CASTRO, Zília Osório de, *Tratados do Atlântico Sul: Portugal - Brasil, 1825 - 2000*, Lisboa, Biblioteca Diplomática MNE, 2006.

CERVELLÓ, José Sánchez. «El Proceso Democrático Portugués (1974 - 1975)», in Hipólito de la Torre Gómez (coord.), *Portugal y Espana En El Cambio Político (1958 - 1978)*, Madrid, Universidad Nacional de Educación a Distancia, 1989, pp. 149 - 166.

CERVELLÓ, Josep Sánchez, *A Revolução Portuguesa e a Sua Influência na Transição Espanhola (1961-1976)*, Lisboa, Assírio & Alvim, 1993.

CERVO, Amado Luiz, *A Política Externa Brasileira, 1822 - 1985*, São Paulo, Ática, 1986.

CERVO, Amado Luiz, e Bueno, Clodoaldo, *História da Política Exterior do Brasil*, São Paulo, Ática, 1992.

CERVO, Luiz Amado, «Relações Internacionais do Brasil», in Amado Luiz Cervo (org.), *O Desafio Internacional. A política exterior do Brasil de 1930 a Nossos Dias*, Brasília, Universidade de Brasília, 1994, pp. 9 - 58.

COUTINHO, Amélia, e GUIDO, Maria Cristina, «Geisel, Ernesto», in Fernando Lattman-Weltman (coord.), *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, CPDOC/ Fundação Getúlio Vargas. (consulta electrónica: <http://www.cpdoc.fgv.br/comum/html/>)

COX, Michael (ed.), *Twentieth Century International Relations*, vol. II, London, Sage, 2006.

- DELGADO, Iva, PACHECO, Carlos, e FARIA, Telmo (coord), *Humberto Delgado. As Eleições de 1958*, Lisboa, Vega, 1998.
- DUROSELLE, Jean-Baptiste, *Histoire Diplomatique de 1919 à Nos Jours*, Paris, Dalloz, 1993.
- FERREIRA, José Medeiros, «O 25 de Abril no Contexto Internacional», *Relações Internacionais*, Lisboa, IPRI, 2004, pp. 143 - 158.
- FERREIRA, José Medeiros, «Os Militares e a Evolução Política Interna e Externa (1974 – 1982)», in J. M. Brandão de Brito (coord.), *O País em Revolução*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2001.
- FERREIRA, José Medeiros, «Portugal», in Charles Zorgbibe e José Medeiros Ferreira (coord.), *Dicionário de Política Internacional*, Lisboa, Dom Quixote, 1990, pp. 438 - 441.
- FERREIRA, José Medeiros, *História De Portugal*, Vol. VIII, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993.
- FERREIRA, José Medeiros, *O Comportamento Político dos Militares. Forças Armadas e Regimes Políticos em Portugal no Século XX*, Lisboa, Estampa, 1992.
- FRAGOSO, J.L.R, «As Reformulações na Política Externa Brasileira Nos Anos 70», *Estudos Afro-Asiáticos*, nº 5, Rio de Janeiro, Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 1981, pp. 41 - 51.
- GASPARI, Elio, *A Ditadura Encurralada*, São Paulo, Companhia das Letras, 2004.
- GONÇALVES, Williams da Silva, e SHIGUENOLI, Miyamoto, «Os Militares na Política Externa Brasileira: 1964 - 1984», *Estudos Históricos*, vol.6, nº12, Rio de Janeiro, s.e., 1993, pp.211 - 246.
- GONÇALVES, Williams da Silva, *O Realismo da Fraternidade: Brasil – Portugal*, Lisboa, ICS, 2003.
- HOBBSBAWM, Eric, *Era dos Extremos. O Breve Século XX (1914 – 1991)*, São Paulo, Companhia das Letras, 2003.
- HUNTINGTON, Samuel, *The Third Wave: Democratization in the Late Twentieth Century*, Norman, University of Oklahoma Press, 1991.
- HURRELL, Andrew, «The International Dimensions of Democratization in Latin America: The Case of Brazil», in Laurence Whitehead (ed.), *The International Dimensions of Democratization: Europe and the Americans*, Oxford, Oxford University Press, 1996, pp.146 - 174.
- IKENBERRY, John G., *Liberal Order and Imperial Ambition*, Cambridge, Polity Press, 2006.
- KINGSTONE, Peter R. e POWER, Timothy J, *Democratic Brazil: Actors, Institutions and Processes*, Pittsburgh, University of Pittsburgh, 2000.
- KINOSHITA, Dina Lid, «Brazil: The Slow Gradual and Secure Transition», in Carlos H Waisman e Raanan Rein (ed.), *Spanish and Latin American Transitions to Democracy*,

- Brighton, Sussex Academic Press, 2006, pp. 156 - 178.
- KISSINGER, Henry, *Anos de Renovação*, Kissinger, Lisboa, Gradiva, 2002.
- KISSINGER, Henry, *Diplomacia*, Lisboa, Gradiva, 1994.
- KNOPFLI, Francisco, *As Políticas Exteriores de Brasil e Portugal*, Lisboa, ISCSP, 2003.
- LAFER, Celso, *Paradoxos e Possibilidades: Estudos Sobre a Ordem Mundial e Sobre a Política Exterior do Brasil num Sistema Internacional em Transformação*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1982.
- LEFFLEER, Melvyn P, e PAINTER, David S. (ed.), *Origins of the Cold War*, London, Routledge, 2005.
- LESSA, António Carlos Moraes, «A Diplomacia Universalista do Brasil. A Construção do Sistema Contemporâneo de Relações Bilaterais», *Revista Brasileira de Política Internacional*, v.41, Brasília, s.e., 1998, pp.1 - 13 (consulta electrónica: http://aclessa.googlepages.com/1_06.pdf)
- LESSA, António Carlos Moraes, «A Estratégia de Diversificação de Parcerias no Contexto do Nacional-Desenvolvimentismo (1974 - 1979)», *Revista Brasileira de Política Internacional*, nº38, Brasília, s.e., 1995, pp. 1 - 16 (consulta electrónica: http://aclessa.googlepages.com/1_01.pf)
- LESSA, António Carlos Moraes, «A Vertente Perturbadora da Política Externa Durante o Governo Geisel. Um Estudo das Relações Brasil – EUA (1974 – 1979)», *Revista de Informação Legislativa* v. 35, n. 137, Brasília, s.e., 1998, pp.1 - 14 (consulta electrónica: http://aclessa.googlepages.com/1_05.pdf.)
- LESSA, António Carlos Moraes, «Instabilidade e Mudanças. Os Condicionantes Históricos da Política Externa Brasileira Sobre Geisel (1974 - 1979)», *Revista de Informação Legislativa*, v.34, nº133, Brasília, s.e., 1997, pp.1 - 9, (consulta electrónica: http://aclessa.googlepages.com/1_04.pdf),
- LESSA, António Carlos Moraes, «Pelos Quatro Cantos do Mundo. Um Balanço Histórico da Estratégia de Diversificação de Parcerias Sob o Governo Geisel (1974 - 1979)», *Cadernos do Departamento de Relações Internacionais da Universidade de Brasília*, Brasília, s.e., 1999, consulta electrónica: http://aclessa.googlepages.com/1_01.pdf), pp. 1 - 15.
- LESSA, António Carlos, «Da Apatia Recíproca aos Entusiasmos de Emergência: as Relações Brasil – Europa Ocidental no Governo Geisel (1974 – 1979)», *Anos 90*, v. 5, Porto Alegre, s.e., 1996, pp. 1 - 22. (consulta electrónica: http://aclessa.googlepages.com/1_02.pdf)
- LITWAK, Robert, *Détente and the Nixon Doctrine: American Foreign Policy and the Pursuit of Stability, 1969-1976*, Cambridge, Cambridge University Press, 1986.

- LIMA, Bernardo Pires de, e SÁ, Tiago Moreira de, «As Teorias da Transição Para a Democracia e o Caso Português», *Relações Internacionais*, nº 7, Lisboa, RI, 2005, pp. 127 - 159.
- LINZ, Juan J, e STEPAN, Alfred, *A Transição e Consolidação da Democracia. A experiência do Sul da Europa e da América do Sul*, São Paulo, Paz e Terra, 1997.
- MACQUEEN, Norrie, *A Descolonização da África Portuguesa*, Mem Martins, Inquérito, 1998.
- MAGALHÃES, José Calvet de, e CERVO, Amado Luiz, *Depois das Caravelas. As Relações Entre Portugal e o Brasil 1808 - 2000*, Lisboa, Instituto Camões, 2000.
- MAGALHÃES, José Calvet de, *Relance Histórico das Relações Diplomáticas Luso-Brasileiras*, Lisboa, Quetzal, 1997.
- MARCHUETA, Maria Regina Marchueta, e FONTES, José, *A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Fundamentos Políticos e Diplomáticos*, Lisboa, Centro de Estudos Orientais da Fundação do Oriente e Instituto Português da Conjuntura Estratégica, 2001.
- MARGARIDO, Alfredo, *A Lusofonia e os Lusófonos. Novos Mitos Portugueses*, Lisboa, Edições Universitárias Lusófonas, 2000.
- MAXWELL, Kenneth, «Os Estados Unidos e a Descolonização Portuguesa (1974 - 1976)», *Relações Internacionais*, nº8, Lisboa, IPRI, 2005, pp. 5 - 37.
- MAXWELL, Kenneth, «Portuguese Defense and Foreign Policy: an Overview», in *Portuguese Defense and Foreign Policy Since Democratization*, nº 3, New York, Camões Center, 1996, pp. 1 - 13.
- MAXWELL, Kenneth, *A Construção da Democracia em Portugal*, Lisboa, Presença, 1999.
- MELANDRI, Pierre, «O Meio Século Americano: Xequé aos Totalitarismos 1941 – 1991», in *História dos Estados Unidos desde 1865*, Lisboa, Ed. 70, 2006, pp. 145 - 263.
- MOREIRA, Adriano «Sobre a Estratégia dos Pequenos Estados», in *Estudos Sobre a Conjuntura Internacional*, Lisboa, Dom Quixote, 2000, pp. 179 - 189.
- MOREIRA, Adriano, «A Relação Privilegiada Portugal – Brasil», in *Estudos de Conjuntura Internacional*, Lisboa, Dom Quixote, 2000, pp. 391 - 403.
- MOREIRA, Adriano, «Da Ordem Imperial à Dependência Global: a Reacção», in *Estudos do século XX*, nº 3, Coimbra, Quarteto, 2001, pp. 255 - 269.
- MOREIRA, Adriano, «Fronteiras: do Império à União Europeia», in J.M. Brandão de Brito (coord.), *Do Marcelismo ao Fim do Império*, Lisboa, Editorial Notícias, 1999, pp. 269 - 280.
- MOREIRA, Adriano, «Oceano Moreno», in *Estudos da Conjuntura Internacional*, Lisboa, Dom Quixote, 2000, pp. 121 - 137.
- MOREIRA, Adriano, «Situação Internacional Portuguesa», *Análise Social*, vol. 35, nº 154/ 155,

Lisboa, ICS, 2000, pp. 315 - 326.

MOREIRA, Diogo, «Transitional Foreign Policy: Actor Institutions and Norms», *Portuguese Journal of Social Science*, volume 4, nº 3, 2005.

MUNOZ, Rafael Durán, «A Crise Económica e as Transições Para a Democracia: Espanha e Portugal em Perspectiva Comparada», *Análise Social*, vol. 32, nº 141, Lisboa, ICS, 1997, pp. 369 - 401.

NKOSI, José Kalunsiewo, *A Política Externa Brasileira e a Questão Angolana: Traços do Pragmatismo Responsável*, Dissertação (Mestrado em Historia), Rio de Janeiro, Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

O'DONNELL, Guillermo, SCHMITTER, Philippe e WHITEHEAD, Lawrence, *Transition From Authoritarian Rule: Prospects for Democracy*, Baltimore, The Johns Hopkins University Press, 4 vols., 1986.

OLIVEIRA, Pedro Aires, «Política Externa», in Fernando Rosas e Pedro Aires Oliveira (coord.), *A Transição Falhada. O Marcelismo e o Fim do Estado Novo (1968 - 1974)*, Lisboa, Editorial Notícias, 2004. pp. 303 - 337.

OLIVERIA, Pedro Aires, «Uma Mão Cheia de Nada? A Política Externa do Marcelismo», *Penélope*, nº26, Lisboa, s.e., 2002, pp. 93 - 122.

PEIXOTO, Fernanda, «O Brasil na África: Roger Bastide e as Teses Luso-Tropicais de Gilberto Freyre», in *Travessias*, nº1, Rio de Janeiro, , s.e., 1999, pp. 87 - 96.

PINTO, António Costa, *O Fim Do Império Português: A Cena Internacional, a Guerra, Colonial, e a Descolonização, 1961 - 1975*, Lisboa, Livros Horizonte, 2001.

REIS, António «A Dialéctica Entre as Componentes Militar e Civil no Processo Revolucionário do 25 de Abril», *Revista de História das Ideias*, vol. 17, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1995, pp. 561 - 574.

REIS, António, «A Revolução de 25 de Abril de 1974, o MFA e o Processo de Democratização», in António Reis (dir.), *Portugal Contemporâneo*, vol. VI, Lisboa, Alfa, 1992, pp.13 - 62.

RENOUVIN, Pierre e DUROSELLE, Jean-Baptiste, *Introduction à L'histoire des Relations Internationales*, Paris, Armand Colin, 1991.

REZOLA, Maria Inácia, *O 25 De Abril. Mitos de uma Revolução*, Lisboa, Esfera dos Livros, 2007.

REZOLA, Maria Inácia, *Os Militares na Revolução De Abril. O Conselho da Revolução e a Transição Para a Democracia em Portugal (1974 - 1976)*, Lisboa, Campo das Letras, 2006.

RODRIGUES, Luís Nuno, *Marechal Costa Gomes. No centro da tempestade*, Lisboa, Esfera dos Livros, 2008.

RODRIGUES, Luís Nuno, *Salazar-Kennedy: a crise de uma aliança. As relações luso americanas entre 1961 e 1963*, Lisboa, Editorial Notícias, 2002.

ROLLEMBERG, Denise, «A Ditadura Civil-Militar em Tempo de Radicalização e Barbárie (1968 - 1974)», in *Democracia e Ditadura no Brasil*, Francisco Carlos Palomares Martinho (coord.), Rio de Janeiro, EDUERJ, 2006.

ROSAS, Fernando, «O Marcelismo ou a Falência da Política de transição no Estado Novo», in J. Brandão de Brito (coord.), *Do Marcelismo ao Fim do Império*, Lisboa, Editorial Notícias, 1999, pp. 15 - 59.

ROSAS, Fernando, *História de Portugal*, volume VII, *O Estado Novo (1926 – 1974)*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1994.

ROSAS, Fernando, *Pensamento e Acção Política: Portugal Século XX (1890 – 1976)*, Lisboa, Editorial Notícias.

SÁ, Tiago Moreira de, «Os Estados Unidos da América e a Transição Para a Democracia em Portugal», *Política Internacional*, nº26, Lisboa, PI, 2002, pp. 117 - 159.

SÁ, Tiago Moreira de, *Os Americanos na Revolução Portuguesa: (1974 - 1976)*, Lisboa, Editorial Notícias, 2004.

SANTANA, Carlos Ribeiro, «O aprofundamento das relações do Brasil com os países do Oriente Médio durante os dois choques do petróleo da década de 1970: um exemplo de ação pragmática» *Revista Brasileira de Relações Internacionais*, v.40, nº2, Brasília, s.e., 2006. (consulta electrónica: <http://www.scielo.br/scielo.php?lng=es>)

SANTANA, Ivo, «Notas e Comentários Sobre a Dinâmica do Comércio Brasil-África nas Décadas de 1980 a 1990», *Revista Brasileira de Política Internacional*, vol. 46, nº2, Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, 2003, pp. 113 - 137.

SANTOS, Victor Marques dos, *Reflexões Sobre a Coexistência*, Lisboa, ISCSP, 2006.

SARAIVA, José Flávio Sombra, «A África e o Brasil: Encontro e Encruzilhadas», *Ciências e Letras*, nº 21/ 22, Porto Alegre, Faculdade Porto-Alegrense de Ciências e Letras, 1998, pp. 115 - 172.

SARAIVA, José Flávio Sombra, «Um Momento Especial nas Relações Brasil - Angola. Do Reconhecimento da Independência aos Descobrimentos Atuais», in Selma Pantoja e José Flávio Sombra Saraiva (coord.), *Angola e Brasil. Nas Rotas Do Atlântico Sul*, Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1999, pp.225 - 252.

SARAIVA, José Flávio Sombra, *O Lugar da África. A Dimensão Atlântica da Política Externa*

- Brasileira (de 1947 a nossos dias)*, Brasília, Universidade de Brasília, 1996.
- SARAIVA, José Flávio Sombra, «Do silêncio à afirmação: as relações do Brasil com a África», in Amado Luiz Cervo (org.), *O Desafio Internacional. A política exterior do Brasil de 1930 a Nossos Dias*, Brasília, Universidade de Brasília, 1994, pp. 263 - 332.
- SCHMITTER, Philippe, *Portugal: Do Autoritarismo À Democracia*, Lisboa, ICS, 1999.
- SILVA, A. E. Duarte, «O Litígio Entre Portugal e a ONU (1960 - 1974)», *Análise Social*, v. 30, nº130, Lisboa, ICS, 1995, pp. 5 - 50.
- SILVA, Douglas Mansur, *A Oposição Ao Estado Novo No Exílio Brasileiro 1956 - 1974*, Lisboa, ICS, 2006.
- SKIDMORE, Thomas E, «Brazil's Slow Road to Democratization: 1974 – 1985», in Alfred Stepan (coord.), *Democratizing Brazil: Problems of Transition and Consolidation*, Oxford, Oxford University Press, 1989, pp. 5 - 42.
- SPÍNOLA, António de, *Ao Serviço de Portugal*, Lisboa, Bertrand, 1976.
- TEIXEIRA, Nuno Severiano, «Entre a Europa e a África: A Política Externa Portuguesa (1890 - 2000)», in António Costa Pinto (coord.), *Portugal Contemporâneo*, Lisboa, Dom Quixote, 2005, pp. 87 - 116.
- TEIXEIRA, Nuno Severiano, «O 25 De Abril e a Política Externa Portuguesa», *Relações Internacionais*, Lisboa, RI, pp. 5 - 12.
- TELO, António José, «As Relações Internacionais Da Transição», in J.M. Brandão de Brito (coord.), *Do Marcelismo ao Fim do Império*, Lisboa, Editorial Notícias, 1999. pp. 225 - 289.
- TELO, António José, «O Papel da Nato nas Duas Últimas Transições do Sistema Internacional», *Política Internacional*. v. 3, Nº19, Lisboa, s.e., 1999, pp. 71 - 83
- TELO, António José, «Política Externa», in Fernando Rosas e J.M. Brandão de Brito (dir.), *Dicionário de História do Estado Novo*, vol.II, Lisboa, Bertrand Editora, 1996, pp.769 - 776.
- TELO, António José, «Treze Teses Sobre a Disfunção Nacional - Portugal no Sistema Internacional», *Análise Social*, vol. 32, nº142, Lisboa, ICS, 1997, pp. 649 - 683.
- TELO, António José, *História Contemporânea de Portugal. Do 25 de Abril à Actualidade*, vol.I, Lisboa, Presença, 2007.
- TELO, António José, *História Contemporânea de Portugal. Do 25 de Abril à Actualidade*, vol.II, Lisboa, Presença, 2008.
- VAISSE, Maurice, *As Relações Internacionais Desde 1945*, Lisboa, Edições 70, 2005.
- WAGNER, Tilo, «Portugal e a RDA Durante a “Revolução Dos Cravos”», *Relações Internacionais*, nº11, Lisboa, RI, 2006, pp. 79 - 89.

WHITEHEAD, Laurence, «Democracy by Convergence: Southern Europe», in Laurence Whitehead (ed.), *The International Dimensions of Democratization*, Oxford, Oxford University Press, 2001. pp. 261 - 284.